

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**POSGRAP- PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo**

**ELIENE DOMINGAS DE SOUZA**

**NOVAS RURALIDADES NO MUNICÍPIO DE CAMPO  
DO BRITO - SE**

ELIENE DOMINGAS DE SOUZA

**NOVAS RURALIDADES NO MUNÍCIPIO DE CAMPO  
DO BRITO - SE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Geografia da  
Universidade Federal de Sergipe–PPGEO/UFS  
– como pré-requisito para obtenção de título  
de Mestre em Geografia.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sônia de Souza Mendonça Menezes.

Cidade Universitária Prof.<sup>o</sup> José Aloísio Campos  
São Cristóvão - Sergipe  
2015

**ELIENE DOMINGAS DE SOUZA**

**NOVAS RURALIDADES EM CAMPO DO BRITO - SE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sônia de Souza Mendonça Menezes (PPGEO/UFS)  
Orientadora

---

1º Examinador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vera Lúcia Alves França  
Universidade Federal de Sergipe (UFS/PPGEO)

---

2º Examinador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Corália Maria dos Santos  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe -IFS/SE

---

Suplente: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Josefa de Lisboa Santos (UFS/PPGEO)

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SERGIPE**

S729n Souza, Eliene Domingas de  
Novas ruralidades no município de Campo do Brito-SE / Eliene Domingas de Souza ; orientador Sônia de Souza Mendonça Menezes. – São Cristóvão, 2015.  
128 f. : il.

Dissertação (mestrado em geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2015.

1. Geografia rural. 2. Campo do Brito-SE. I. Menezes, Sônia de Souza Mendonça, orient. II. Título.

CDU 911.373(813.7)

A meus pais, Josefa Ivanildes de Souza e Manoel Calmerindo de Souza e minha avó Maria da Paixão de Souza. Não tenho palavras para dizer o quanto vocês são muito importantes em meu caminhar.

## **Agradecimentos**

Para que este trabalho pudesse ser realizado, muitas pessoas contribuíram para a sua construção, direta ou indiretamente. É evidente que muitas não serão lembradas aqui em virtude ao espaço e do tempo, mas desde já declaro os mais sinceros agradecimentos àqueles que não constam nesta lista, mas que colaboraram para a realização do mesmo. Ainda assim, de forma particular, reitero os agradecimentos a (o):

À Deus, o criador, o qual nos deu a vida, o maior dom que recebemos e por fazer cada coisa acontecer no seu devido momento.

Gilvânio, meu eterno amado, que me apoiou e incentivou nos longos dias de angústia, tristeza, alegria e trabalho, muito me amparou em todos os meus passos durante esta jornada. Só você sabe o que passei, pois estive sempre ao meu lado;

Josefa Ivanildes e Manoel Calmerindo, meus pais, que dedicaram suas vidas à minha, querendo sempre o meu melhor. Meus sinceros agradecimentos e votos de amor por tudo o que vocês são;

Ericka, Josefa Edilaini, Pedro, meus irmãos que sempre me apoiaram em minha trajetória pessoal e profissional.

A minha adorável avó Maria e minha sobrinha Lunna pela compreensão. Muitas vezes, durante os momentos em que estive ausente, agora com essa conquista compartilho a minha felicidade e eterna gratidão.

Aos moradores do meio rural do município de Campo do Brito, por me atenderem tão bem em suas residências, muitas das vezes, em horário de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento dessa pesquisa;

Aos companheiros do curso de Pós-Graduação, pela solidariedade. Sobretudo a Adailton, Auro meus eternos professores por se fazerem presentes em mais uma conquista da minha vida.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia que contribuíram na minha formação acadêmica. Em especial a professora doutora Josefa de Lisboa, os mais sinceros agradecimentos por todo apoio profissional nessa caminhada.

A minha orientadora, Professora Dr<sup>a</sup> Sônia de Souza Mendonça Menezes, por ter propiciado uma condição fundamental à minha a pesquisa: autonomia e liberdade. Bem como

por sempre se dispor a contribuir para a realização deste trabalho e, principalmente, pelos momentos de crescimento intelectual, profissional que a sua convivência proporcionou;

Aos professores da banca examinadora, que apresentaram contribuições importantes na qualificação para este trabalho, Dr<sup>a</sup>. Vera Lúcia Alves França e a Dr<sup>a</sup>. Corália Maria dos Santos e por aceitar o convite para participar da avaliação final.

À Universidade Federal de Sergipe – UFS, e em especial, ao Programa de Pós-graduação em Geografia pela oportunidade auferida;

Aos servidores da secretaria Everton e aos demais, por sempre me atenderam com prestatividade e atenção.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Campo do Brito pela recepção, liberação de dados, informações e pelo tempo despendido nas entrevistas.

Todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para realização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

Muito Obrigada!

O centro do mundo está em todo lugar.  
O mundo é o que se vê de onde se está.  
(Milton Santos, 2005)



## Resumo

As transformações ocorridas no espaço rural motivam estudos dos pesquisadores que apontam as diferentes perspectivas sobre os acontecimentos ocorridos na contemporaneidade. Diante das mudanças, observa-se a complexidade e a dinâmica existente no meio rural. Essas modificações são causadas pelo advento das tecnologias com o avanço do meio técnico científico, difusão da comunicação e avanço no sistema de transportes nos espaços urbano e rural. Com essas transformações, as relações sociais, culturais e econômicas foram modificadas e ressignificadas. Deve-se destacar também a ocorrência de permanências. Nesse sentido, faz-se necessário explicar as mudanças e permanências percebidas no modo de vida da população, nas relações sociais e de trabalho, nas atividades agrícolas e não agrícolas. O presente trabalho, no intuito de discutir o tema do novo rural brasileiro, apresenta como objetivo explicar a configuração do espaço rural do município de Campo do Brito diante das transformações ocorridas no meio rural brasileiro. Para a efetivação da pesquisa adotaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica; realização de entrevistas com os agricultores nos estabelecimentos rurais, com os representantes de órgãos públicos, de sindicatos, das associações e comerciantes. Também foram coletadas informações de fontes secundárias. Em seguida, foi realizada a análise dos dados para se compreender o município estudado. Foram efetuadas com vistas as explicações análises das dimensões sociais, econômica e cultural. Para tanto, o trabalho está fundamentado na categoria geográfica espaço e nos conceitos de ruralidade, nova ruralidade, novo rural e as relações existente entre o rural e o urbano. Observou-se as alterações na configuração espacial com a inserção dos novos equipamentos nas atividades agrícolas, na infraestrutura dos povoados, ladeadas pela permanência e a ressignificação das tradições a partir das manifestações culturais e religiosas existentes que alicerçam a identidade da população. Evidencia-se uma combinação de atividades agrícolas e não agrícolas como formas estratégicas de permanecer no espaço rural.

**Palavras chaves:** ruralidades, novas ruralidades, reorganização do espaço.

## ABSTRACT

The changes occurring in rural areas motivate studies of researchers that link the different perspectives of developments in contemporary times. Faced with the changes, there is the complexity and dynamics existing in rural areas. These changes are caused by the advent of technologies to the advancement of scientific technical means and the spread of communication and advancement in the transport system in urban and rural areas. With these social, cultural and economic relations changes were modified, new meanings but also the stays occur. In this sense, it is necessary to understand the changes and continuities perceived in people's way of life, social relationships and work in the agricultural and non agricultural. This work, in order to discuss the issue of new Brazilian rural, has the objective of understanding the rural setting of the city of Campo do Brito, given the changes occurring in the Brazilian countryside. For the realization of the research were adopted the following methodological procedures: literature review; interviews with farmers in rural establishments, with representatives from government agencies, trade unions, associations and traders. Information was also collected from secondary sources, then was held to analyze the data to understand the city studied. Analyses were performed with considering the analysis of the dimensions, social, economic and cultural, therefore, the work is based on geographic category space and the concepts of rurality, new rurality, rural and existing relations again between rural and urban. Observed changes in spatial configuration with the addition of new equipment in agricultural activities, infrastructure of villages lined the permanence and the reinterpretation of the traditions from the existing cultural and religious practices that underpin the identity of the population. Shows a combination of activities and revenues as strategic ways to stay, to continue in rural areas.

**Key words:** rural, rurality, new ruralities, space.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização do município de Campo do Brito – SE.....	43
Figura 02 – Delimitação dos Bairros de Campo do Brito.....	47
Figura 03 – Produto Interno Bruto, Campo do Brito, 2012.....	51
Figura 04 – Tempo de aquisição dos imóveis rurais.....	58
Figura 05 – Áreas das propriedades rurais pesquisadas.....	59
Figura 06 – Área plantada e área colhida de mandioca (hectare).....	64
Figura 07 – Tempo de funcionamento das casas de farinha.....	65
Figura 08 – Etapas do processo de beneficiamento das raízes de mandioca para fabricação da farinha.....	66
Figura 09 – Banco rodete .....	69
Figura 10 – Forno de barro.....	69
Figura 11 –Peneira .....	69
Figura 12 – Prensa de madeira .....	69
Figura 13 – Peneira elétrica .....	70
Figura 14 – Cevadeira elétrica.....	70
Figura 15 – Balança.....	70
Figura 16 – Prensa elétrica .....	70
Figura 17 – Grelha do forno.....	71
Figura 18 – Forno elétrico.....	71
Figura 19 – Balança .....	71
Figura 20 – Máquina de triturar caroço.....	71
Figura 21 – Prensa elétrica moderna.....	71
Figura 22 – Máquina de tirar tapioca.....	71
Figura 23 – Procedência da mandioca.....	72
Figura 24 – Destino da produção da farinha.....	73
Figura 25 – COOFAMA (Cooperativa de produtores de farinha da mandioca) .....	75
Figura 26 –Derivados da mandioca, biscoito de goma, pé de moleque, empadinhas e bolinhos.....	77
Figura 27 – Loja de roupas.....	84

Figura 28 – Material de construção.....	84
Figura 29 – Panificação.....	84
Figura 30 – Mercearia.....	84
Figura 31 – Residência no povoado Cercado.....	85
Figura 32 – Barragem da Ribeira em Campo do Brito.....	89
Figura 33 – Jet ski na barragem de Campo do Brito.....	90
Figura 34 – CEM – Centro Equestre Mainzão.....	92
Figura 35 – Igreja de São José.....	97
Figura 36 – Romeiros em procissão até a Serra dos Montes.....	98
Figura 37 – Imagem de São José.....	100
Figura 38 – Comércio no dia da festa de São José.....	101
Figura 39 – Banda de pífano do povoado Terra Vermelha.....	102

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 01 – Distribuição Populacional (1991 - 2000 - 2010) .....	47
Tabela 02 – Índice de Desenvolvimento Humano.....	48
Tabela 03 – Matrículas, Docentes e Rede Escolar.....	50
Tabela 04 – Ocupação da população de 18 anos ou mais - Campo do Brito – SE.....	52
Tabela 05 – Lavoura Temporária 1995/1996 – 2006 – 2012.....	53
Tabela 06 – Lavoura Permanente 1995/1996 – 2006 – 2012.....	54
Tabela 07 – Utilização das Terras 1995/1996 – 2006.....	55
Tabela 08 – Rebanho 2012.....	56
Tabela 09 – Tipos de Equipamentos Pesquisados.....	62
Tabela 10 – Equipamentos adquiridos pelos moradores da zona rural de Campo do Brito.....	86
Tabela 11 – Pessoas que possuem meios próprios de locomoção.....	88
Quadro 01 – Ruralidades e novas ruralidades no município de Campo do Brito.....	82

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

COHIDRO – Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe.

COOFAMA – Cooperativa dos Produtores de Farinha de Mandioca.

DEAGRO – Departamento Estadual de Desenvolvimento Agropecuário.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

SE – Sergipe.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas.

SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento do Estado de Sergipe.

SEPLANTEC – Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia.

SUS – Sistema Único de Saúde.

NPGeo – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1-CAPÍTULO 1- UMA REFLEXÃO SOBRE O ESPAÇO RURAL .....</b>	<b>19</b>
1.1 - Espaço rural na Contemporaneidade .....	20
1.2 - Nova configuração sócio espacial do espaço rural e as noções de urbanidades, ruralidades e novas ruralidades. ....	32
1.3- Novas Ruralidades presentes no Espaço Rural.....	38
<b>2- CAPÍTULO 2 - CAMPO DO BRITO: ASPECTOS GEOECONÔMICOS</b> <b>.....</b>	<b>42</b>
2.1- Caracterização da área de Estudo.....	43
2.2- A atividade agrícola na atualidade e a busca por novas alternativas de renda no espaço rural.....	58
2.3- Os derivados da mandioca e o uso da tecnologia como novas ruralidades.....	63
<b>3- CAPÍTULO 3 - RURALIDADES E NOVAS RURALIDADES EM CAMPO DO</b> <b>BRITO/SE.....</b>	<b>78</b>
3.1- A organização sócio espacial e a busca por novas alternativas de sobrevivência no espaço rural do município.....	78
3.2- Alterações no espaço rural em Campo do Brito.....	83
3.3- Permanência da ruralidade: identidade e tradição.....	95
3.3.1- A religiosidade e manifestações culturais no meio rural.....	95
3.3.2- A permanência da ruralidade.....	106
3.4 - O rural reelaborado.....	107
<b>4-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>110</b>
<b>5 - REFERÊNCIAS.....</b>	<b>113</b>
<b>6 -APÊNDICE.....</b>	<b>120</b>

## INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no espaço rural têm despertado estudos e análises nas instituições de pesquisa e na academia. Observa-se o crescimento do debate relacionado à categoria rural e aos conceitos de ruralidade e novas ruralidade, como um reflexo do panorama existente no campo brasileiro.

Com o advento da globalização e o uso das tecnologias, são produzidos novos significados, novas dinâmicas no meio rural, criando assim cenários, acompanhados pela emergência de valores, hábitos culturais e outras formas de utilização o que denota um espaço em constante reorganização.

As discussões teóricas utilizadas visam fundamentar essa pesquisa tendo em vista as mudanças existentes na zona rural do município de Campo do Brito. Verifica-se as alterações espaciais existentes com a introdução de novas formas de organização, inserção de técnicas e atividades não agrícolas que promovem uma nova dinâmica no município, bem como é possível perceber a criação de iniciativas com o objetivo de permanência no campo.

Assim, entende-se que a caracterização do meio rural no município pode ser expressa em diversas visões e perspectivas, nesse caso, verificam-se as configurações presentes no espaço, observando as transformações nos diferentes níveis sociais e econômicos. Logo, a categoria geográfica de análise escolhida foi o espaço geográfico tendo em vista a relação direta com o objeto da pesquisa.

Para Santos (2002), o espaço geográfico é visto como a segunda natureza ou natureza humanizada ou artificial. Dessa forma, para o autor, pode-se entender o espaço geográfico como o produto das relações humanas, definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações, visualizado como o resultado do desempenho do homem sobre a natureza.

Moreira (1982) compreende o espaço geográfico como estrutura de relações de processos sociais e das formações econômico-sociais contemporâneas, em que a sociedade é vista como demonstração material, uma vez que passa a ser o responsável pela transformação da natureza em meios de subsistência e de produção. “É um "espaço produzido", uma formação espacial” (p. 07).

Nessa pesquisa, o espaço geográfico é compreendido enquanto uma construção da sociedade mediante interesses múltiplos, a qual permite perceber o espaço alvo de transformações ocorridas pela ação do homem na sua organização a partir das inter-relações Sociedade/Natureza.



Logo, entende-se que o meio rural é heterogêneo, diversificado, dinâmico e com a inserção de novas formas de organização, os atores criam, inovam, adaptam o seu espaço para continuarem no campo de igual modo a realidade apresentada em várias pesquisas em diferentes estados brasileiros.

Nesta perspectiva as seguintes indagações surgiram dando fundamento a pesquisa:

De que forma as novas ruralidades estão sendo inseridas na zona rural do município?

Quais as consequências das transformações na estrutura do espaço rural de Campo do Brito?

Como podem ser identificadas as ruralidades no município? Elas permanecem ou resistem?

Como as novas ruralidades vêm influenciando o modo de vida dos habitantes do espaço rural?

Portanto, para explicar essa dinâmica a qual vem passando os espaços rurais, foram indispensáveis fazer uma análise sócio espacial. O objetivo geral desta pesquisa é analisar a reorganização do espaço rural, por meio das transformações ocorridas, a inserção das novas ruralidades e a permanência de ruralidades no município de Campo do Brito.

Para concretizar este objetivo iniciou-se com uma revisão bibliográfica a partir da leitura de obras dos autores sobre a temática relacionada aos conceitos de urbanidades como João Rua; do novo rural, através de José Graziano da Silva, ruralidades e novas ruralidade, tomando como base Maria José Carneiro e Maria de Nazareth Baudel Wanderley, além de outros estudiosos que discernem sobre os conceitos em questão e também relacionados aos estudos acerca das mudanças no meio rural.

Em seguida, foram realizados levantamentos das fontes secundárias disponíveis, como os aspectos econômicos, sociais, demográficos, dentre outros dados que foram úteis na pesquisa apresentada, em órgãos públicos, como a Prefeitura Municipal de Campo do Brito, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Câmara Municipal, DEAGRO (Departamento Estadual de Desenvolvimento Agropecuário), EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), EMDAGRO (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe), SEBRAE (Serviços Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas), SEPLAN (Secretária de Estado do Planejamento do Estado de Sergipe) e SEPLANTEC (Secretária de Estado do Planejamento da Ciência e Tecnologia).

Além da revisão e pesquisa secundária fez-se necessário realizar visitas de campo, para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas na área rural do município. O

levantamento ocorreu nos meses de outubro, novembro de 2014, janeiro, fevereiro, março de 2015. Foram aplicados cento e cinquenta questionários divididos com os seguintes atores: setenta agricultores familiares, quarenta proprietários de casas de farinha e quarenta com os comerciantes em dezessete povoados da zona rural do município.

Os resultados do trabalho de campo foram analisados, tabulados e apresentados em tabelas e gráficos que contribuíram para a reflexão sobre a temática, em seguida foram inseridos nos capítulos II e III.

A dissertação está estruturada em três capítulos, além da introdução, considerações finais, referências e apêndice.

No primeiro capítulo, intitulado “Uma reflexão sobre o espaço rural”, é realizada uma fundamentação teórica que aborda a importância do rural, sua representatividade e a complexidade desse espaço, além dos diferentes conceitos utilizados para explicar as mudanças existentes. Foram apresentadas discussões sobre o rural, ruralidade e das novas ruralidades, cuja vertente defendida é a de que o rural é uma construção de valores na relação entre espaço, habitantes e cotidianos. Neste capítulo, foi adotado a perspectiva analítica da nova ruralidade e da ruralidade, não como uma ruptura dos processos tradicionais, mas como uma possibilidade de convivência tanto entre os subsídios tradicionais e contemporâneos como também entre os valores rurais e urbanos. Buscou-se explicar o rural como uma construção social, histórica, econômica, a partir da relação dos sujeitos com o espaço.

No segundo capítulo, intitulado, “Campo do Brito: aspectos geoeconômico”, são apresentadas informações da geografia e história do município de Campo do Brito, entremeadas com os dados socioeconômicos. Neste capítulo, são discutidas as atividades que permeiam os setores: primário, secundário e terciário, a configuração sócio espacial e os elementos que diferenciam o meio rural. Todas estas funções são integradas às atividades econômicas predominantes, a agricultura, de maneira direta ou indireta. Viu-se à necessidade de focar essas múltiplas funções como parte do processo de construção da ruralidade contemporânea, ressaltando as questões vinculadas à organização espacial.

No terceiro Capítulo, “Ruralidades e novas ruralidades em Campo do Brito”, fez-se uma análise das entrevistas realizadas com os moradores dos distintos povoados, podendo perceber a permanência das ruralidades e o avanço das novas ruralidades com a inserção de técnicas e de recursos tecnológicos, além dos padrões culturais evidenciados na contemporaneidade, comprovando as transformações existentes no espaço rural do município.

Nas Considerações Finais, faz-se um resgate das discussões sobre o estudo da ruralidade e das novas ruralidades abordados nos respectivos capítulos, mostrando as

principais atividades existentes no espaço rural de Campo do Brito, as mudanças realizadas nas práticas agrícolas bem como o avanço das funções não agrícolas, as quais partem do processo de construção de um rural contemporâneo.

Com a presente pesquisa almeja-se que possa contribuir para ampliar o debate sobre a temática da ruralidade, das novas ruralidades e o estudo sobre o espaço rural, assim como fortalecer o conhecimento geográfico com as reflexões sobre o estado de Sergipe e o município de Campo do Brito.

## CAPÍTULO I

### 1. UMA REFLEXÃO SOBRE O ESPAÇO RURAL

Estudar o espaço rural na contemporaneidade se faz necessário tendo em vista a importância desse espaço como *lócus* da produção dos alimentos, bem como das transformações existentes na contemporaneidade. Durante muitos anos o rural era visualizado como lugar exclusivo de atividades primárias e definido por características que remetiam ao atraso, a rusticidade, ao isolamento, à falta de infraestrutura, a baixa densidade populacional, uma vez que, até a metade do século passado, as atividades terciária e secundária estavam concentradas no espaço urbano.

A partir da década de 1970, esse espaço passou a ser alvo de políticas públicas com ações de diferentes atores. Tal fato resultou em intensos investimentos do setor público, privado, das organizações sindicais e dos movimentos sociais.

Devido às transformações na base técnica, com a inserção de novas tecnologias a configuração dessa área passou a ser alterada. Essas modificações são expandidas com o avanço do “meio técnico-científico-informacional” (Santos, 2002) dinamizando-os, emergindo novos valores, hábitos, técnicas, usos de tecnologias, maquinificação, um processo em constante reorganização do cenário com alterações em diferentes intensidades no tempo e nos distintos lugares.

Conforme Schneider (2006), atualmente o meio rural brasileiro tem exibido mudanças nas formas de ocupação das atividades. O autor ainda evidencia a complexidade dessas modificações nas relações sociais e culturais que vão além das transformações perceptíveis no mercado de trabalho. Enquanto isso, outros autores continuam a abordar e enfatizar as especificidades do rural relacionando-o aos aspectos naturais. Nessa direção, Marques (2002, p. 109) argumenta que:

O espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o “espaço natural” aparecem como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e na recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa.

A autora ainda menciona sobre a importância de apresentar uma conceituação de rural e urbano mais apropriado, para a realidade espacial, sendo esta veementemente concatenada, a uma perspectiva econômica, não atribuindo importância aos aspectos da problemática social abrangida nas atuais modificações acontecidas em ambas as áreas.

Nesse capítulo, busca-se realizar uma análise das diferentes vertentes teóricas sobre a concepção de rural e de conceitos como urbanidades, novas ruralidades e ruralidades a partir das transformações ocorridas.

### **1.1 Espaço rural na Contemporaneidade**

A incessante busca de uma definição do rural torna-se complexa, tendo em vista que esse espaço não apresenta características essencialmente agrícolas como no passado. Na atualidade, esses espaços vêm passando por transformações que instigam as várias formas de interpretações.

Nesse sentido, é fundamental a análise de estudos de autores como o da italiana Elena Saraceno (2001) que propõe identificar as distintas dinâmicas para cada parcela do espaço e em diferentes escalas, com a finalidade de estabelecer critérios variáveis de definição entre “rural” e “urbano”, adaptados à circunstância de cada uma delas. A autora ressalta que existem distintas formas de explicar as características espaciais do rural e urbano e sustenta a ideia de que a diferença é de natureza social, estando relacionada ao modo como estão distribuídas as populações, sejam essas de características cultural ou até mesmo direcionadas às atividades agrícolas, de indústria ou serviços. Saraceno ainda questiona a importância de se compreender essa diferenciação espacial, durante o tempo em que os processos de urbanização e industrialização atuavam com características da primeira geração de países desenvolvidos. Além disso, menciona que, com o desenvolvimento do rural e o deslocamento de setores tais como industrialização, novas funções de lazer e a descentralização dos serviços públicos, emergiu-se um espaço mais dinâmico.

O resultado dessas mudanças que vem despontando no meio rural se difere do rural essencialmente agrícola do passado, pois a distribuição dos serviços está menos polarizada nas áreas urbanas. O espaço rural ao integrar as atividades dos diferentes setores da economia passa a contrapor ao predomínio das atividades agrícolas. (SARACENO, 2001)

Além dessa autora, o geógrafo francês Bernard Kayser (1996) também evidenciou o renascimento de um novo espaço rural, na França, assinalado por novos atores, funções e

perspectivas, e um modo particular da vida social. O autor ressalta que esse espaço pode ser entendido para além dos aspectos econômicos, mas, relacionando aos aspectos sociais, para tanto, é necessário entender: os contornos, as especificidades e as representações, como também o espaço físico determinado pela ocupação, as práticas sociais e culturais definidas pelos costumes, crenças, a relação do homem com o meio e particularidades que identificam seus habitantes, distinguindo-os dos demais.

O sociólogo chileno Gómez (2003) busca sistematizar os principais aspectos relacionados à relação campo-cidade, por meio de um estudo direcionado à América Latina e ao Brasil. O autor admite a existência de duas perspectivas, fazendo distinção de uma ruralidade tradicional de enfoque dicotômico, da nova ruralidade.

Para o autor, do ponto de vista da ruralidade tradicional, o campo se mostrava como atrasado e sem condições para proporcionar bem-estar à população, condição assegurada apenas pela cidade. Já quando faz referência à nova ruralidade, Gómez (2003) ressalta que ela está fundamentada na diversidade de atividades, que se concretizam e configuram o novo espaço; nas particularidades das relações constituídas no meio rural, tais como as de parentesco, que dão sentido ao espaço com identidade; nas relações que se desenvolvem com o urbano, acarretando uma integração entre os dois espaços, pois, considera certas áreas urbanas, normalmente, como parte da ruralidade.

No Brasil, o espaço rural de acordo com o Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2002, p. 66) é:

Uma área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores nas seguintes situações de setor: rural de extensão urbana, rural povoado, rural núcleo, rural outros aglomerados, rural exclusive aglomerados. Essa delimitação é fundamentada na definição político-administrativa.

O perímetro urbano é considerado a linha divisória dos espaços juridicamente distintos de um distrito, estabelecida por lei municipal, aplicada para classificar os domicílios pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como também utilizado para ações de questões urbanas. A definição do rural é determinada pelo município, por meio de sua Câmara Municipal, integrada aos parâmetros políticos e econômicos do perímetro urbano.

Nessa definição, que existem alguns problemas como: identificação do rural, os critérios utilizados para definir a delimitação do espaço urbano; e a autonomia dos governos

municipais em determinar até onde se estende o perímetro urbano, estando sujeito aos interesses fiscais dos municípios.

Veiga (2002) ao discutir essa definição ressalta que, no Brasil, existem cidades com população inferior a 2.000 habitantes e são consideradas como urbanas. O autor propõe que para fazer uma análise da configuração é preciso combinar ao menos o critério de tamanho populacional com a localização do município e a densidade demográfica. A densidade é utilizada como critério principal para estabelecer o rural e o urbano, pois deste modo seria possível captar as transformações ocorridas no meio natural que resultam de atividades humanas. “É por isso que se considera a “pressão antrópica” como o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização” (VEIGA, 2002, p. 33).

Entre os critérios utilizados para classificar os espaços rural e urbano nota-se que tem como maior destaque a densidade demográfica. Para os critérios empregados para tal distinção dos espaços se faz imprescindível associar, além dos aspectos quantitativos presente nessa variável, outros qualitativos que devem ser primordiais, a exemplo da cultura das questões social, econômica, ambiental, a história, uma vez que se trata de modo vida e de relações que ocorrem em uma localidade onde persiste a relação do indivíduo com o meio.

Esse contexto significa também contemplar o particular à totalidade, já que é ponto fundamental para a análise desse espaço. Wanderley (2001) assevera:

Quando estou falando de mundo rural, refiro-me a um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais. Porém, considero que este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba (WANDERLEY, 2001, pág. 32).

O conceito do rural foi modificado à medida que estudos mostraram a complexidade da realidade em diferentes escalas em nível global, nacional, regional como já citado anteriormente.

Kageyama (2004) atribui três características fundamentais do rural: espaços de baixa densidade populacional, com comunidades menores, onde há uma maior homogeneidade; uma população que se ocupa de atividades agrícolas e vive em situação de atraso material e cultural.

Na visão de Wanderley (2000), o meio rural é entendido como um espaço de relações sociais específicas que se constrói, se reproduz sobre um espaço singular de vida e argumenta que para compreendê-lo “é preciso considerar sua dinâmica social interna, isto é, aquela que resulta da maior ou menor intensidade e complexidade da vida local e, por outro lado, as formas de sua inserção em uma dinâmica social externa” (idem, p. 30).

Na atualidade, a sociedade brasileira exhibe um “novo olhar” sobre o meio rural, esse antes visto como fonte de problemas: desenraizamento, miséria, isolamento, currais eleitorais, passando a ser cada vez mais compreendido como portador de “soluções” (WANDERLEY, 2001). A autora ainda argumenta que diante desse entendimento esse espaço passa a ser percebido com alternativas para a possibilidade de melhoria da qualidade de vida e através do aprofundamento de relações sociais.

Os debates que permeiam os estudos sobre o rural vêm se intensificando diante da agilidade e veemência das modificações técnicas, econômicas, sociais e ambientais que foram inseridos, a esses espaços, a partir da segunda metade do século XX.

Mesmo delineando uma perspectiva de não restringir o rural ao agrícola, O MDA (2005, p. 08) ao defini-lo ressalta que as “áreas rurais enquanto tal são suas características espaciais: o menor grau de artificialização do ambiente quando comparado com áreas urbanas, a menor densidade populacional”. Essa definição não ressalta a complexidade do funcionamento da economia, nem aponta os setores de atividades e suas inter-relações socioeconômicas e espaciais, tampouco contempla as discussões das “urbanidades no rural” proposta por Rua (2006), das novas ruralidades, da pluriatividade e multifuncionalidades largamente difundidas nos estudos de Carneiro (1998), Moreira (2005), do “novo rural” Graziano da Silva (1997), dentre outros.

Graziano da Silva (1997), observando as novas funções do meio rural brasileiro, conclui que já não se pode caracterizá-lo somente como agrário. Faz necessário incluir outras variáveis, como as atividades rurais não agrícolas resultante da crescente urbanização do meio rural, como “o turismo rural, lazer e outros serviços, assim como as atividades de preservação do meio ambiente, além de um conjunto de atividades agropecuárias intensivas, tais como olericultura, floricultura, fruticultura de mesa, piscicultura, criação de pequenos animais, na inserção da economia do rural” (1997, p. 12-14).

A recente dinâmica existente no rural brasileiro revela uma complexidade que envolve alterações relacionadas aos vários elementos existentes no urbano que estão inseridos nas atividades, o autor as denomina de rurbanização, considerando esses novos



tipos de serviços não agrícolas que caracterizam esses espaços. Nessa perspectiva Graziano da Silva (1997) assevera:

O espaço rural não mais pode ser pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além dele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando uma gestão multipropósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.25).

Para esse autor, os impactos da modernização da agricultura são evidentes no espaço geográfico, porém, considera que problemas como a concentração fundiária, o empobrecimento dos agricultores familiares ainda permanecem. Contudo, não é possível negar a forte transformação pela qual a agricultura brasileira passou nas últimas décadas, no entanto tais mudanças técnicas, de algum modo, convivem com as velhas estruturas que permanecem nas relações rurais do campo brasileiro.

Entretanto Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004) analisa o projeto rurano defendido por Graziano da Silva, bem como as discussões sobre as cidades imaginárias de José Eli da Veiga; e, o autor tece críticas argumentando que ambos formularam hipóteses sem levar em consideração a realidade, utilizam exclusivamente os dados secundários e selecionados segundo seus próprios interesses. “(...) há pesquisadores que a partir de exercícios estatísticos estão construindo caminhos de investigação que reproduzem equívocos e consequências às vezes, irreparáveis aos estudos da geografia” (p.43).

Oliveira (2004) entende que para compreender o campo é necessário avaliar as questões referentes às mudanças técnicas e redefinição das lógicas de produção do território, tendo em vista que a construção no modo de produção capitalista se dá através da destruição e transformação. O autor ainda instiga a percorrer cenário de agentes sociais, elucidando os personagens envolvidos no mundo agrário brasileiro, reconhecendo neste um campo sociopolítico marcado por tensões.

Outra crítica a respeito da discussão de Graziano sobre o Rurano é realizada por Alentejano (2000) ao argumentar a relevância de questionar a existência de uma nova realidade no campo brasileiro e, define o significado desse “novo rural”. Nessa perspectiva o autor aborda que:

O entendimento de que o mundo rural brasileiro passa por transformações radicais que estão conferindo a este uma nova fisionomia parece-nos um tanto exagerado. Seria incorreto dizer que não se verificam transformações

importantes e significativas no campo brasileiro, mas o realce que lhes é dado, nos últimos tempos, atribuindo-lhes um sentido de novidade absoluta, não julgamos que corresponda exatamente à realidade (ALENTEJANO, 2000, p. 100).

De acordo com Alentejano (2000), existem alguns pontos que devem ser revistos na concepção de Graziano da Silva (1997) sobre o novo rural, ao afirmar que:

Em primeiro lugar, obscurecem as diferenças existentes no próprio processo de modernização, deixando de perceber as especificidades e contradições presentes neste; de outro, não observam as diferentes estratégias que estão por trás da adoção de práticas idênticas, atribuindo-lhes uma racionalidade comum; finalmente, não identificam as continuidades históricas entre processos antigos e atuais, atribuindo a todos o caráter de novidade (ALENTEJANO, 2000, p.101).

Nessa direção, entende-se o rural como elemento de descrição e explicação da realidade. Nessa perspectiva, o autor defende que mesmo com as transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais resultantes do incremento dos elementos urbanos, o rural não deixará de existir, o que acontece é a alteração do seu significado.

Além disso, o autor argumenta que Graziano da Silva não considera a questão do equilíbrio entre modernização e agricultura familiar, uma vez que extingue a possibilidade de refletir estratégias de desenvolvimento, alternativas dentro da agricultura. Dessa forma, percebe-se que os resultados apresentados não são somente os sociais e ambientais, mas, também, econômicos, bem como a dependência de financiamentos cada vez mais elevados, tornando assim o agricultor cada vez mais dependente.

Alentejano assevera a necessidade de analisar os procedimentos descritos por Graziano da Silva, tendo em vista a defesa do autor do domínio da urbanização no campo, deve-se, portanto, identificar qual o postulado teórico que melhor fundamenta a análise teórica “a ideia de que o rural foi ou está sendo sepultado pela expansão do urbano, ou acreditar que o rural e o urbano sempre foram categorias úteis para a análise” (ALENTEJANO, 2003, p. 08). Para Alentejano, a observação feita é a de que ainda há lugar para o rural como ambiente que contém significado e concepções da realidade, ocorrendo apenas mudanças na forma de entendimento. Sendo assim, o autor considera essencial evidenciar que “apesar das inegáveis transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais resultantes do desenvolvimento do fenômeno urbano, o rural não deixou nem deixará de existir, apenas teve e está tendo seu significado alterado” (ALENTEJANO, 2000, p. 103).

O espaço rural, nessa concepção, é entendido pela inter-relação do urbano, cujos espaços, encontram-se num processo de complementaridade, assim como de diferenciação da vida cotidiana dos sujeitos, ou seja, permitindo compreendê-lo a partir das características particulares manifestadas no modo de vida, que por sua vez, produzem seus espaços de acordo com suas necessidades sejam materiais e/ou subjetivas.

Ainda sobre a discussão do rural, a partir da análise realizada por Graziano da Silva, a professora Maria Nazaré Wanderley (2000) argumenta que existe um *continuum* rural-urbano, ou seja, uma relação que aproxima e associa os dois termos, que “permite identificar a proximidade e a continuidade espacial entre o meio rural e o urbano. Por outro lado, reforça a constituição de identidades referidas às diferenças espaciais e o sentimento de pertencimento ao meio rural” (p. 107). Para a autora, não se observa o fim de particularidades, nem o fim do rural, na discussão do *continuum* ressaltam-se as mudanças das relações e uma aproximação entre os dois espaços geográficos.

A expressão do *continuum* tem sido empregada para descrever as semelhanças do modo de vida rural com o urbano, entretanto, embora prevaleça essa ideia de homogeneização dos aspectos econômicos expresso nessa análise, observa-se também a dimensão sociocultural. Assim, observa-se a manutenção das peculiaridades, ampliando-se suas inter-relações, já que as diferenças permanecem em cada um deles, auxiliando a procura de um pelo outro como tentativa de suprimir as demandas existentes em cada espaço.

Continuando a discussão do rural, em outra perspectiva, Ianni (1996) argumenta que com a globalização muda o modo de vida no campo, bem como a forma de organização do trabalho e produção, os padrões socioculturais. Tais alterações transfiguram a incorporação da urbanização como modo de vida. Acrescenta ainda que o mundo rural embora exista e seja indispensável, se encontra mais diverso e transformado. Portanto, assevera o autor:

Aos poucos, ou de forma acelerada, conforme o setor produtivo a ação ou região o mundo agrário transforma-se em conformidade com a exigência da industrialização e da urbanização. O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo generaliza e enfatiza forma de sociabilidade, instituições, padrões, valores e ideias que expressam a urbanização (IANNI, 1996, pág. 47).

Esse pressuposto apontado pelo autor sobre as exigências da industrialização e da urbanização é essencial para uma reflexão do sistema capitalista para explicar as novas configurações sócio espaciais e as repercussões na economia, no aspecto social, na

organização do trabalho e na intensificação do uso da tecnologia no campo. Desse modo, entende-se que as transformações resultantes de processos sociais e econômico, são manipuladas por novas tecnologias informacionais, fluxos de comunicação e pela influência mútua. Tais transformações relacionam-se à emergência dos novos paradigmas integrados ao avanço do capitalismo no campo e à expansão do uso de tecnologia.

Santos (1996) salienta que modernização e tecnicização da agricultura constituem em aspectos que aproximam o campo da cidade. Assim, a expressiva presença da ciência, da técnica e da informação no meio rural proporcionaram a reestruturação produtiva, assinalada pelo aparecimento das atividades agrícolas efetivadas com o intenso uso e da expansão de maquinários, insumos agrícolas e técnicas, além de viabilizar também o aumento de atividades não agrícolas. Com o avanço do meio técnico-científico-informacional e de sua difusão no espaço geográfico, altera-se a dinâmica sócio espacial, tornando-se cada vez mais complexa.

Santos (1996, p. 206), adverte que:

Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais. A participação no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas.

Nesse sentido, o desenvolvimento das relações de produção foi impulsionado e fundamentado no aporte tecnológico oriundo do paradigma da modernização direcionado ao campo. A configuração do espaço geográfico é alterada, afetando as técnicas, a economia, a cultura e o meio ambiente provocado pelas relações dinâmicas da interação sócio-espacial, permeado por mudanças nas práticas que caracterizam a lógica do capital.

Ainda sobre a discussão sobre o rural, Marques (2003, pág. 507) evidencia que:

Nos últimos anos a dicotomia urbano-rural tem vindo a ser substituída pelos novos relacionamentos entre o urbano e o rural, retratando as interdependências funcionais e espaciais e a necessidade de promover uma maior integração e complementaridade.

O espaço rural não deve ser compreendido em oposição ao urbano, mas como ambientes com relação de complementaridade, em que cada um não perde a sua identidade socioeconômica e cultural (HESPANHOL, 2013). Perante a aproximação existente entre o

rural-urbano, devido a fatores como os transportes e o avanço do meio técnico científico informacional, vários elementos foram auferindo espaço e se tornando essenciais para a sobrevivência desses moradores como à infraestrutura, serviços, ao passo que estabelece padrões de valores dessas localidades.

Por isso, a complexidade e a valorização dessas áreas por meio das transformações ocorridas modificam a forma de definir o rural, cuja participação sistêmica e de proximidade está relacionado, seja ao nível de fluxos migratórios, bens e informação, ou por intermédio da prestação de serviços, podendo constituir um fator, não só integrador, mas também que impulsiona alterações para esse espaço.

Nesse sentido, Alentejano (2003) salienta de igual modo a Marques(2003) que é necessário para a compreensão do rural superar a dicotomia existente entre os espaços rurais e urbanos, e demonstrar que:

- 1- a modernização do campo, entendida como a difusão de tecnologias e relações de trabalho e produção baseadas na racionalidade técnica e na divisão do trabalho, em alguns locais foi mais acentuada que nas cidades, onde muitas vezes persistem setores onde predominam técnicas e relações de trabalho arcaicas;
- 2- O domínio da técnica e da artificialidade não é exclusivo meio urbano, seja porque o espaço rural é cada vez mais transformado e produzido pelos homens, seja porque cada vez mais se busca a construção de cidades menos artificializadas, onde haja espaço para a preservação da natureza;
- 3- a indústria não é e nunca foi um fenômeno tipicamente urbano, como o provam as primeiras manufaturas que se instalar nas áreas rurais, onde então se concentrava a mão de obra, e as atuais fábricas que buscam fugir das grandes concentrações urbanas, em função dos problemas de custo gerados pela aglomeração excessiva — salários, tarifas, impostos e outros gastos elevados —, concentrou-se, é certo, nas cidades em função de condições econômicas, sociais e tecnológicas específicas de um dado momento do desenvolvimento (ALENTEJANO, 2003, pág. 09).

Embora o autor analise a dimensão do rural para além das atividades agrícolas, observa-se que existe uma relação de pertencimento, de integração associado a terra, para além da dimensão social e econômica. Logo, há uma diversidade e complexidade de relações no campo. Para Alentejano:

As relações econômicas passam pela importância maior ou menor que a terra tem como elemento de produção, reprodução ou valorização. As relações sociais incluem as dimensões simbólica, afetiva, cultural, bem como os processos de herança e sucessão. As relações espaciais estão vinculadas aos arranjos espaciais de ocupação da terra, distribuição da infraestrutura e das moradias (2003, pág. 11).

De acordo com as discussões do autor deve-se levar em consideração o modo de vida às analogias simbólicas, as representações dessa dimensão do homem com esse espaço, as peculiaridades existentes na relação homem/meio.

Para Carneiro, faz-se necessário abordar a eficácia do meio rural na contemporaneidade, diferente das discussões anteriores feitas por alguns atrasos como um espaço permeado pela rusticidade e atraso. Nesse sentido, a autora ressalta:

(...) as dinâmicas atuais das sociedades rurais têm introduzido novos ingredientes ao debate, dando margem à formulação de outras correntes interpretativas. Entre esses ingredientes, destaca-se a observação de que a dinâmica do mundo rural não caberia mais na afirmação da tendência ao seu esvaziamento social, econômico e cultural (2008, p. 11).

Logo, as relações sociais abrangem as dimensões simbólica, afetiva, cultural, essenciais na continuidade do rural, à medida em que quando não há existência de tais relações sociais na terra acontece a desintegração, permitindo que esse espaço passe a ser constituído por diversos atores sociais e ocorra a inserção de novos atributos.

Entretanto, é necessário perceber, na contemporaneidade a dimensão do novo rural, como categoria analítica e fenômeno social que deve ser explicado como ambiente em constante processo de reorganização. Esse espaço, aos poucos, vai se tornando base para a produção de bens simbólicos ressignificados, munindo uma nova dinâmica econômica e social, agregando signos ao meio rural, que configuram a base para se construir uma nova noção desse espaço, ou seja, um movimento de resgate e valorização da cultura e da sociedade (CARNEIRO, 2008).

Moreira (2013) corrobora com a discussão iniciada por Carneiro ao ressaltar que existe um novo rural que apresenta novas formas de subsistência, não mais sendo compreendido como espaço exclusivo das atividades agrícolas, mas por meio de atividades artesanais, a exemplo da fabricação de conservas, artesanatos e manufaturas associados à natureza, assim como a cultura popular e tradicional. O autor defende que está em curso uma mudança cultural dos sentidos que eram atribuídos ao rural, emerge uma nova visão desse lugar, devido a essas transformações que vem ocorrendo no rural.

O rural também é visto como espaço socialmente construído, com funções específicas na reprodução e desenvolvimento das sociedades e uma relação de complementaridade com o urbano, por meio dos negócios, das atitudes em relação às funções

a ele atribuídas e das representações culturais e simbólicas que permeiam a noção de ruralidade ou urbanidades, tornando necessário explicar sua delimitação e articulação na contemporaneidade. Esses processos de revalorização do mundo rural consolidam atividades rurais e urbanas em cidades interioranas (MOREIRA, 2013), podendo diminuir o processo de migração rural-urbana.

O mundo rural não se limita à homogeneização, ao contrário, as características dos modos de vida desenvolvidas nesse espaço permitem que sejam analisadas e verificadas as permanências, as reconstruções, as emergências de processos sociais e ambientais que dão particularidade a esta forma sócio espacial. O conceito de novo rural está em construção e permite que sejam utilizados pressupostos os quais estejam de acordo com o desenvolvimento desse ambiente.

Entretanto, nas discussões de Graziano da Silva (2001), a dimensão do novo rural apresenta-se diferenciada dos autores como Carneiro e Moreira; Para Graziano

Esse novo rural é composto pelo agribusiness, por novos sujeitos sociais, alguns neo-rurais, que exploram os nichos de mercados que surgem em decorrência das novas atividades agrícolas e não agrícolas no campo; aparecem condomínios rurais de alto padrão e ao mesmo tempo loteamentos clandestinos, abrigando pessoas que por questões financeiras não conseguem moradias nas áreas urbanas. Cresce o número de pessoas que residem em áreas rurais e estão ocupadas em atividades não-agrícolas como as chamadas “ORNAs”, como pedreiros, carpinteiros, motoristas, jardineiros, caseiros, cozinheiros, monitores, empregadas domésticas, etc.

Embora o autor evidencie as alterações e as novas atividades no espaço rural não aborda que a dimensão dessas transformações ocorre de forma diferenciada nas regiões brasileiras, todavia, é visível a quantidade de pessoas ocupadas nessas distintas atividades.

Ainda sobre a temática das transformações do espaço rural, Mattei (2005, pág. 02) acrescenta cinco dimensões no formato da nova paisagem rural:

- 1) O espaço rural passa a ter outras funções, além daquelas de caráter exclusivamente agrícola;
- 2) O processo de trabalho sofre profundas alterações, levando a uma desagregação das formas tradicionais de articulação da produção familiar;
- 3) A variável ambiental passa a ser um elemento decisivo no âmbito das novas políticas de desenvolvimento rural, uma vez que o uso intensivo dos chamados "insumos modernos" promoveu uma ruptura na harmonia que reinava entre as explorações agrícolas e a preservação dos recursos naturais;
- 4) O sistema agroalimentar passa a ser comandado por grandes empresas que se organizam e operam em escala mundial, tendo em vista a

emergência e a consolidação de uma nova ordem econômica baseada na desregulamentação dos mercados e na concentração e centralização de capitais;

5) As políticas agrícolas, com o objetivo de se adequarem a esse novo contexto sócio-econômico, estão passando por constantes reformulações, embora prevaleçam sérias distorções entre grupos de países, conforme as verificadas recentemente na rodada de negociações comerciais promovida pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nesse cenário se multiplicam as oportunidades e surgem novas relações de trabalho e um novo processo gerador de renda, as áreas rurais passam a adquirir maior competitividade socioeconômica através de diversos fatores, com destaque para a elaboração e oferta de produtos.

O turismo rural é parte importante desse mosaico de atividades existente no rural, que aparece como um elemento novo no panorama econômico, tornando complementar as atividades agrícolas sendo considerado, inclusive, como uma atividade econômica importante na busca de melhores condições de vida dos habitantes dessa localidade, os quais diversificam suas maneiras de trabalho tendo em vista a ampliação de seus níveis de renda. Mattei afirma (2005, pág. 03-04) que,

Além disso, ressaltamos também que no Brasil o conjunto de atividades associadas ao termo genérico "turismo rural" (hotel-fazenda; fazenda-hotel; pousadas; pesque-pague; restaurantes típicos; venda direta de produtos industrializados nas propriedades; atividades de lazer associadas à paisagem natural; atividades baseadas nos elementos culturais de um local e/ou região; atividades ecológicas; etc) causava uma série de "confusões terminológicas", nem sempre ficando claro o sentido e o significado que se expressavam através das referidas designações.

É importante destacar o crescimento dessas atividades, principalmente, aquelas ligadas ao turismo rural, porém, o desenvolvimento dessas ocupações no meio rural não se expande de igual modo à realidade ressaltada pelo autor. O turismo rural constitui uma atividade em expansão nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, incrementa a economia, contudo, nas demais regiões o desenvolvimento é relativamente irrisório.

Graziano da Silva e Del Grossi (2013) assinalam que a evolução das ocupações não agrícolas no meio rural brasileiro, configurando o denominado novo rural, composto por novos atores, novas relações e novos comportamentos os quais se tornam em alguns casos alternativas de melhoria de renda das famílias que resistiram no campo. Logo, essas novas formas de trabalho e de produção devem ser compreendidas como estratégias de reprodução,



representando, muitas vezes, uma forma de sobrevivência diante da decadência relacionada aos custos e valor da produção agrícola. Diante das dificuldades vivenciadas pelos agricultores para continuar em seus estabelecimentos, eles adotam a inserção em múltiplas atividades.

Ao analisar as especificidades essenciais à dinâmica das transformações, às quais refletem no processo de redefinição das relações da população rural como meio em que convive, percebe-se que o espaço rural passa por um processo de organização e reorganização necessário para absorver as recentes mudanças inerentes para a sociedade. Diante disso, busca-se no próximo item fazer uma abordagem sobre as novas formas de organização das atividades no campo. Como ressalta Martins (2001), no rural, algumas relações sociais se desfazem enquanto outras se realizam ou são transformadas, diante do processo das relações sociais. O autor ainda enfatiza que entender o rural com suas particularidades é reconhecer que:

As populações rurais, mais do que instrumentos da produção agrícola, são autoras e consumidoras de um modo de vida que é também um poderoso referencial de compreensão das irracionalidades e contradições que há fora do mundo rural (MARTINS, 2001, pág. 09).

Dessa forma, é notável que devido às mudanças ocorridas, a visão de uma abordagem dicotômica vem perdendo espaço e emergem as discussões sobre as urbanidades, as ruralidades e as novas ruralidades no meio rural. A análise dessas alterações e esses conceitos serão apresentados no próximo item.

## **1.2 A nova configuração sócio espacial do rural e os conceitos de urbanidades, ruralidades e novas ruralidades.**

Com as alterações existentes percebe-se a heterogeneidade no espaço rural, assim busca-se explicar sua dinâmica espacial, antes, notadamente agrário. Tais mudanças se deram em decorrência do crescente avanço da tecnologia e da integração entre o rural e o urbano.

De acordo com Rua (2006), as atividades não agrícolas são uma estratégia possível de garantir a permanência das famílias no campo, assim, essa incorporação de novas

atividades, atribui a ele características de um “novo rural” contribuindo de forma estratégica para a não fragmentação da propriedade que o autor as denominam de “urbanidades no rural”. Para o autor

(...) procura-se, cada vez mais, trabalhar fora da unidade produtiva, e membros da família dedicam-se à prestação de serviços externos (tratorista, turmeiro, frentista, comerciante, bancário, veterinário, piloto agrícola etc); estabelece-se uma estratégia de não fragmentação (2006, pág. 86).

A diversificação das atividades e o incremento de atividades não-agrícolas passaram a existir nesses espaços como formas ou estratégias que pudessem contribuir para a permanência dos habitantes no lugar de origem, também transformaram o modo de vida dos habitantes, considerando a realidade dos diversos moradores que habitam o espaço rural. Enquanto isso, em outra perspectiva teórica, Rua (2006), ao mencionar as alterações ocorridas, no Brasil, assevera que elas permitiram a recriação do rural pelo capitalismo, e que isso tornou possível novas imagens e dimensões desse espaço que se torna cada vez mais diferente do agrícola, ao mesmo tempo em que se distinguem cidade e urbano, numa explicitação crescente da complexidade que marca tais relações. Para o autor, as recentes modificações no espaço rural, as quais, antes, eram particularidades do mundo urbano, são entendidas como “urbanidades no rural”.

O autor ainda argumenta que, as “urbanidades no rural” denotam o distanciamento do rural predominantemente agrícola, devido ao surgimento das ocupações não agrícolas; difusão do trabalho industrial pela localização de fábricas no campo; a unidade familiar tornando-se cada vez mais distinta da unidade de produção; membros da família dedicam-se à prestação de serviços; uso de tecnologias alternativas de natureza agroecológica e natural; fortalecimento do turismo ecológico e cultural, bem como a valorização da cultura local, dentre outras.

Diante do exposto, Rua (2010, pág. 57) comenta que:

As “urbanidades no rural” seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses espaços formalmente como urbanos. Não se pretende criar conceitos novos que obstaculizem, mais ainda, a discussão, mas indicar: que a ideia de urbanização rural dificulta a compreensão dos processos em curso pelo caráter homogeneizador e simplificador que carrega; que a urbanização, difusa, ideológica/ cultural, como já foi referido, dificilmente pode ser mensurada. A ideia de “novas ruralidades” parece-nos enfatizar por demais a força do rural diante do

urbano que, sem dúvida, comanda o processo de reestruturação espacial no mundo contemporâneo.

O autor ainda argumenta que a urbanização física bem como a urbanização ideológica leva a perceber a presença de “urbanidades” como marca no espaço rural. Com o advento da ampliação da infraestrutura, da melhoria dos meios de transporte e do veemente fluxo de informações difundidas pelas mídias, em especial a televisão, esses meios acarretaram no espaço rural mudanças, incorporadas nos hábitos dos habitantes da sociedade.

Nessa direção, Marafon (2012) corrobora com a discussão de Rua e enfatiza que o campo passa a ser compreendido como “morfologia espacial”, resultante da interação entre as ruralidades e urbanidades, envolvendo múltiplas escalas geográficas. Ainda argumenta que as interações sociais que envolvem urbanidades e ruralidades formam uma sociabilidade híbrida.

Para Andrade (2010, p. 12), o que há, de fato é "um processo de ruralidade urbana e, em contrapartida, de uma urbanização rural". Nesse caso, haveria uma rurbanização, isto é, uma combinação em meio aos valores expostos pelos modos de vida rural e urbano. Sendo um processo de desenvolvimento socioeconômico que adéqua, em termos de forma e conteúdo, uma única vivência regional e nacional os “rurbanos”. De acordo com o autor, existe uma influência múltipla entre os espaços urbano-rural e rural-urbano, ou seja, não ocorre exclusivamente domínio do urbano no rural.

O autor (2010, p.12) ainda expõe que:

Os contrastes entre o campo e a cidade vêm desaparecendo, de vez que, com as facilidades de transportes e de comunicação, o campo penetra cada vez mais a cidade e a cidade cada vez mais o campo. Pode-se afirmar que há um processo de ruralidade urbana e, em contrapartida, um de urbanização rural. Daí, haver o sociólogo-antropólogo Gilberto Freyre, usando a expressão “rururbano” para definir o que ainda não deixou de ser rural, mas que ainda não é urbano.

Para o autor, existe uma influência múltipla entre os espaços, há uma intervenção entre ambos os espaços representados com a interação de valores e funções difundidos nos distintos espaços.

Candiotto e Corrêa (2008) fazem referência à discussão da urbanização do rural, exposta por Graziano da Silva (2001) por meio do conceito de rurbano. Nesse sentido, os autores asseveram que a inserção de novas atividades no campo que permite que o rural

adote novas funções, como as atividades de lazer, o turismo, segundas residências, hotéis-fazenda, aposentadorias, dentre outros, ou seja, ocorre uma nova reconfiguração no espaço rural. Entretanto, não significa a urbanização ou domínio do urbano no rural.

A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas para complementar a renda da família apresenta-se como estratégia crescente dos membros familiares que residem no espaço rural e conciliam duas ou mais atividades, sendo uma delas a agrícola. Os autores defendem essas novas funções fundamentados na realidade da região Sul do Brasil, onde avançam as atividades turísticas e de lazer no meio rural.

Conforme Schneider (2006), atualmente, o meio rural brasileiro tem exibido mudanças nas formas de ocupação das atividades, evidenciando uma complexidade dessas modificações entre as relações sociais e culturais que vão além das transformações perceptíveis no mercado de trabalho.

Há ainda uma reflexão das dinâmicas sociais manifestadas no campo, tais como o aparecimento de sociabilidades e identidades exibidas como rurais, as quais representam uma forma de questionamento e de contrapor a ideia de desaparecimento do meio rural. Desse modo, podem-se detectar a integração entre o urbano e rural, fato esse evidenciado e, que não é possível desconsiderar o avanço das características rurais sobre as cidades, logo, pode-se encontrar elementos da ruralidade em espaços urbanos de igual modo àqueles as urbanidades no rural.

Carneiro (2008) argumenta que a ruralidade pode ser pensada como um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas e salienta ainda que:

Nesses termos, não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como “rural”, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural (CARNEIRO, 2013, 59).

Fundamentado nessa argumentação, pode-se contestar componentes das teses de urbanização/industrialização como um fenômeno inevitável no rural. Sobre essa perspectiva, é entendido que o rural não é oposto ao urbano, assim, abre espaço para o incremento de percepção que os identifica como espaços complementares.

Abramovay (2000) comenta que a ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial, ou seja, ao invés de uma definição setorial relacionadas ao setor econômico das áreas rurais, é indispensável uma definição espacial. “À medida que a noção de ruralidade incorpora o meio natural como um valor a ser preservado, e não como um obstáculo que o processo agrícola deve remover, vão ganhando força as políticas e as práticas produtivas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade” (ABRAMOVAY, 2000, p. 09).

Diante das expressivas mudanças emerge o conceito de ruralidade relacionado ao uso das novas tecnologias, porém, há uma valorização do patrimônio cultural, preservação do meio ambiente e a expansão das atividades desenvolvidas pelos moradores desses espaços para além da atividade agrícola. De acordo com Ferreira (2013), a ruralidade é

(...) um conjunto de representações que fazem valer tais papéis, neles integrando identidades rural em transformação. O rural é um espaço de vida e trabalho, uma rede de relações sociais, uma paisagem ecológica e cultural e representações específicas de pertencimento, de desejo ou projetos de vida (2013, pág. 31).

Nessa perspectiva, o autor ressalta a importância das representações e da identidade assim como as transformações que ocorrem nessas áreas para além das inter-relações entre aspectos sociais, econômicos, culturais que caracterizam uma realidade.

Biazzo (2007) sustenta que as urbanidades e as ruralidades são racionalidades que se mostra por meio das práticas sociais. Dessa maneira, é possível localizar identidades rurais ou manifestações de ruralidades, tanto no campo quanto na cidade, assim como é possível encontrar manifestações de urbanidades no campo e na cidade.

As ruralidades fazem menção às manifestações culturais, atreladas aos modos de vida, tradições, ocupações, isto é, componentes peculiares desses espaços que ocorrem não necessariamente somente neles.

Moreira (2005, pág.21-22) assinala urbanidade em espaços rurais, do mesmo modo como ruralidade em espaços urbanos. Ainda conforme o autor:

(...) complexas relações sociais contemporâneas apresentam, ao mesmo tempo, fluxos culturais e materiais da ruralidade e da urbanidade, rompendo assim com a concepção essencialista de um ser rural que se opõe ao ser urbano. Olhando assim para esses componentes poder-se-ia falar de elementos de ruralidade em espaços urbanos, bem como de elementos de urbanidade em espaços rurais. Essa argumentação, se consistente, refuta algumas das teses que falam do fim do rural, como a industrialização e a

urbanização do campo, nessa a urbanidade em todos os espaços rurais e naquela, a urbanidade industrial dos processos produtivos.

A reflexão sobre essas questões é de particular importância para as discussões das ruralidades e urbanidades, apresentadas no caso brasileiro, em especial, as abordagens anteriores promovem admissíveis reflexões no Brasil e no mundo.

No entanto, as dinâmicas atuais das sociedades rurais têm introduzido novos elementos ao debate inseridos na elaboração de outras novas interpretações, uma vez que a dinâmica do espaço rural não cabe mais na afirmação da tendência de seu esvaziamento social, econômico e cultural, tornou-se possível para alguns autores falar em “renascimento rural”. Assum,

Renascimento este que não se identifica, conforme fora previsto pela primeira vertente de análise, à modernização do “rural” nos padrões da cidade, mas à constituição de novas formas de sociabilidade e de relações sociais sustentadas numa complexa rede de atores sociais que não pode mais ser compreendida pura e simplesmente como um processo de urbanização que se encaminharia na direção da homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade (CARNEIRO, 2008, pág. 11-12).

A homogeneização no meio rural abordada como resultante do processo de modernização é reafirmada pela expansão do modelo e forma de uso e de consumo de produtos padronizados e consumidos pelo modo de vida urbano. Entretanto, embora sejam constatadas alterações nas atividades econômicas, mas não significa o fim do rural.

Nessa perspectiva, Wanderley (2013) estabelece a hipótese de que o desfecho dos processos recentes de transformação não é o fim do rural e a urbanização completa do campo, as transformações do rural, intensificadas pelas trocas materiais e simbólicas com o urbano, fazem emergir uma nova ruralidade, pois a categoria “rural” carrega em si a diversidade das relações entre os espaços rurais e urbanos, se transformam histórica e socialmente, no tempo e no espaço. Sobre essas mudanças sócio espaciais, Wanderley (2000) ressalta que as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas apontam não para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade.

A autora ainda afirma que as diferenciações presentes nas representações sociais do rural é reforçada quando se leva em conta os aspectos sociais. Mesmo com o atual grau de transformação, no que se refere aos modos de vida, “as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativa, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo

quanto na cidade” (WANDERLEY, 2001, pág.33). Assim, é fundamental explicar que as diferenças espaciais e sociais nas sociedades modernas se desenvolvem, atualmente, em novo contexto.

Conforme Maria José Carneiro, algumas questões de conteúdo metodológico se impõem nesse novo contexto:

(...) até que ponto é possível continuarmos operando com os mesmos instrumentos analíticos elaborados em outros contextos históricos, econômicos e sociais? Qual o sentido que devemos atribuir ao rural na contemporaneidade? Até que ponto o esgotamento do modelo modernizador nos possibilitou um olhar crítico no sentido de nos liberarmos da imagem hegemônica do rural como espaço da tradição e impermeável a mudanças e, assim, passamos a reconhecer, também no chamado mundo rural, uma diversidade de dinâmicas e de atores sociais (CARNEIRO, 2008, p.16).

O contexto de mudanças, na contemporaneidade, aponta para um novo debate sobre o chamado “mundo rural” refletindo, assim, os aspectos materiais e simbólicas do espaço rural/urbano e suas relações existentes entre esses ambientes. Para Marafon (2012, pág. 69):

A análise das atuais transformações no campo brasileiro torna-se fundamental, pois, o campo, além de desempenhar as funções tradicionais de fornecer mão-de-obra para a cidade, matérias primas e consumir produtos oriundos da cidade, abriga cada vez mais, atividades não agrícolas, como a produção industrial, os serviços associados às atividades de turismo que valorizam as áreas com aspectos naturais.

Nesse âmbito, vêm sendo acrescidas ocupações que revelam o avanço das atividades agrícolas e não agrícolas que são desenvolvidas no meio rural e contempla entre outras, a formação dos complexos agroindustriais, o agronegócio, o turismo rural, tornando-se fortemente marcado pela diversidade da funcionalidade desse espaço com a inserção das novas ruralidades.

### **1.3 As novas ruralidades presentes no espaço rural**

Para explicar como se configura essa nova ruralidade se faz necessário entender quem são os novos atores, quais são as novas atividades econômicas e os serviços prestados,

bem como o entendimento a partir da representação social, isto é, dos valores, conteúdos e identidades culturais inerentes a esse espaço.

De acordo com Karam (2004), as novas ruralidades podem ser compreendidas no contexto das transformações profundas que vem acontecendo no meio rural desde o início da década de 1980, assim como sua relação com o espaço urbano. O autor ainda relata que em meio aos aspectos identificados no processo de construção está o renascimento rural, resultante da construção de uma ruralidade contemporânea impulsionada pelas mudanças que ocorrem no rural, configurando um novo significado a esse espaço.

Diante disso, Noronha e Hespanhol (2011, pág.95) salientam que:

De fato, mudanças tornaram-se evidentes e o espaço rural vem sofrendo significativas transformações, mormente em relação ao uso do solo, uma vez que o rural não pode ser mais entendido como sinônimo de agrícola em decorrência de outros serviços e funções - moradia de segunda residência, lazer periurbano, indústria, consumo da natureza e turismo rural -. O espaço rural, nessa perspectiva de análise, é um híbrido de velhas e novas funções.

Diante dessa concepção, é possível compreender que o rural vem adquirindo novas características, abrangendo nesse espaço as ruralidades e as novas ruralidades, e a consequência disso é a adaptação de um novo espaço rural. Devido às transformações acontecidas, o entendimento do termo passa a ser alterado uma vez que ocorrem, mudanças nas relações socioculturais e econômicas desses habitantes, sendo notadas situações possíveis de análise, a partir da relação com o urbano.

O desenvolvimento das atividades e o crescente número de pessoas que exercem ocupações diferentes daquelas relacionadas a agricultura, principalmente as que associam trabalhos agrícolas e não agrícolas no espaço rural, decorrem da baixa renda oriunda das atividades agropecuárias, ou seja, esse novo rural apresenta, além das dinâmicas de geração de emprego e renda centradas em atividades rurícolas, outras fundamentadas em novas formas de organizações apoiadas na inovação e na criatividade.

Conforme constata Weissbach (2007, pág. 15):

No Brasil, o produtor familiar esteve sempre em desvantagem em relação ao sistema de produção em larga escala. Assim, ele sempre lutou para superar a precariedade estrutural e conquistar espaços nos segmentos social e econômico. Diante disto, é compreensível, e até necessário, que sejam buscadas atividades que promovam uma otimização da produção e dos rendimentos rurais dos produtores familiares. Assim, as novas atribuições e múltiplas atividades produtivas que começam a surgir no espaço rural são



possibilidades que se apresentam como alternativas para o produtor familiar.

Essas tecnologias ocuparam o lugar de muitos trabalhadores rurais, os quais foram obrigados a buscar novos empregos e diversificar seu trabalho, para que pudessem nele permanecer e sustentar a família. Esses acontecimentos estariam condicionados ao advento dos meios de comunicação e de novos padrões de consumo no espaço rural, que sugerem uma mudança estrutural (SCHNEIDER, 2006).

Com a disseminação da tecnologia, da comunicação, já não é possível idealizá-lo desconectado de recursos como, a televisão, o rádio, o telefone, a informática e a internet, celular, estações de rádio e canais a cabo, antenas parabólicas. Acompanhando também a essas transformações, observam-se ainda mudanças nos padrões de produção-consumo e no comportamento dos habitantes das comunidades rurais que passam a adquirir com maior frequência produtos industrializados, não só bens duráveis, mais também alimentos, roupas, cosméticos e outros itens que caracterizavam um estilo de vida urbano.

Como ressalta Rua:

Trata-se de novos atributos, muitas vezes imateriais, em que valores ligados à natureza, à paisagem, à exploração do trabalho em áreas rurais, obrigam-nos a repensar a própria teoria da renda da terra. O capitalismo recria um rural, capaz de participante de lógicas complexas, integrar-se, desigualmente, às múltiplas escalas que marcam as interações espaciais do mundo atual. Esse processo de integração afeta, sobremaneira, a (re) construção ou a manutenção da identidade social do agricultor e os rebatimentos territoriais desse processo (RUA, 2006, pág.83).

As atividades socioeconômicas praticadas pelos atores sociais vêm de encontro à realidade de cada comunidade, portanto, são particulares e se adequam à realidade econômica e cultural dos grupos familiares e comunidade rural.

Para Del Grossi et al (2007, p. 10), faz necessário também ampliar as políticas públicas direcionadas ao meio rural de modo a contemplar a grande variedade de dinâmicas de ocupações hoje presentes nesse ambiente, pois já são relevantes ao processo de desenvolvimento rural, com destaque para:

- infra-estrutura de bens e serviços públicos (saúde, educação básica e profissionalizante, saneamento, rede de água, coleta de lixo, energia elétrica, transporte, comunicação, etc.);
- uso e conservação dos recursos naturais e ordenamento da ocupação territorial;

- aposentadorias/pensões e renda mínima;
- subsídios às atividades de produção e comercialização de produtos artesanais agrícolas e não-agrícolas, etc.

De acordo com Moreira (2005, p. 18), “cada identidade é, assim e sempre, expressão de múltiplas ordens relacionadas que se dão em redes materiais e afetivas, de pertencimento familiar, de vizinhança, de grupos sociais, de classes, regionais, nacionais e internacionais, em suma, locais e globais”. O autor ainda salienta que é fundamental entender a construção das identidades rurais, de pessoas, grupos, comunidades e novos atores sociais, em suas múltiplas relações, reconhecendo as especificidades das relações próprias do meio rural. Os valores, costumes e tradição, no meio rural, são mantidos em muitas regiões; resistem mesmo diante de tantas mudanças ocorridas nos âmbitos de produção e ao mercado.

Considera-se que esses acontecimentos se processam de maneira intensa no rural brasileiro, apresentando características próprias quando comparado às diferentes realidades nas quais se encontra a configuração de um novo padrão de consumo.

Diante da análise interpretativa realizada sobre a polissemia de conceitos sobre o espaço rural, seus usos e distinções, faz-se fundamental, uma explanação de alguns recortes espaciais específicos. Assim, busca-se através dos argumentos supracitados explicar como se dá as ruralidades e as novas ruralidades existentes a partir da realidade do município de Campo do Brito/SE, cuja estrutura espacial representa tanto a aceleração do processo de novas ruralidades quanto à permanência das ruralidades num espaço rural em constantes transformações.

## CAPÍTULO II

### 2 CAMPO DO BRITO: ASPECTOS GEOECONÔMICOS

Neste capítulo busca-se explicar como é constituída a ruralidade e as novas ruralidades, em um lugar onde a agricultura tem o papel essencial na organização espacial e na configuração de um rural contemporâneo. Para tanto, se faz necessário realizar o resgate histórico do município de Campo do Brito, destacar as características físico-naturais e demonstrar a matriz produtiva, evidenciando os aspectos socioeconômicos que são responsáveis pela sua (re) organização espacial.

A configuração do espaço está atrelada à transformação e evolução da sociedade, a qual se mantém em um processo contínuo de alterações, passando a se reorganizar, frente às exigências estabelecidas pelos atores econômicos, tendo como objetivo o desenvolvimento local e regional. Para Moro (2011, p. 32), o “espaço organizado é, em grande parte, resultado da ação do homem”. Essa organização é produzida a partir do uso da tecnologia, pela cultura e pelas relações sociais. Dessa forma, sempre que houver modificação nos aspectos sociais e econômicos de uma população, a dinâmica espacial que reflete essas mudanças, conseqüentemente, provocará uma reorganização espacial, causando assim um diferencial na ruralidade e adquirindo o que comumente chama-se de nova ruralidade.

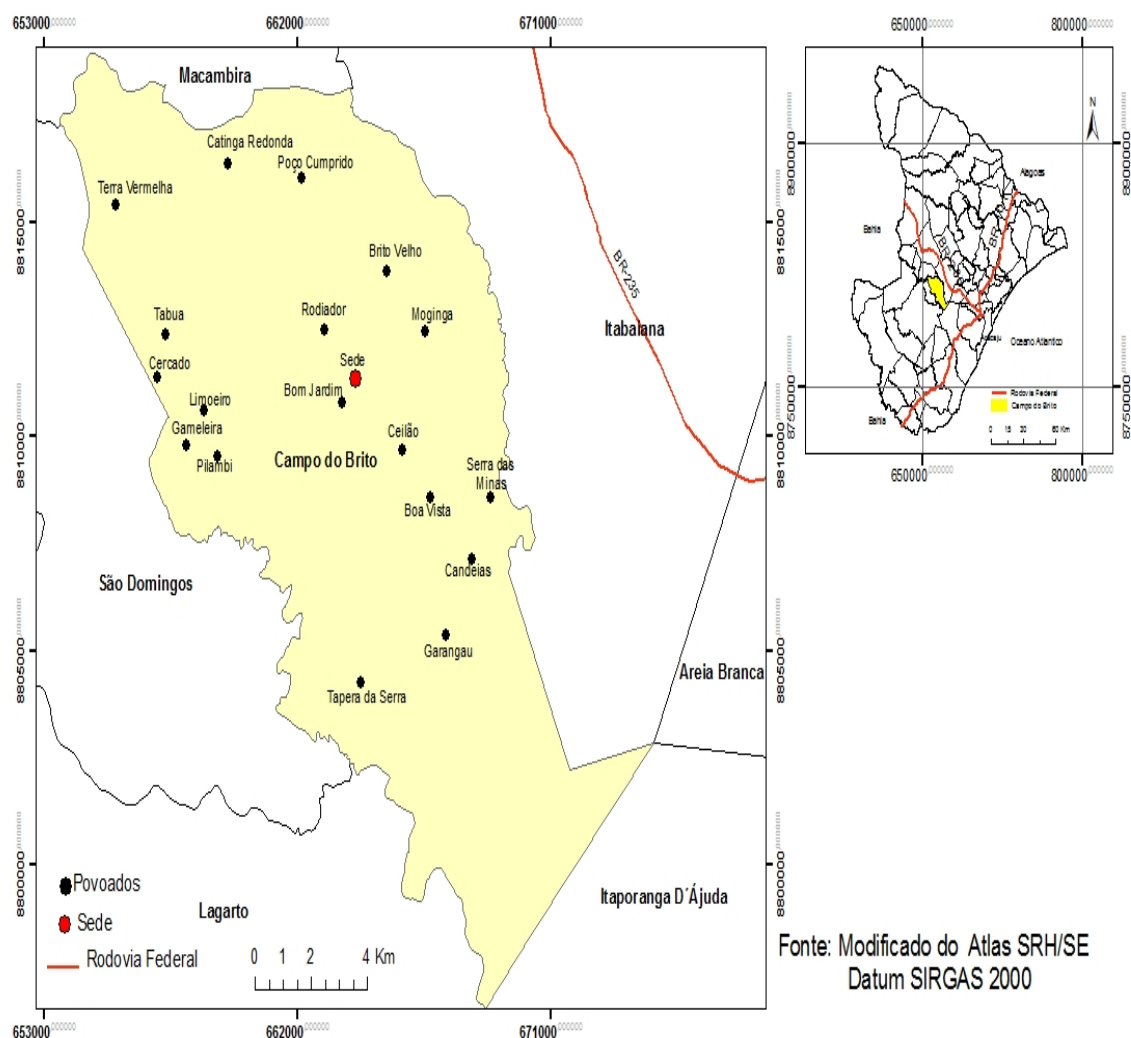
A partir da realidade de Campo do Brito é notório explicar o rural como espaço diversificado e especializado, abrangendo a agricultura e a inserção de novas atividades não somente como uma ocupação econômica, mas como uma estratégia de reprodução para a continuidade dos agricultores familiares.

Neste capítulo será abordado o setor agrícola, baseado em dados de fonte secundária como Censos Agropecuários e os dados coletados a partir da visita de campo. Ainda se busca caracterizar a estrutura fundiária e produtiva do município, com a finalidade de investigar a importância social, econômica da agricultura e dos agricultores, analisando as transformações ocorridas e como estão ocupando o espaço rural de Campo do Brito.

## 2.1- Caracterização da área de estudo

Campo do Brito limita-se ao norte com os municípios de Macambira e Itabaiana, ao oeste com São Domingos, ao sul com Lagarto e ao leste com Itaporanga d'Ajuda (Figura 01). De acordo com a divisão territorial do Estado de Sergipe, organizado pela SEPLAN (2007), esse município está localizado no Território do Agreste Central Sergipano.

**Figura 01**  
**Sergipe**  
**Localização de Campo do Brito**  
**2015**



A origem do município é relatada em duas versões: a primeira é que teria surgido o povoamento na localidade denominada de Brito Velho, um povoado no qual havia ruínas de uma capela, inclusive atribuem a origem do nome do município à posse do coronel Porfírio de Brito sobre as terras do Brito Velho, que usou esses campos para a criação de seus animais (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO BRITO, 2015). Depois de um surto de cólera, ocorrido na cidade, a sede foi transferida para o lugar a qual está localizada até os dias atuais. De acordo com a outra versão, o município originou com a construção de uma capela situada no mesmo local onde está situada a igreja Matriz e a partir desta foi realizado um povoamento, tracejando ruas que deram lugar a cidade que se conhece como Campo do Brito, sede do poder municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO BRITO, 2015).

Em 1º de março de 1601, os padres da Companhia de Jesus, os Jesuítas, por intermédio do Irmão Amaro Lopes, obtiveram terras em sesmarias, entre o vale do rio Vazabarris e a serra da Cajaíba (IBGE). Essas terras pertenciam ao município de Itabaiana, que compreendia os atuais territórios de Campo do Brito, Frei Paulo, Carira, Ribeirópolis, Moita Bonita e Simão Dias e Itabaiana, cujas terras eram utilizadas para criação de gado e com cultivos agrícolas (IBGE).

Em 1845, o povoado passou a categoria de freguesia, quando foi fundada a paróquia Nossa Senhora da Boa Hora, tornando-se independente de Santo Antônio das Almas, de Itabaiana. Em 1894, passou-se a categoria de vila. Em meio a essas mudanças, o Padre Freire de Menezes, pároco da comunidade, desde 1891, que desempenhava respeitável função religiosa na comunidade e a uma capacidade de convergência de forças políticas, tornara-se importante liderança política (FONSECA, 1989).

A oportunidade de emancipação surgiu em 1910, quando o general José Siqueira de Menezes, candidato ao Governo do Estado, foi a Campo do Brito pedir votos aos britenses, o padre aproveitou a oportunidade e, em troca do apoio, solicitou a emancipação após a eleição do então candidato. Após vitória no pleito e em cumprimento com o acordo realizado, o General apresentou o projeto de lei para emancipação da freguesia. Em 29 de outubro de 1912, foi sancionada a Lei nº 624 que emancipou Campo do Brito, tornando-se independente de Itabaiana, e, nesse período, contava com um extenso território que abrangia os atuais municípios de Pedra Mole, Pinhão, Macambira e Ribeira, povoado de Areia Branca. Posteriormente, essas áreas foram desmembradas e deram origem aos citados municípios. Apoiado pela situação política, nas primeiras eleições o Padre Freire foi o primeiro prefeito eleito do município (FONSECA, 1989).

Em relação aos aspectos físicos, os solos são utilizados para pastagens onde são cultivados os capins pangola, sempre verde e gramíneas nativas e os cultivos do milho, feijão, mandioca (FRANCO, 1983). O qual predominam os tipos de solo: podzólico vermelho amarelo, equivalente eutrófico, planosol e aluviais distróficos eutróficos (CPRM, 2002).

Com referência ao clima, predomina o tipo megatérmico seco e sub-úmido, com temperatura média no ano de 24,5°C, precipitação pluviométrica média anual de 1.178,7mm, concentrada, principalmente, entre os meses de março a agosto, ou seja, período em que as médias térmicas decrescem. O tempo de estiagem ocorre entre a primavera e o verão. “Como reflexo da estrutura geológica e do clima, a altimetria do relevo caracteriza-se pelas baixas e médias altitudes, no sentido Leste-Oeste” (FRANÇA & CRUZ, 2007, pág. 69). É marcado por uma superfície pediplanada e dissecada e apresenta como formas mais comuns, tabuleiros, colinas e cristas, com aprofundamento de drenagem de muito fraca a fraca (CPRM, 2002).

O município está inserido na bacia hidrográfica do rio Vaza-Barris, sendo drenado pelos seguintes afluentes: Rio das Pedras localizado entre os municípios de Campo do Brito (povoados Serra das Minas e Garangau) e Itabaiana (povoados Cajaíba e Ribeira). Esses últimos povoados são especialmente utilizados pela DESO (Companhia de Saneamento de Sergipe) para assentar seus poços de captação, a partir deles ocorre o abastecimento do município e circunvizinhança. Além disso, foi construída a Barragem (composta pelo riacho da Traíra e o Rio das Pedras) que serve ao lazer sendo também utilizada para a irrigação de cultivos agrícolas e para o desenvolvimento da piscicultura (com tanques ou viveiros especialmente construídos para tal atividade); e existem os subafluentes: Rio Munginga, Rio Lomba, aproveitados para saciar a sede dos animais e para finalidades domésticas ou consumo humano.

Campo do Brito é coberto por vegetação heterogênea que varia da Capoeira, Caatinga e Campos Limpos e Mata Atlântica. Todos esses aspectos vegetais, como exemplo a capoeira e a caatinga, estão cedendo espaço às pastagens; ao tempo em que da Mata Atlântica existem resquícios na forma de mata ciliar nas margens de córregos e rios, excetuando-se as reservas ambientais legais, como o Parque Nacional da Serra de Itabaiana (Mata do Camarão no povoado Garangau). A vegetação localizada na Serra dos Montes, popularmente conhecida como serra de São José, tem reduzido devido à queima de fogos de artifício pelos romeiros até a década de 2010, que provocava a queimada da vegetação nesse

local. Além disso, os fiéis e comerciantes que participam da festa de São José para se acomodarem e se protegerem do sol, devastam a mata para a construção de barracos.

Com a intenção de atenuar o desmatamento, a ambientalista Cristiane Nogueira, presidente da ONG “Canto Vivo”, com apoio da Igreja, vêm atuando com campanhas em defesa da preservação da vegetação, com intuito de conscientizar os frequentadores para que seja evitada a queima de fogos durante a tradição religiosa da festa, no dia 19 de março, assim como incentivam o replantio de espécies nativas da região naquela localidade (SECOM/ CAMPO DO BRITO, 2013).

O município apresenta uma extensão territorial de 200,8 km<sup>2</sup> e compreende 6,4 % da área total do Agreste Central. Além da sede, abrange dezoito povoados: Gameleira, Cercado, Tabua, Terra Vermelha, Poço Comprido, Pilambe, Brito Velho, Caatinga Redonda, Murginga, Limoeiro, Boa Vista, Garangau, Tapera da Serra, Serra das Minas, Bom Jardim, Ceilão, Rodiador e Candeias (Figura 01).

Com vistas a reestruturação urbana havia em 2013 uma lei municipal que determinava a composição do perímetro urbano. Porém, em 2014, de autoria do poder executivo municipal houve uma alteração na lei (Lei Número 341, de 16 de dezembro de 2013) votada e assinada pelos vereadores, que divide a cidade em bairros e transforma povoados próximos à sede em bairros da zona urbana. Esse fato denota o modelo de ampliação do espaço urbano para ampliar os recursos financeiros do município.

De acordo com a lei, dezesseis localidades entre elas alguns da zona rural passam integrar a zona urbana são eles: Bairro Centro, Bairro 29 de Outubro, Bairro Alvorada, Bairro Lourival Mendes, Bairro Lagoa, Bairro Santa Rita de Cássia, Bairro Santo Antônio, Bairro Ceilão, Bairro São José, Bairro Cruzeiro, Bairro Benvindo Ribeiro, Bairro Bom Jardim, Bairro Barreiro, Bairro Jardim Bandeirante, Bairro Murginga e Zona de Expansão (PREFEITURA DE CAMPO DO BRITO, 2015).

A referida lei dispõe sobre a delimitação e a denominação de Bairros na cidade de Campo do Brito, em conformidade com o Memorial Descritivo, compreendendo zona urbana central e área de extensão urbana através de mapeamento específico (figura 02). Assim, nota-se, que apesar de ampliar serviços urbanos, como saneamento, correios, e condicionar a especulação imobiliária, há ainda problemas a exemplos do aumento dos impostos uma vez que a área passa a ser urbana, como também perda de terras cultiváveis em favor da especulação imobiliária.





Embora prevaleçam os habitantes da zona rural, houve um crescimento acentuado da população urbana, no período de 1991 a 2010. Enquanto isso, na zona rural, durante o período de 1991 a 2000 ocorreu uma variação negativa da população, com um decréscimo de 250 pessoas. Em relação à década posterior, isto é, entre 1991 a 2010, a redução foi de 90 pessoas. No decênio seguinte, entre 2000 a 2010, houve um acréscimo de 160 habitantes na zona rural do município.

Essas alterações na população urbana são justificadas pelo êxodo rural, a população migra em busca de melhores condições de vida, inserção no mercado de trabalho, qualidade de ensino e para usufruir de serviços oferecidos na cidade.

Nesse sentido, os indivíduos têm se interessado em obter imóveis, para locar ou residir, na sede municipal, fato esse que contribui para supervalorização, especulação imobiliária e o surgimento de vários loteamentos, desde a década de 1990. Com a demanda e a valorização dos terrenos e casas, a população com menor poder aquisitivo é empurrada para as áreas periféricas da cidade.

Assim, busca-se também como intuito aferir tanto a questão da dimensão econômica do município como ainda a qualidade de vida oferecida à população, sendo fundamental analisar o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Campo do Brito, em 2010 atingiu 0,621. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,225), seguida por Renda e por Longevidade (Tabela 02).

Tabela 02  
**Campo do Brito**  
**Índice de Desenvolvimento Humano**  
**1991-2010**

<b>IDHM e componentes</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>IDHM Educação</b>	0,343	0,468	0,621
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	10,30	14,80	30,95
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	27,89	90,87	99,12
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	13,35	31,26	76,00
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	5,17	8,88	40,82
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	5,17	5,63	25,81
<b>IDHM Longevidade</b>	0,639	0,746	0,793
Esperança de vida ao nascer (em anos)	63,33	69,77	72,57
<b>IDHM Renda</b>	0,485	0,530	0,625
Renda per capita (em R\$)	163,73	216,94	391,94

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano FJP/PEA/PNUD- 2013

De acordo com os dados do IBGE, os serviços básicos disponíveis à população, tais como a água encanada atingiu 80,2% dos domicílios; o fornecimento de Energia Elétrica para o município de 99,1% e a coleta de lixo conta com 88,1% (incluindo os povoados do município) são relevantes para o crescimento do IDH.

O índice de mortalidade infantil (entre crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 27,5 (2000) para 20,3 (2010) por mil nascidos vivos, inferior à média sergipana que totalizou 22,2 em (2010).

Em relação aos 75 outros municípios de Sergipe, Campo do Brito ocupa a 16ª posição do IDH no Estado de Sergipe (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013). Entre os motivos que contribuíram para o município atingir esse índice consta: a assistência e a orientação às grávidas com pré-natal, a assistência hospitalar aos recém-nascidos, saneamento básico, disponibilidade de remédios e vacinas, bem como as políticas públicas, com vistas a proporcionar infraestrutura adequada para a população, além da conscientização familiar e aprofundamentos de Programas como o ESF (Equipe de Saúde na Família). Segundo IBGE, há 14 estabelecimentos de saúde, estes distribuídos entre os povoados, com 01 hospital na sede (Clínica da Família).

Embora tenha apresentado uma melhoria no IDH, em 2010, os resultados relacionados ao item educação, ficaram em posição menos elevada que a renda e a saúde. Conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2014), no município, a proporção de pessoas de 6 a 14 anos na escola era de 81,4%, em 2010; entre as de 15 anos ou mais de idade a taxa de alfabetização era de 72,6% no mesmo ano; e, 3.358 é o contingente de pessoas analfabetas no município.

Para a garantia desses índices no componente Educação do IDH, tais fatores foram decisivos como: o aumento do número de matrículas em todos os níveis de ensino (Na Educação Infantil, Fundamental, Médio, Especial e Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA)); principalmente o aumento da frequência escolar dos jovens e a redução do analfabetismo, com o programa Sergipe Alfabetizado. Um dos fatores que também contribuiu para esse indicador foi a implantação de programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, incentivando os pais a levarem seus filhos à escola; e há também a disponibilidade de transporte escolar para os alunos da zona rural.

Conforme o IBGE, em 2012, foi identificado no município 26 unidades de ensino, direcionadas à educação básica: 24 Escolas de Ensino fundamental: 02 escolas privadas, 04 estabelecimentos públicos estaduais, 18 estabelecimentos públicos municipais e 02 escolas

de Ensino Médio mantidas pela rede estadual; e 17 escolas de ensino infantil mantidas pela secretaria municipal de educação e dois estabelecimentos privados (Tabela 03)

Tabela 03  
**Campo do Brito**  
**Matrículas, Docentes e Rede Escolar.**  
**2012**

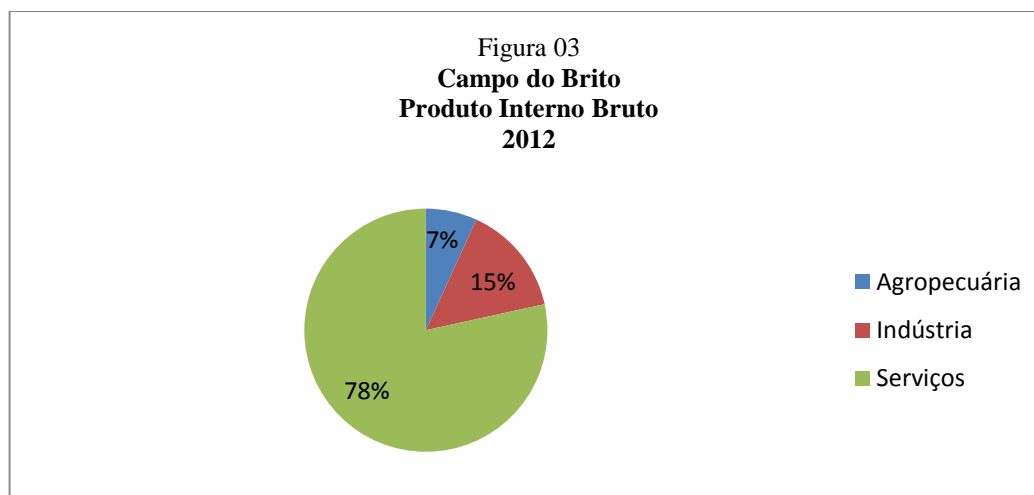
<b>Ensino</b>	<b>Municipal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Privado</b>	<b>Total</b>
<b>FUNDAMENTAL</b>				
Matrículas	1.861	827	458	3.146
Escolas	18	04	02	24
Docentes	97	56	27	180
<b>MÉDIO</b>				
Matrículas	-	525	-	525
Escolas	-	02	-	02
Docentes	-	36	-	36
<b>PRÉ-ESCOLAR</b>				
Matrículas	444	-	220	664
Escolas	17	-	02	19
Docentes	21		07	28

Fonte: IBGE, Matrículas, Docentes e Rede Escolar – 2012.

De acordo com dados do IBGE, o município, em 2012 mantinha um total de 4.335 matrículas, com 3.146 alunos matriculados no Ensino Fundamental, disseminados entre as redes estaduais, municipais e privadas. As matrículas do Ensino Médio constataram-se 525 apenas na rede estadual de ensino. O nível infantil está distribuído entre escolas de redes municipais e estaduais, totalizando 664 alunos.

Em 2010, o município contava com uma população residente alfabetizada de 11.464 pessoas. Os analfabetos com 15 anos ou mais de idade perfaziam 3.322, representando uma porcentagem de 32,3% da população. Essa ocorrência pode ter sido devido a fatores como falta de motivação, de autoestima dos alunos levando-se em consideração a ausência de incentivo por parte dos pais e até mesmo de alguns educadores, ou tendo, muitas vezes, que abandonar a escola para trabalhar a fim de ajudar no sustento familiar.

Em análise direcionada à economia do município, é importante destacar o PIB-Produto Interno Bruto para explicar como está distribuída a produção da riqueza local nos diferentes setores econômicos (Figura 03).



Fonte: Produto Interno Bruto, IBGE, 2012.

O setor secundário apresenta um percentual de 15%, tendo em vista que o município é caracterizado por empresas de pequeno porte, como: as olarias, fábrica de colchões, de carrocerias, indústria de processamento de leite para fabricação de iogurtes e outros derivados como queijo, requeijão e manteiga.

O setor Terciário apresenta-se como o setor que absorve o maior contingente de mão-de-obra, ou seja, movimenta a economia local, surgindo como consequência, novos postos de trabalho que dinamizam o ambiente. O referido setor caracteriza-se por uma heterogeneidade: comércio; alojamento e alimentação, transportes; comunicações; serviços financeiros; atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas; administração pública e demais serviços (IBGE, 2004, pág. 21). De acordo com os dados do IBGE, 78% do PIB estavam direcionados ao setor de serviços, verificado a proeminência da ocupação da população no setor público, no comércio e demais serviços.

Segundo dados da Secretária de Administração de Campo do Brito (2015), o município consta com 746 funcionários nos serviços públicos, dessas 614 efetivos e 66 comissionados, conta ainda com 50 assessores, coordenadores e diretores de departamento e 16 secretários municipais.

As atividades de comércio e de serviços possibilitam o dinamismo econômico do município e, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, existem cerca de 180 estabelecimentos comerciais. Os estabelecimentos comerciais também estão presentes

na zona rural do município, embora seja intenso o movimento pendular, ocorrendo o deslocamento de pessoas em busca de empregos em cidades circunvizinhas como Itabaiana e São Domingos, retornando para a zona rural cotidianamente. Assim como as pessoas que moram na cidade e vão para o campo exercer atividades de trabalhador braçal ou outras atividades ligadas ao setor agropecuário.

Tabela 04  
**Campo do Brito**  
**Ocupação da população de 18 anos ou mais**  
**2000-2010**

<b>Ano</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	62,08	66,29
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	6,73	3,92
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	24,72	30,40
<b>Nível educacional dos ocupados</b>		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	17,30	33,53
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	9,84	21,91

Fonte: PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) 2013.

Entre os anos de 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 62,08%, em 2000, para 66,29%, em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação passou de 6,73%, em 2000, para 3,92%, em 2010 (PNUD/IPEA, 2013), o que denota o crescimento da oferta de postos de trabalho local.

O setor primário compreende 7% do PIB do município. Essa configuração reflete o deslocamento dos habitantes do meio rural para a cidade, provocado pela importância adquirida das atividades urbanas na absorção da população ativa.

Predomina a lavoura temporária cultivada sob a forma da policultura direcionada à produção de alimentos nos pequenos estabelecimentos rurais (Tabela 05).

Tabela 05  
**Campo do Brito**  
**Lavoura Temporária**  
**1995/1996 – 2006 – 2012**

Produto	Quantidade Produzida (t)			Área Plantada (hectares)		
	1995/ 1996	2006	2012	1995/ 1996	2006	2012
Batata – doce	150	660	420	15	60	35
Feijão (em grão)	240	101	93	300	210	170
Mandioca	10.800	7.700	7.700	800	700	700
Milho (em grão)	300	176	144	250	210	240
Amendoim	5	28	21	5	25	18

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário – 1995/1996, 2006.  
 \_\_\_\_\_ - Produção Agrícola Municipal. 2012.

Entre 1996 e 2012 percebe-se que houve um decréscimo da produção da mandioca, pois, em 1996, a área plantada era de 800 hectares e foram colhidas 10.800 toneladas. Porém, em 2006, reduziu a área plantada para 700 hectares e, conseqüentemente, colheram 7.700 toneladas. Em relação aos anos de 2006 e 2012, esse cultivo se manteve estável quando se refere à área plantada e à quantidade produzida.

A mandioca constitui uma matéria prima abundante no município, sendo utilizada para a produção da farinha, pelo agricultor juntamente com os seus familiares nas denominadas “Casas-de-Farinha”. Com a redução da área plantada e da produção, sobretudo, provocada pelas estiagens, essa matéria-prima passou a ser adquirida e transportada de outros Estados como: Bahia, São Paulo, Minas Gerais.

Quanto à batata-doce, que, em 1996, ocupava 15 hectares da área plantada e foram colhidas 150 toneladas, no ano de 2006, ocorreu uma expansão ocupando 60 hectares da área plantada, sendo colhidas 660 toneladas. Tal fato deveu-se ao aumento da demanda do mercado consumidor. Todavia, em 2012, apresentou uma redução na área plantada de 25 hectares em relação a 2006 e, conseqüentemente, de 240 toneladas.

Os demais cultivos, como o milho e o feijão apresentaram redução na área plantada e na produção de 1996 para 2006, com declínio, mais uma vez, em 2012. O amendoim apresentou um crescimento expressivo no tocante à área e produção de 1996 para 2006, entretanto, ocorreu uma redução em 2012. A oscilação na lavoura temporária no município,

que ocorre com os cultivos está relacionada à instabilidade do índice pluviométrico e a incidência de pragas e doenças agrícolas que atingem os cultivos.

Quanto aos produtos agrícolas da lavoura permanente se destacam o coco-da-baía e a manga (Tabela 06).

Tabela 06  
**Campo do Brito**  
**Lavoura permanente**  
**1995/1996 – 2006 – 2012**

Produto	Quantidade Produzida			Área Plantada (hectares)			Valor da Produção (mil reais)		
	1996	2006	2012	1996	2006	2012	1996	2006	2012
Coco-da-baía (Mil frutos)	151	72	78	30	30	30	30	43	43
Manga (Tonelada)	3.161	1.040	960	80	80	80	316	364	576

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário – 1995/1996, 2006.

\_\_\_\_\_ - Produção Agrícola Municipal. 2012.

O coco-da-baía apresentou uma redução de 151mil frutos colhidos para 72 mil frutos entre o decênio de 1996 a 2006. Porém, no período de 2006 a 2012 foi identificado um aumento sendo colhidos 78 mil frutos.

Em 1996, foram colhidas 3.161 toneladas de manga enquanto no ano de 2006 ocorreu uma diminuição de 2.121 toneladas e continuou a redução desse produto atingindo 960 toneladas no ano de 2012. A área plantada manteve-se com 80 hectares.

A redução da produção reflete também as estiagens no período bem como a escassez de tratos nessa lavoura. Outro fator a ser notado é a mudança no foco produtivo, ou seja, o incremento de outros cultivos, uma vez que, os produtores procuram acessibilidade de mercado. Apesar dos dados, em visita de campo, percebeu-se uma redução áreas destinadas às mangueiras, com o advento de motosserras e falta de fiscalização, essas árvores estão sendo desmatadas para darem lugar a outras culturas agrícolas como a mandioca, batata-doce, milho, feijão e pastagens.

Ainda sobre a utilização das terras, verifica-se que, em 1996, as pastagens ocupavam uma área maior que as lavouras, matas e florestas, o que ainda é evidente em 2006. As lavouras ocupavam 13,1% da área, em 1996, enquanto as matas e florestas 4,6 %.

Em 1995/1996 a 2006 houve uma redução de 3.292 hectares da área ocupada com pastagens, essas áreas foram direcionadas predominantemente para a criação de bovinos. Em 1995/1996 essas áreas representavam 11.592 hectares, com percentuais de 82,1% sobre as áreas utilizadas com atividades agrícolas. Em 2006, a área reduziu para 8.300 hectares, representando 75,52% do total.

A área empregada na atividade pecuária em Campo do Brito diminuiu 16,5% entre os anos de 1995/1996 e 2006. Na prática, 3.292 hectares deixaram de ser aproveitados para a criação de gado de modo extensivo e tiveram novas destinações, utilizadas para a agricultura familiar ou ainda para criação de gado no modo intensivo, reduzindo-se os espaços antes pertencentes aos pastos e direcionando-os ao confinamento do gado. Ou melhor, tal fato está relacionado à falta de recursos dos pequenos proprietários, necessários ao manejo das pastagens (Tabela 07).

Tabela 07  
**Campo do Brito**  
**Utilização das Terras**  
**1995/1996 – 2006**

<b>Ano</b>	<b>Lavouras (hectares)</b>	<b>Pastagens (hectares)</b>	<b>Matas e florestas (hectares)</b>
<b>1995/1996</b>	<b>1.857</b>	<b>11.592</b>	<b>656</b>
<b>2006</b>	<b>2.313</b>	<b>8.300</b>	<b>377</b>

Fonte: IBGE - Censo agropecuário – 1995/1996 – 2006.

De acordo com as informações coletadas, houve um aumento nas áreas de lavouras ao longo dos últimos anos. Em 2006, a área ocupada era de 2.313 hectares, com 21,1% do total das terras utilizadas, porém apresentaram um acréscimo de 456 hectares dessa área entre 1995/1996 a 2006. As matas e florestas apresentaram uma redução na área ocupada, tal fato está relacionado ao avanço da lavoura, à medida que nessa mesma época resultou em um aumento expressivo da população urbana do município.

Embora tenha havido uma redução das pastagens, o rebanho bovino, na unidade, cresceu no mesmo período. Em busca de alternativas para alimentar o gado, alguns produtores adotaram a prática da criação do animal em regime diferenciado (semi-confinados, confinados) por conta da deterioração das pastagens. Logo, o gado é alimentado três vezes por dia com farelo, soja, milho, sal, carroço de algodão, raspa de mandioca, folha de mandioca.



O efetivo bovino conta com 13.384 cabeças, cujo destino está relacionado sobretudo, ao abate. Nota-se ainda a criação de vacas leiteiras, as quais produzem um volume de 1.422 mil litros de leite, destinados à comercialização local, vendidos nas próprias residências, nas padarias e na indústria de iogurte (Tabela 08).

Tabela 08  
**Campo do Brito**  
**Rebanho**  
**2012**

<b>Rebanho</b>	<b>Efetivo</b>
Bovinos	13.384
Suínos	2.350
Equinos	661
Ovinos	413
Asininos	369
Muare	299
Caprinos	75

Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal, 2012.

O rebanho de suínos também foi identificado nos estabelecimentos rurais das pequenas dimensões, contaram com 2.350 cabeças, destinados ao fornecimento de carne na região ou cidades circunvizinhas. Esses animais são alimentados com ração balanceada constituída por farelo de soja, restolho do cultivo de mandioca, folha da mandioca, lavagem ou restos de alimentos das residências. A comercialização dos animais é realizada junto aos atravessadores que visitam os estabelecimentos para adquirir diretamente ao produtor e o pagamento geralmente é feito com prazo de quinze dias.

Cabe também destacar a Cooperativa dos Suinocultores de Sergipe - COOPERGIPE - que reúne 30 criadores, cujas propriedades dos cooperados estão localizadas nos municípios de Campo do Brito, Macambira, São Domingos, Itabaiana, Areia Branca e Nossa Senhora das Dores. Todavia, Campo do Brito é detentor do maior número de cooperados, isto explica o fato da sede da cooperativa estar situada nesse município, localizada na cidade. Os animais dos cooperados são comercializados por meio das transações realizadas pela cooperativa através de um convênio com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), além de serem comercializados também junto aos

atravessadores e de forma direta aos consumidores com o corte e venda da carne nas feiras livres.

Existem no município outros rebanhos como o de equinos e muares que ainda são utilizados para transportes de pessoas como também de mercadorias, sobretudo como força motriz na agricultura. Dessa mesma categoria, animais de raças selecionadas se fazem presentes no município, como os da raça “quarto de milha, puro sangue” em fazendas da localidade, que ficam localizadas nos povoados Murginga, Poço Cumprido e Gameleira ganham destaque, pois estão sendo utilizados com fins de amostra e de competição no Jóquei Clube denominado CEM (Centro Equestre Mainzão), conteúdo que será abordado no capítulo 03.

A manutenção desses cavalos tem um custo elevado comparando aos animais de estimação tradicionais, pois para a alimentação deve-se buscar o equilíbrio entre o requerimento nutricional, que varia de acordo com o peso, idade, tipo e intensidade do esforço físico realizado e a disponibilidade de nutrientes presentes nos alimentos concentrados, volumosos e suplementos. Esses animais são utilizados para corridas e passeios, sendo alimentado com ração (balanceada peletizada, e ração farelada oriunda da mistura do farelo de trigo e milho) leguminosa e capim.

Ainda cabe destacar a avicultura, segundo o IBGE (2012) o efetivo de galináceo representam 57% do rebanho, em seguida a produção de ovos atinge a cifra de 113 mil dúzias, adquirindo 407 mil reais do valor da produção.

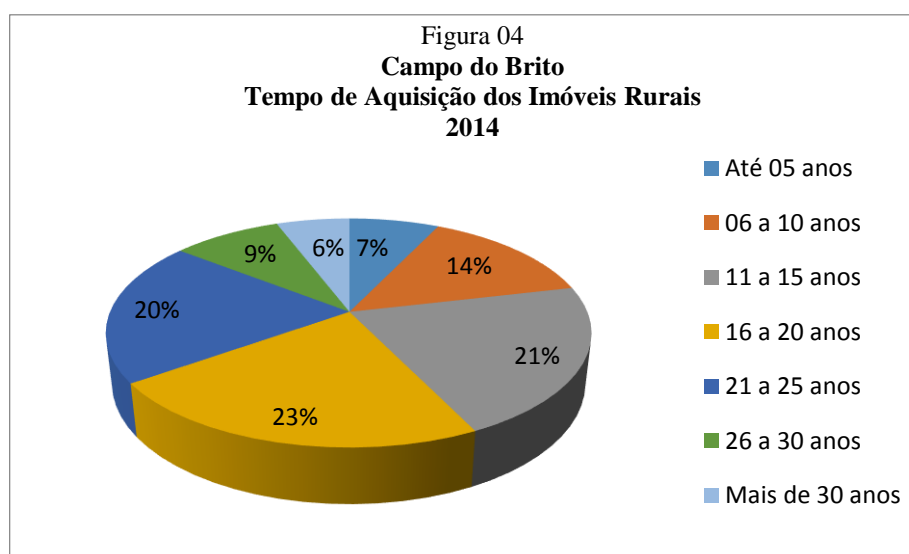
Muitos desses animais são criados em quintais no fundo das casas, como encontrado em 80% das residências pesquisadas. Os entrevistados informaram que geralmente são aves denominadas de galinha de capoeira, e a maior parte tem como destino o consumo próprio, sendo vendida apenas uma pequena parte da produção. Algumas são vendidas para recria aos atravessadores que compram para revender tanto nas feiras do município como das cidades circunvizinhas. Esses negociantes são criadores também desse tipo de rebanho, mas acabam comprando de outros criadores para aumentar da oferta. Isso porque comumente a quantidade de criação desses animais fica entre 10 a 20 cabeças, sua alimentação é feita com milho, água, sobra de comidas, farelo, farinha de chão, ração entre outros.

Há também granjas de galináceos destinados ao abate, localizados nos povoados Gameleira e Terra vermelha, a alimentação é feita duas vezes por dia, com ração, água, milho. Além disso, existe ainda a comercialização de aves vivas que é realizada junto aos intermediários, pequenos comerciantes que comercializam. O dia de maior destaque de venda é principalmente aos domingos.

No próximo item, alicerçado nas visitas de campo, serão discutidos aspectos referentes aos estabelecimentos rurais e a forma de sustento nesse espaço, analisado com base no estudo e na observação aos agricultores, mensurando os sistemas produtivos, as técnicas utilizadas e as relações adotadas.

## 2.2- A atividade agrícola na atualidade e a busca por novas alternativas de renda no espaço rural.

Quanto ao acesso à terra, pode-se assinalar que em Campo do Brito são diversas as estratégias dos produtores para adquirirem e dar continuidade à atividade agrícola e, entre os principais meios de obtenção, estão a herança e a compra. Para identificar as características do acesso e da posse da terra constatou-se que por meio de entrevistas realizadas com os proprietários de estabelecimentos rurais, predominam aquelas adquiridas há mais de 15 anos (Figura 04).



Fonte: Pesquisa de campo: outubro/novembro 2014.

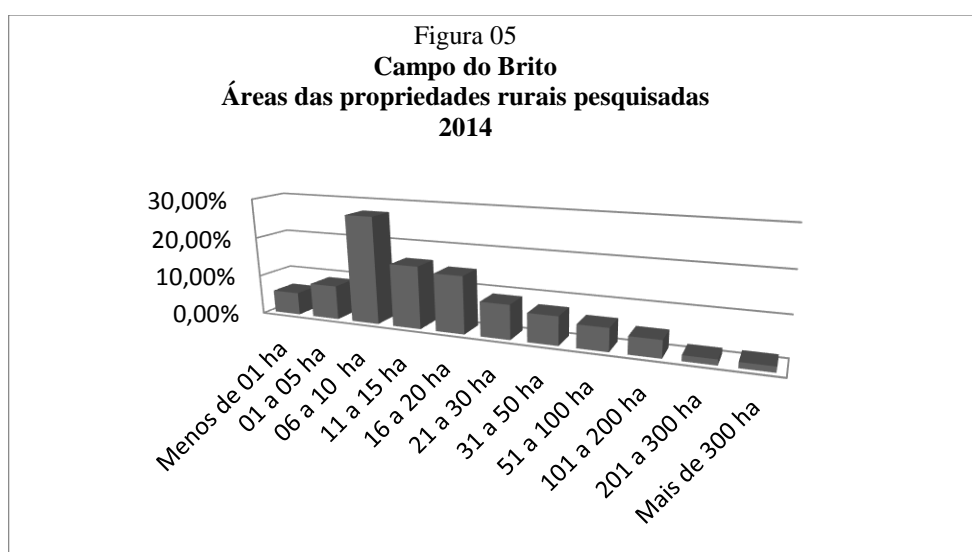
De acordo com visita de campo, 60% dos proprietários herdaram pelo menos uma parcela da propriedade e depois as ampliaram comprando mais terras de seus vizinhos, enquanto 30% ressaltaram que as terras possuídas estão relacionadas a herança. Outros 10% disseram tê-las comprado. Diante disso, pode-se observar o motivo dos proprietários

adquirem terras em diferentes momentos históricos, bem como a obtenção dessas nos últimos 15 anos, pois são deixadas para as gerações vindouras e sua prole.

Jesus (2006), em seu trabalho sobre Camponeses “órfãos”: farinheiros de Ribeirópolis e São Domingos, ressalta que a herança continua sendo uma forma veemente de aquisição da terra por uma parte considerável dos camponeses, com objetivo de passar a posse para a geração ulterior.

Essa transmissão hereditária é responsável pela divisão dos estabelecimentos e muitas vezes ocorre de forma irregular, pois, em diversos casos na propriedade rural não é concretizada a transferência legal (judicial), permanecendo dessa forma com o nome do patriarca falecido. Essa falta de regularização ou finalização do inventário ocasiona problemas na aquisição de crédito rural ou de outros benefícios que podem ser alcançados a exemplo do salário maternidade e aposentadoria por tempo de serviço. Esses agricultores acabam produzindo em terras de terceiros por meio de contratos a fim de ter direitos, pois esse tipo de agricultor não detém a propriedade jurídica.

De acordo com as entrevistas realizadas, 57,1% dos agricultores possuem até 15 hectares, enquanto aqueles que detêm entre 15 a 50 hectares, correspondem a 30% e aqueles agricultores com mais de 50 hectares, entre os entrevistados, apresentam de 12,9% do total (figura 05). Esses resultados demonstram que esses produtores estão enquadrados na classificação de pequenos produtores, isto se levando em consideração o conceito citado por Teixeira *et al* (1996), de que para ser considerados agricultores familiares a extensão territorial de sua propriedade não pode ultrapassar 100 hectares (333 tarefas).



Fonte: Pesquisa de Campo – outubro/novembro de 2014

Como pode ser analisado, o elevado número de propriedades de pequena extensão corresponde a um intenso processo de divisão de terras nesse espaço rural. Deste modo, percebe-se que a herança e a partilha das terras configuram-se como tradição sociocultural local semelhante às comunidades pesquisadas por Woortmann (1990). A autora ressaltou as características da transmissão da terra a partir da herança não somente da terra, mas também o trabalho que a família fez sobre a terra que constitui igualmente como patrimônio fundiário.

No município há um significativo número de minifúndios e de forma idêntica aos municípios sergipanos existe um pequeno número de estabelecimentos que detêm grande parte das terras.

De acordo com Alcântara Filho e Fontes (2009, pág. 76) ao estudar as disparidades provenientes da estrutura fundiária, mensurando os níveis de concentração de terras nos estados brasileiros verifica que:

(...) o problema não está na quantidade de terras disponíveis, muito menos no número de proprietários de terras, mas sim nas diferenças entre os que possuem muita terra e os que pouco ou nada têm, pois os lotes de terras utilizadas para produção agropecuária dos latifundiários são até 754 vezes maior do que a dos mini e pequenos produtores que, juntos representam mais de 90% do total de proprietários.

Esta assertiva condiz com a realidade do município estudado, com o predomínio de pequenas propriedades que demonstra uma diversificação no seu uso. Ou seja, geralmente, os produtores desenvolvem em uma parte do terreno a pecuária e em outra a agricultura como forma de estratégia de reprodução. Apesar disso a produção agrícola ao longo do tempo vem perdendo espaço para a pecuária, o que tem contribuído sobremodo para o aumento das áreas destinadas às pastagens. É interessante destacar que nas unidades produtivas com menos de 04 hectares predomina as lavouras em detrimento das pastagens, tendo em vista que para o desenvolvimento das atividades pecuaristas faz-se necessário áreas extensas.

Quanto às residências dos proprietários dos estabelecimentos pesquisados, 90% dos moradores residem no local, isso se deve pelo fato de haver uma infraestrutura que atende às necessidades da população como água encanada, energia elétrica, posto de saúde. Enquanto, uma minoria (07%) dos proprietários reside na cidade, exercem atividades agrícolas na zona rural e deslocando-se diariamente para a cidade, uma vez que a distância perimetral permite esse movimento. Um percentual de 03% é oriundo de diferentes

localidades e exerce atividades agrícolas em troca de salário que corresponde a menos do mínimo exigido pela Constituição Federal, sendo o contrato verbal.

De modo geral, o pagamento é realizado aos finais de semana, esses trabalhadores recebem em média, R\$ 150,00 a R\$ 180,00 por semana pelas atividades desenvolvidas. Nesse caso o trabalhador cuida dos animais (bovino, suínos, caprinos, galináceos) existente nos médios e grandes estabelecimentos rurais. Ainda foi identificado que desses trabalhadores, alguns prestam serviço de vigilância nas lavouras ou criações de animais.

Foi constatado no município ainda relações de trabalho como o arrendamento e a parceria (em menor intensidade), tendo em vista o reduzido tamanho dos estabelecimentos, com a finalidade de aumentar a área de plantio e a renda.

Também foram identificados aqueles trabalhadores que vendem a sua força de trabalho diariamente nos estabelecimentos de terceiros e recebem cerca de R\$ 50,00/dia, para executar serviços como para a limpa e a colheita das lavouras.

Observa-se no município a tradição do sistema de policultura nos estabelecimentos rurais pesquisados. Entretanto, de acordo com os dados do IBGE (2006) existem, atualmente, no município, 2.313 mil de hectares plantados com lavouras diversas, dos quais 700 hectares são ocupados, anualmente com mandioca (*Manihot esculenta*), sendo maior área cultivada, dispersa em toda zona rural.

Esse cultivo da mandioca é realizado em consórcio, com o feijão, podendo ser também encontrado outras culturas, tais como amendoim, milho e cebola. A “lavoura em Sergipe é feita, basicamente, num sistema consorciado, em que vários produtos são plantados juntos na mesma terra” (DINIZ, 1996, pág. 124). Tal fato está associado entre outros fatores, às dimensões reduzidas das propriedades rurais que é uma realidade do Estado de Sergipe e particularmente de Campo do Brito. Com o uso dessa técnica procura elevar ao máximo o uso da área e aumentar as possibilidades de aumentar a renda por unidade produtiva.

Por meio da visita de campo, pode-se observar que é crescente o uso de tecnologia no processo produtivo. Anteriormente havia o emprego apenas de enxadas, machados, foices, arados, para limpar ou revolver a terra. Embora ainda predomine o uso de arado de tração animal, instrumento que serve para lavrar a terra, revolvendo, com o objetivo de descompactá-la, para assim, viabilizar um melhor desenvolvimento das raízes das plantas, observa-se o avanço no uso de máquinas agrícolas, como os tratores.

Nos cultivos agrícolas dos estabelecimentos pesquisados constatou-se apenas a mão-de-obra familiar e, esporadicamente, o trabalho temporário. Ainda observou-se uma combinação de técnicas antigas como o uso de adubos orgânicos (esterco), entretanto, foi

perceptível a ocorrência do uso de fertilizantes químicos nas lavouras. Das famílias entrevistadas, 40% informaram utilizar algum tipo de agrotóxico, a exemplo do uso de inseticidas (aplicados para eliminar insetos e pragas como lagartas), herbicidas (substância utilizada na destruição de plantas como erva daninha que impedem o desenvolvimento da cultura desejada). O uso desses produtos está se tornando mais intenso nesse município, entretanto, a falta de utilização dos equipamentos de proteção individual, e ainda, a ausência de sistema de vigilância é fato concreto no município.

Dessa forma, cabe salientar o uso de tecnologia no meio rural desse município, mas que ainda se encontra pouco disseminada a mecanização nos estabelecimentos agrícolas, uma vez que entre as máquinas e implementos mais utilizados pelos estabelecimentos se destacam o trator e o arado de tração animal (Tabela 09).

Tabela 09  
**Campo do Brito**  
**Tipos de Equipamentos Pesquisados**  
**2014**

<b>Tipos de Equipamentos</b>	<b>Número</b>
Trator	69
Arado de tração animal	64
Irrigação	25
Arado de tração mecânica	00
Colheitadeira	00

Fonte: Pesquisa de Campo – 12/2014

Predomina o uso de trator e do arado de tração animal, esse último por ser uma alternativa mais econômica para os pequenos proprietários. O pagamento pelo uso diário de um arado com tração animal custa R\$ 25,00 e R\$ 30,00 e com tração mecânica entre R\$50,00 e R\$ 60,00.

Constata-se ainda a irrigação na agricultura de Campo do Brito por meio do uso de poços artesanais residenciais particulares e/ou poços de captação da DESO. A população se utiliza de tal recurso para aumentar a produção de lavouras temporárias, dentre essas estão o abacaxi (01 hectare) e a alface (03 hectares) comercializada por atravessadores que levam a produção para feira local, cidades circunvizinhas e para Aracaju.

O agricultor familiar continua no meio rural, no entanto, se identifica um processo de continuidade/permanência e de transição marcante entre o rural agrícola e o rural não

agrícola, ocupando espaço através do surgimento das atividades exercidas pelos moradores. Tal alteração decorre da necessidade de complementar a renda, uma vez que a produção nos estabelecimentos rurais é reduzida, sendo um reflexo do tamanho da área. Segundo Schneider (2009), a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social, como também pode representar uma estratégia individual dos membros familiares.

No início desse século, vários estudos têm abordado a questão da renda familiar no meio rural brasileiro como uma renda não exclusivamente relacionada ao setor primário, ou seja, adquirida exclusivamente da produção de atividades agrícolas como a pecuária, a lavoura, pesca e do extrativismo, mas constituído também por outras formas de complementação de renda e ocupação de atividades não-agrícolas (ABRAMOVAY, 2000; GRAZIANO DA SILVA, DEL GROSSI e CAMPANHOLA 2002; SHNEIDER, 2009).

O município de Campo do Brito também está passando por essas alterações nas relações de trabalho no meio rural. Os trabalhadores, atualmente, passam a criar novas estratégias, como a venda da força de trabalho por um período, ou atrelam a outras atividades, quer seja na inserção do comércio em feiras, instalação de pequenos estabelecimentos comerciais, admissão no serviço público. Para explicar a realidade estudada serão evidenciadas a permanência das atividades tradicionais e as novas ruralidades no próximo item.

### **2.3- Os derivados da mandioca e o uso da tecnologia como novas ruralidades**

A cultura da mandioca exerce importante função agrícola, tanto para a alimentação humana e animal, quanto para geração de emprego e renda, sendo à base de sobrevivência da maioria das famílias do Nordeste.

De acordo com os dados da EMBRAPA, o Brasil ocupa a quarta posição na produção mundial de mandioca (7,8% do total), inferior somente à Nigéria, Tailândia e Indonésia. Esse produto é cultivado em todos os estados brasileiros, com maior concentração na Região Nordeste que detêm o percentual de 34,7% da produção nacional.

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2006), no Nordeste, a concentração do cultivo da mandioca está localizada no Agreste e essa cultura assume papel fundamental na agricultura, com predomínio de pequenas propriedades como é o caso de Campo do Brito. (Figura 06).



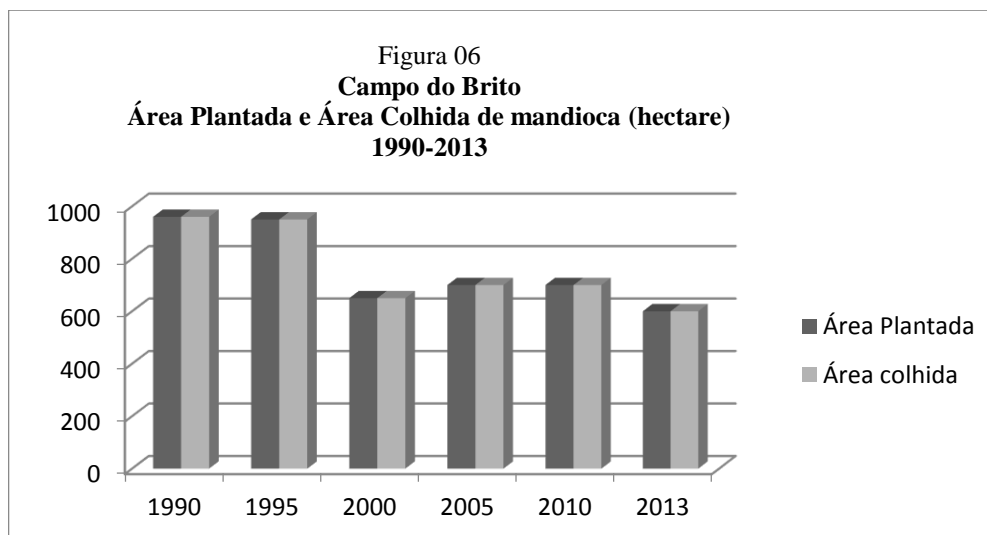
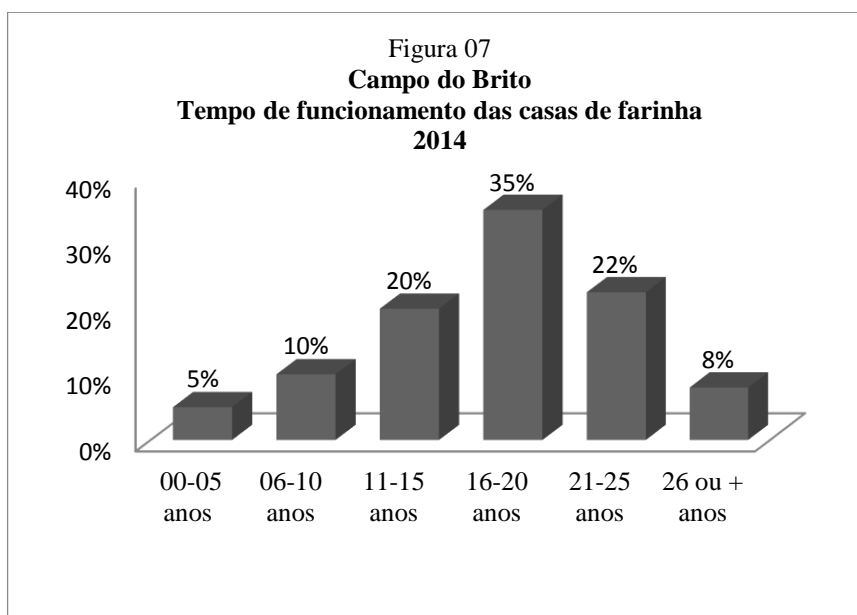


Figura 06: IBGE: Produção agrícola municipal, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2013.

Para Jesus (2006, p. 114), “as culturas de subsistência tiveram um importante papel na ocupação do agreste sergipano através das pequenas propriedades e principalmente da produção da mandioca, agregando-se com o beneficiamento da farinha”. Tal evidência retratada pelo autor se coaduna com a realidade de Campo do Brito, para além da produção de mandioca, o município se destaca na produção da farinha e outros derivados. Em virtude de um número considerável de estabelecimentos nessa localidade foram pesquisados, com utilização de entrevistas e aplicação de questionários 40 proprietários, correspondendo a 20% do total das casas de farinha, (segundo informações da maioria dos entrevistados no município há cerca de 200 casas de farinha). As atividades foram acompanhadas desde a raspagem da raiz no processo produtivo até o descarte da manipueira<sup>1</sup>, durante os meses de outubro e novembro, de 2014.

De acordo com os dados coletados, pode-se perceber que entre os estabelecimentos em atividade, apenas 5% apresentam menos de 05 anos de funcionamento, 10% possuem entre 06 a 10 anos de exercício, enquanto aqueles com 11 a 15 anos abrangem 20% do percentual e 35% têm aproximadamente 16 a 20 anos de existência, sendo a maior margem considerada. Encontrou-se ainda um percentual considerável, em torno de 22,5%, para casas de farinha com existência entre 21 a 25 anos e as que sobrevivem um período superior a 26 anos de existência perfazem 7,5%. Essa atividade foi transmitida por gerações nas comunidades e incentivaram o surgimento de outras unidades farinheiras nas localidades (Figura 07).

<sup>1</sup> Líquido de aspecto leitoso e cor amarelo-clara extraída das raízes da mandioca, por ocasião da prensagem das mesmas para obtenção de fécula ou farinha de mandioca, podendo ser obtida em regiões produtoras de subprodutos da mandioca.



Fonte: Pesquisa de campo: outubro/novembro 2014.

Nota-se que uma considerável quantidade de casas de farinha existente no município permanece em funcionamento por um período entre 16 e 20 anos, tal fato explica-se que essa tradição foi transmitida por gerações e os filhos dão continuidade ao processo de produção da farinha nos estabelecimentos já construídos. Semelhante às constatações da produção de farinha em Nossa Senhora de Lourdes ressaltado por Silveira em Campo do Brito:

A herança aqui difundida nas casas de farinha não se relaciona apenas á produção, mas também é vinculada aos laços afetivos da família, do grupo ao qual o ator social pertence, e que se identifica com sua história de vida, seja pela sua localização, seja pela sua produção econômica (SILVEIRA 2006, pág. 276).

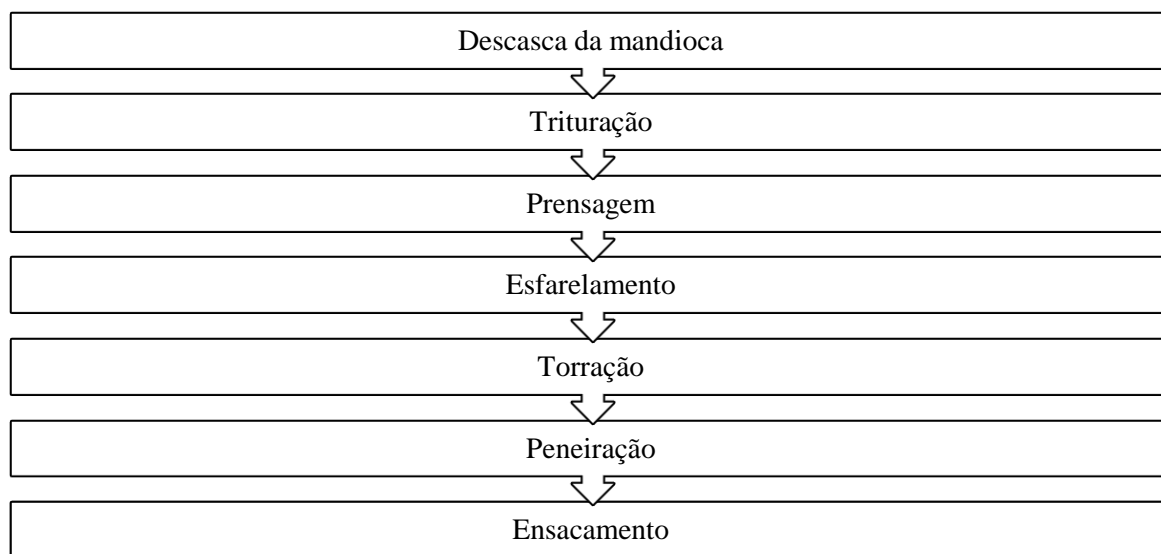
Esses proprietários reconhecem que a tradição familiar é o fator primordial para justificar o prosseguimento do processo de produção, fato esse constatado em 61% dos entrevistados. Em contrapartida, 34% expõem que a construção se deu porque não há outras perspectivas de emprego ou oportunidades oferecidas na comunidade, deste modo, sendo mais apropriado trabalhar com o que é mais comum a ser encontrado, e 5% ainda considera-a como um negócio proveitoso.

Entretanto, observam-se as alterações com a ampliação e a inserção de novas tecnologias no processo de fazer farinha. Na atualidade, todas as casas de farinhas têm energia elétrica, 99% possuem paredes de blocos e 85% são rebocadas, ao passo que 100%

têm piso cimentado, telhado sem forro, algumas possuem tanque de decantação (tanque de PVC), para a manipueira, sendo que uma quantidade significativa é despejada no solo. As instalações das casas de farinha ficam localizadas ao lado das residências, sendo um espaço de trabalho onde reúne a família e trabalhadores temporários para o desenvolvimento das atividades.

Assim, para a obtenção da farinha de mandioca é necessário realizar as etapas descritas no fluxograma a seguir (Figura 08).

**Etapas do processo de beneficiamento das raízes de mandioca para fabricação da farinha.**



Elaborado: Eliene Domingas de Souza

O trabalho de produção de farinha começa cedo, ao nascer do sol, se prolongando até a noite, sem hora para acabar. Os equipamentos utilizados na casa de farinha são: facas, sacos, balaio ou tambor, cochos, cevadeira, peneiras, balança, prensa, máquina de moer caroço (esse equipamento não se faz presente em todas as casas de farinhas, muito farinheiros por não possuí-la pagam para moer, sendo o produto em seguida misturado à farinha).

A mandioca é aproveitada em sua totalidade; as folhas conhecidas como maniçoba, são ricas em proteínas e servem para fazer uma comida típica denominada pelo mesmo nome, esse alimento geralmente é consumido por todos principalmente pessoas de meia idade e idosas em períodos de inverno, isso porque nesse período as folhas estão em grande quantidade, sendo que elas caem para suportar o calor. As manivas (manibas, manaíbas - caule) são reaproveitadas para o plantio ou moídas juntamente com as folhas para alimentação animal; as cascas ou raspas, assim como as demais substâncias citadas, servem

ainda como alimentos para os animais como gado, porco, galinha. A fécula ou goma (tapioca da mandioca) é largamente utilizada pela população para a preparação de pratos de valor nutritivo como o beiju de tapioca e biscoitos.

Até a manipueira pode trazer benefícios à agricultura, com as diversas formas de utilização, serve de adubo natural, quando impura é menos venenosa, enquanto que o líquido puro é capaz de combater pragas e doenças, então, deve ser utilizada no mesmo dia da sua coleta, pois depois disso, o ácido que faz parte do conteúdo da raiz é perdido, depois de 03 dias em tanque, o ácido cianídrico, considerado venenoso, evapora sendo aproveitada para incrementar a alimentação do gado, por isso, o produtor deve ter o cuidado de proteger o tanque, pois caso um animal venha beber o líquido durante a fermentação pode ser fatal.

O volume de produção da mandioca e a área plantada estão intimamente ligados ao preço do produto. Assim, quando os preços reduzem, tanto o volume de produção quanto a área plantada sofrem diminuição. Em tempos com índice pluviométrico maior os preços diminuem, pela grande oferta da mercadoria, a ponto de tornarem equivalentes aos custos de produção, porém, nos períodos de estiagem o valor do produto aumenta em decorrência da redução do produto.

A farinha se constitui no principal alimento produzido pelos agricultores familiares do município. As casas de farinha funcionam geralmente três dias por semana de terça a quinta e produzem, em média, três toneladas de farinha por semana/cada (60 sacos de 50 kg de farinha por semana). Para cada tonelada de mandioca são produzidos 300 quilos de farinha (ou como é conhecido pelos proprietários das casas de farinha entre 02 a 2,5 quartas de farinha), sendo 700 kg somente de resíduos aproveitáveis no estabelecimento para alimentação de animais entre outros.

Essa atividade típica da agricultura familiar apresenta uma renda variável entre R\$ 80,00 a 200,00 por tonelada a depender do período, grande parte da renda fica com os atravessadores, que vendem a farinha nas feiras livres por valores elevados e esses chegam a lucrar 50% do valor pago ao produtor.

Oliveira (2010) ressalta que a produção das pequenas e médias propriedades rurais são comercializadas por atravessadores, o que acarreta uma desvalorização do produto e uma redução dos lucros dos agricultores familiares.

Dentre a necessidade de aumentar a produção, para atender o mercado e diante das mudanças provocadas pelo avanço de novas tecnologias no espaço rural, foi indispensável à modernização dos equipamentos utilizados pelos produtores. Em estudo realizado por Lima Filho (2010, p.98), o autor descreve que a “maioria das casas de farinha concentra todo o

processo produtivo de forma manual, consequentemente, com baixa produtividade e rentabilidade decorrente da atividade”, utensílios ainda são de caráter rústico, feitos a partir da madeira que continua sendo utilizada por diversos proprietários devido ao custo mais baixo. Dentre os principais equipamentos destaca-se o forno (alimentado com a lenha), a prensa (máquina manual ou mecânica que comprime a massa entre as suas duas peças principais.) e o “dino” (ralador manual).

Velthem e Katz (2012) revelam os significados associados às práticas e utensílios empregados na produção tradicional de farinha de mandioca a partir de pesquisa realizada no município de Cruzeiro do Sul e região, no Acre. Os autores argumentam que “os artefatos utilizados na casa de farinha são valorizados não pela estética das formas, mas pela capacidade de executarem complexas funções de transformação, os saberes especializados contribuem de forma significativa para um produto de qualidade” (p. 452). Essa menção se faz necessária uma vez que é notada uma renovação dos saberes e das formas de fazer desse produto, pois, “é essa capacidade de agir, segundo uma modalidade própria, que constitui o valor que é atribuído aos artefatos” (idem), porém, a prática apresenta não apenas objetos técnicos como também simbólicos enraizados desde a origem histórica, assim como na sociabilidade com a troca de conhecimentos envolvida. O uso de instrumentos de trabalho tradicionais em Campo do Brito ocorre de forma semelhante àquela detectada pelos autores em Cruzeiro do Sul no Acre.

Entretanto, também constatou a inserção de instrumentos mais modernos, como uso de grelha nos fornos o que permite a queima total da lenha, ralador, prensa elétricos que auxilia na produção, aumenta a produtividade e atende as exigências normativas impostas pela legislação.

Dos empreendimentos pesquisados, 95% das casas de farinhas são unidades familiares e 5% funcionam de forma comunitária. Em relação aos sistemas de processamento a minoria dos estabelecimentos (2%) produz a farinha de forma tradicional, 50% com inovações e 48% modernas. As casas de farinha se concentram nos povoados Gameleira, Cercado, Terra Vermelha, Limoeiro. Nas unidades são utilizados instrumentos e equipamentos mais modernos como aqueles citados anteriormente. Nos demais povoados nota-se pouca expressividade e as casas de farinha apresentam reduzido incremento de investimentos na infraestrutura. É imprescindível fazer uma análise das transformações técnicas que vêm permeando a modernização da atividade e modificando esses estabelecimentos. No entanto, essa transformação apresenta diferenças nos

estabelecimentos, quanto às técnicas utilizadas e à organização de seu funcionamento, criando assim novas ruralidades (figuras 9 a 16).

Os instrumentos tradicionais utilizados para a produção de farinha nas unidades de produção tradicional foram repassados por várias gerações como a prensa de madeira e parafuso, a cevadeira, a peneira manual e o forno de barro (figuras 09 a 12).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

As casas de farinha com inovações foram consideradas como aquelas que dispõem de forno, peneira e cevadeira elétricos, balança e prensa de grade (figuras 13 a 16).



Figura: Equipamentos existentes na casa de farinha com inovações. 13 - Peneira elétrica, 14 - cevadeira elétrica, 15 - balança, 16 - prensa de grade.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Em relação às modernas casas de farinha, existem aquelas que além de instrumentos elétricos, utilizam grelha nos fornos que permite a queima total da lenha, potencializando o calor produzido e acelerando o aquecimento, diminuindo, consequentemente, o tempo necessário para torrar a farinha, havendo uma redução de cerca de 50% no consumo total de lenha. Além disso, contam ainda com prensa com motor, máquina de extrair a tapioca, entre outros (Figuras 17 a 22).





Figuras: 17 - grelha no forno, 18 - forno elétrico, 19 - balança, 20 - Máquina de triturar caroço, 21 - prensa elétrica, 22 - máquina de tirar tapioca.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

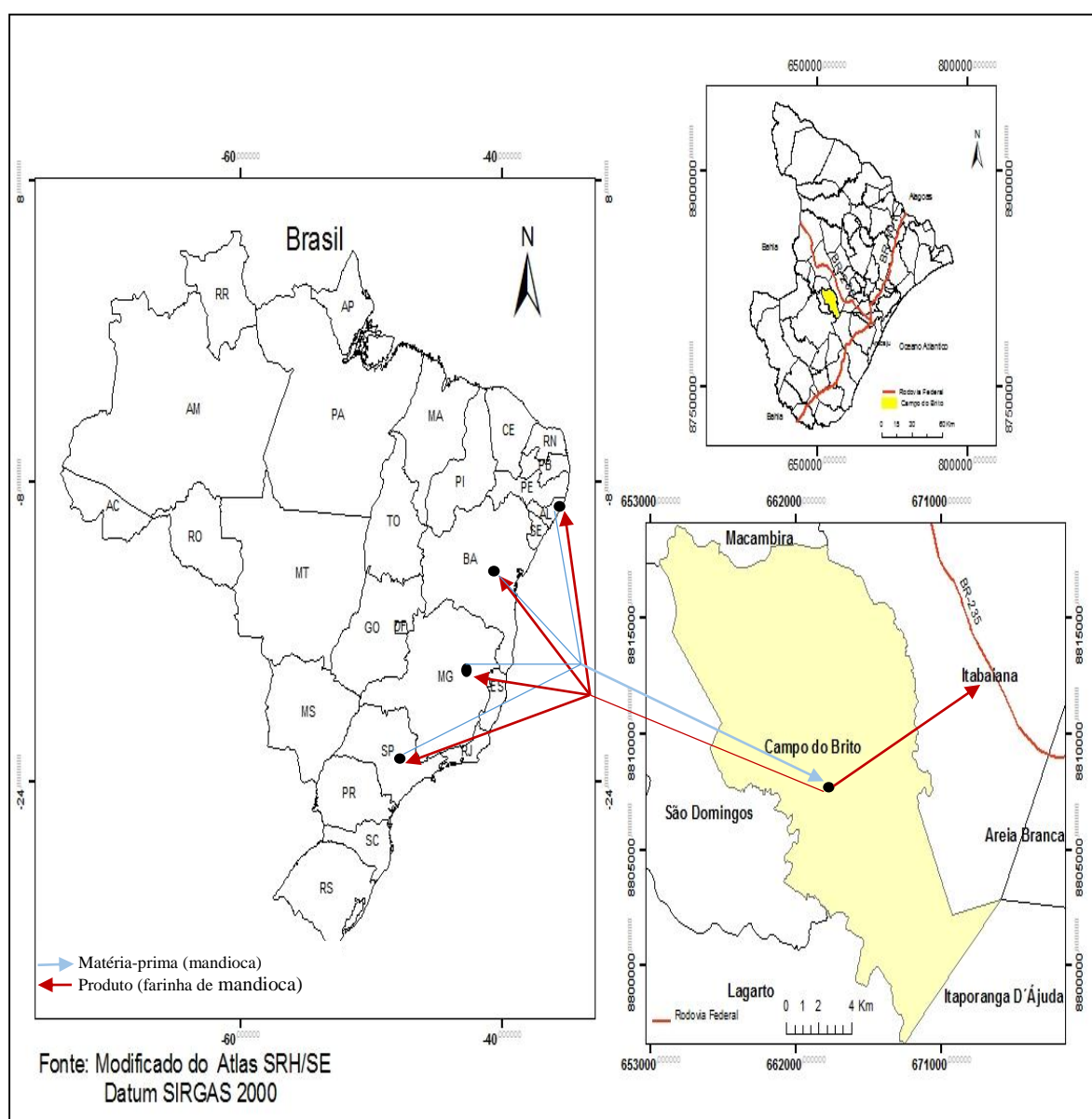
As casas de farinha com inovações predominam na área estudada. Em breve, elas irão prevalecer à ocupação do espaço rural do município, pois, os proprietários buscam modernizar os equipamentos, como exigências do mercado, tendo como objetivo principalmente, transformar, gradualmente, em microunidades produtoras de farinha, aperfeiçoando, sucessivamente, os maquinários contribuindo, assim, no aumento da produção.

Esse é um processo gradativo e dentro dos estabelecimentos ainda se encontram muitas unidades produtoras mistas, onde há uma cevadeira elétrica ao passo que permanece a peneira manual.



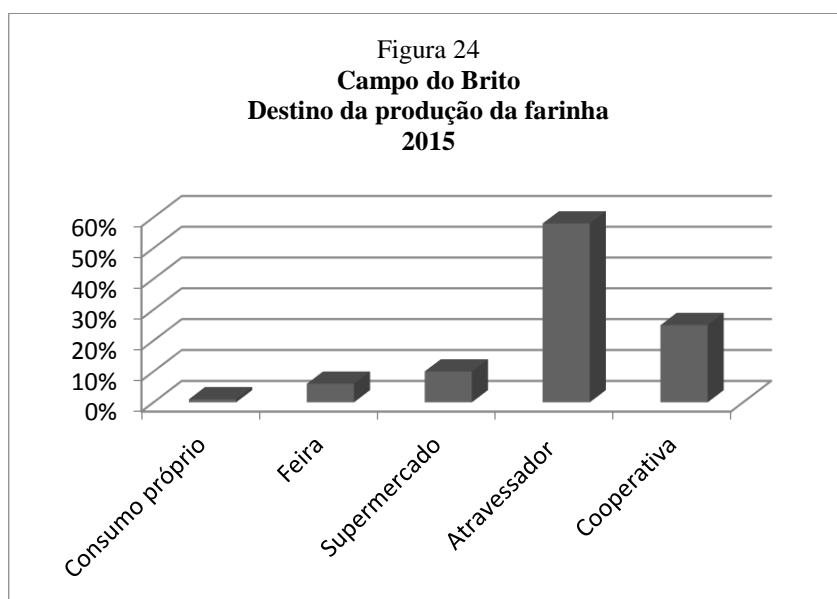
Atualmente, a produção municipal de mandioca não atende às demandas das casas de farinha, os produtores adquirem a matéria-prima de outros Estados, como Bahia, Alagoas, São Paulo e Minas Gerais. Essa forma de aquisição é feita através da figura do corretor, sendo a matéria prima transportada por caminhões, muitos desses, da própria localidade e outros de localidades diferentes, o que configura a presença de atores não agrícolas no município. Depois de produzida, a farinha também é comercializada em Itabaiana e vai para os Estados (Bahia, Alagoas e Estados do Sudeste) na forma de produto final (figura 23).

**Figura 23**  
**Campo do Brito**  
**Procedência da mandioca e destino da produção da farinha**  
**2015**



De acordo com as informações obtidas em campo, o município recebe semanalmente cerca de 30 a 40 caminhões contendo de 10 a 22 toneladas de mandioca para ser processada em farinha. Essa movimentação ocorre de 2 a 3 vezes por semana, de acordo com os entrevistados e totaliza uma média de 500 toneladas; tendo uma carga mensal média de 2.000 toneladas de mandioca. O fornecimento da matéria prima deve ser planejado levando-se em conta que as raízes de mandioca deverão ser processadas até o máximo de 36 horas após a colheita.

Na pesquisa de campo observou-se que 1% da produção de farinha das unidades de processamento é utilizada para consumo próprio, 6% se destinam às feiras livres, como a de Itabaiana, 10% se destinam para os supermercados, enquanto 58% são negociadas por atravessadores, que comercializam diretamente com o varejo, composto pelos supermercados ou feiras livres, para outros estados. A Cooperativa comercializa cerca de 25% da farinha produzida (Figura 24).



Fonte: Pesquisa de Campo: outubro/novembro 2014.

Quando o produto é comercializado no mercado (feira), o produtor tem que custear as despesas de transporte, via caminhão até a feira de Itabaiana e ainda paga a “pedra”, isto é, o espaço para colocar a farinha dentro do mercado até que ela seja vendida, e, também, o ajudante (trabalhador braçal responsável por carregar/descarregar farinha do caminhão e levar até o mercado para ser vendida). O frete é pago por saco, isto é, a cada 50 quilos são cobrados R\$ 3.00 para o proprietário da transportadora e mais R\$2.00 por saco da “pedra”.

O ajudante além de ser pago pelo proprietário do transporte, recebe também uma gorjeta do fornecedor da farinha, o que encarece mais o produto e diminui a renda do agricultor.

Assim, analisando as entrevistas, percebe-se que o atravessador obtém uma maior participação na comercialização. Entretanto, os citados comerciantes e a Cooperativa pagam o maior preço ao produtor, com a vantagem de adquirir o produto na unidade processadora sem custos de frete para o fornecedor, diferente do que ocorrem nos demais canais como a venda na feira livre.

Quando o produto está com o preço rentável, ocorre uma atração para compradores da matéria prima de outras localidades, estes compram os tubérculos de outros Estados e vendem para os produtores, isto acarreta uma oferta de produção maior que o normal, causando, desta forma, certo descontrole no preço da farinha.

Em tempo de boa safra, isto é, quando ocorre elevada produtividade de farinha nas comunidades, a Cooperativa não apenas compra o produto dos cooperados como também de alguns outros farinheiros, aumentando assim a participação dessa unidade de produção nas comunidades e chegando a ser equiparada a mais um intermediário. Todavia, a Cooperativa não consegue absorver toda a oferta existente no município, em decorrência da grande quantidade produzida. Apesar disso, com a criação da Cooperativa dos Produtores de Farinha de Mandioca- COOFAMA de Campo do Brito ainda busca-se alcançar novos mercados para a farinha de mandioca. Embora tenha uma capacidade reduzida podem ser observados conquistas com a instalação da cooperativa como ressaltou Lima e Filho (2010, p. 80):

Em 2008, a cooperativa foi laureada, em Brasília (DF), com o prêmio Valores do Brasil, que selecionou 15 dentre 334 experiências ou estudos que estão contribuindo para o desenvolvimento sustentável, cujos projetos destacaram-se por iniciar um processo de mudança, com base no trabalho coletivo e gerador de emprego e renda no contexto social brasileiro.

A sede da cooperativa foi inaugurada em 26 de outubro de 2009, no Povoado Gameleira, distante onze quilômetros da cidade. Com 900 m de área construída, a sede da cooperativa dispõe de uma moderna máquina empacotadora de farinha, ou seja, o ensacamento é feito por meio do uso de máquinas embaladoras que empacotam 26 sacos por minuto.

Um elemento fundamental na cooperativa COOFAMA é que esta participa de forma intensa no processo de produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização dos

produtos derivados da mandioca, além de constituir um instrumento de difusão de tecnologias para o meio rural (Figura 25).



Figura 25: COOFAMA (Cooperativa de produtores de farinha da mandioca).  
Fonte: Pesquisa de campo.

A Cooperativa conta com 54 cooperados com suas respectivas “casas-de-farinha” distribuídas entre os povoados: Gameleira, Cercado, Limoeiro, Terra Vermelha, Tabua e Caatinga Redonda e mantém parcerias como o Banco do Brasil, o SEBRAE e a EMDAGRO. Nos demais povoados ainda não há participação direta dos cooperados.

Em entrevista realizada com um dos funcionários da COOFAMA, ele relatou que 40% da farinha vendida com a marca Delícia da Copa é destinada ao Estado de Sergipe, tendo como compradores o supermercado GBarbosa, a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Enquanto isso, 60% da produção é comercializada para o Estado da Bahia.

O preço do produto é variado, se comprado em supermercado, como exemplo o Gbarbosa, a farinha fina custa R\$ 2.95 (fevereiro de 2015) e farinha grossa R\$ 2.85, sendo vendido o produto acondicionado em pacotes de 1 quilo.

Aliado a COOFAMA, há, também, uma associação para a produção de derivados da mandioca, denominada Centro de Derivados. Esse espaço foi construído em uma casa de farinha comunitária. Além da casa de farinha comunitária foram adquiridos vários implementos mecanizados, como por exemplo, fornos elétricos, geladeira, liquidificadores industriais, embaladoras a vácuo, centrífugas, balanças de precisão, para a produção das iguarias além de dar suporte necessário a esses trabalhadores. Esse espaço construído e as transformações existentes constituem uma nova ruralidade.

Através de cursos ofertados pelo SEBRAE, em parceria com a COOFAMA, as mulheres, esposas dos produtores de farinha puderam aperfeiçoar os conhecimentos na

elaboração de derivados e com os cursos de capacitação foram inseridos vários novos tipos de derivados. Porém, no transcorrer do curso foram implantadas mudanças nas formas de fazer e nas receitas de determinados derivados ao passo em que outras iguarias também criadas. A produção dos derivados é comercializada para algumas prefeituras como a de Campo do Brito e Itabaianinha para o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Azevedo (2011) quando fala da permanência e mudança da culinária no Seridoense ressalta a importância da conservação de alguns elementos na culinária para garantir a sua originalidade, mesmo que muitos aspectos sejam inovados por causa das exigências do mercado capitalista, pois “além da maneira de fazer artesanal, os produtores da culinária local incorporam novos saberes às receitas para revitalizar suas práticas e agregam o valor cultural aos seus produtos com o objetivo de reinventar a culinária local” (AZEVEDO, 2011, p. 108).

Nesse caso, o saber fazer do campo britense incorporam tanto as inovações tecnológicas com a utilização de novos instrumentos de trabalho para a fabricação das iguarias, como a continuação e conservação desses alimentos, recriando uma nova aparência para produto, ancorada no saber-fazer tradicional herdado de gerações passadas, ou seja, um aprendizado passado de geração-a-geração.

Dentre os produtos elaborados estão: o beiju, o beiju saroio, o beiju malcasado, pé-de-moleque, brigadeiro, biscoitos de goma, macaxeira empacotada, tapioca, bolinho, empadinhas entre outras (Figura 26). Menezes (2014, p. 05), ao escrever sobre Queijos e beijos tradicionais: da nostalgia a segurança alimentar, ressalta que “as iguarias passam a constituir uma alternativa de trabalho e renda para grupos familiares que residem nos espaços rurais”, que, de forma semelhante também acontece no município de Campo do Brito.



Figura 26: Derivados da mandioca, biscoito de goma, pé de moleque, empadinhas e bolinhos.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Depois de produzidos, os derivados são destinados à venda direta na associação. Existem também encomendas realizadas por empresas, pessoas físicas e entidades governamentais como a CONAB e o PNAE, sendo, ultimamente, direcionadas suas iguarias para a distribuição na alimentação escolar do município de Campo do Brito.

A modernização tecnológica se insere, nesse contexto, como resultante de uma série de ações dos produtores em busca de um aumento de produtividade como alternativa para o incremento da quantidade produzida. Como salienta Azevedo (2011):

Sua maneira de preparar comida está condizente com o que há de disponível em seu território, elementos materiais e culturais, e o que vai sendo introduzido por outras influências exteriores. Isso faz com que esta sofra modificações de acordo com as transformações socioespaciais, pois a culinária de um povo, mesmo construídas sobre um cenário cultural identifiante, está suscetível às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, que pairam sobre o espaço geográfico (AZEVEDO, 2011, p. 59).

As novas ruralidades que surgem nos espaços rurais de Campo do Brito se alteram de acordo com a realidade inerente ao processo que ali se encontra, isto é, sujeito aos atributos nele existente, aos anseios da população e a interferência do poder econômico e político.

O espaço rural tende a modificar intensamente sua configuração, não somente com a inserção dos novos equipamentos, mas com a infra-estrutura, ou seja, um novo quadro de elementos, formas e ações se compõe e, embora o sistema técnico seja semelhante globalmente, em cada local esta relação se dará de forma peculiar, condicionada pela organização espacial, histórica e cultural precedentes, cultivando e ressignificando também as tradições e identidades, as quais serão destacadas no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO III**

#### **RURALIDADES E NOVAS RURALIDADES NO MEIO RURAL DE CAMPO DO BRITO/SE.**

##### **3.1-A organização sócio espacial e a busca por novas alternativas no espaço rural do município.**

As mudanças identificadas no espaço rural resultam de iniciativas da população vinculadas aos aspectos sociais e econômicos, conformam uma combinação das atividades agrícolas com outras não agrícolas e representam uma estratégia que as famílias adotam como alternativa capaz de assegurar sua permanência no campo e sua reprodução como tal. Em determinados espaços, as atividades tradicionais continuam a existir ladeadas por novas práticas que configuram como novas estratégias de reprodução social para a continuidade no “lugar de vida e de trabalho” (WANDERLEY 2001).

Para incrementar a produção dos agricultores familiares foram criados programas em nível nacional como o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar que contribui para o avanço do uso de técnicas modernas, fato esse comprovado no espaço em foco. O citado programa disponibiliza linha de crédito, com recursos destinados ao custeio para a implantação de cultivos e criação de animais e a modernização das pequenas agroindústrias. No entanto, nem todos os proprietários são beneficiados pelos programas de crédito tendo em vista a problemática relacionada à titulação da terra, como já foi comentado anteriormente.

Constatou-se no trabalho de campo realizado no município de Campo do Brito que 9% dos entrevistados utilizam o recurso obtido com as linhas de crédito disponíveis nas instituições financeiras para o custeio de atividades agrícolas; enquanto isso, 12% do público entrevistado responderam ter empregado o empréstimo contraído na modernização da casa de farinha, 4% para compras de animais, 1% para abrir um negócio. Entretanto, constatou-se que 74% dos pesquisados relataram não ter feito nenhum empréstimo.

Às discussões realizadas por Diniz (1986, p. 215) asseverar que “os conjuntos agrícolas no espaço estão em constante mudança, os mais rentáveis e eficientes expandindo-se sobre os menos produtivos, transformando-se sob os constantes estímulos provenientes do meio”. Logo, ressaltou-se que embora exista a disponibilidade de programas direcionados

a agricultura familiar um número considerável dos agricultores não pode usufruir tendo em vista as problemáticas que permeiam a vida rural.

No trabalho de campo observou-se o avanço e a expansão das atividades não agrícolas no município, tendo em vista, que numerosos moradores estão ocupados no setor de serviços exercendo a função de pedreiro, motorista, diarista, costureira, cabeleireira, borracheiros, pintores, mecânico, negociantes, servente de pedreiro, moto taxista, marceneiros, empregada doméstica, ferreiro, manicure e pedicure, funcionários públicos, entre outros a presença dessas atividades foi destacada pelos entrevistados como forma de complementar a renda e, muitas vezes, torna-se inclusive a principal atividade. Ao discutir as transformações no rural, Schneider e Fialho (2000, p. 12) ressaltam “esse fato revela que as pessoas residentes no espaço rural, mesmo sem acesso a formas de treinamento específico e/ou ampliação do nível de escolaridade, estão sendo dotadas de novas habilidades profissionais, o que vêm contribuindo para alterar as formas usuais de ocupação da mão-de-obra”. Diante das dificuldades para continuar na terra, esses trabalhadores buscam outras ocupações, diferente das atividades agrícolas, para permanecer no seu lugar de origem.

Foram identificadas inclusive atividades relacionadas ao setor industrial como a produção de cerâmicas: blocos e telhas no povoado Poço Cumprido. Essa atividade absorve 34 trabalhadores locais que trabalham como oleiro, forneiro, auxiliar de secretaria, operador de máquinas. De acordo com o responsável pela empresa, estão assegurados aos trabalhadores os direitos básicos e obrigações sociais, como a carteira assinada, recebimento de taxa relativa à insalubridade, além do uso de equipamentos de segurança como capacete, luvas, fita para as mãos, máscaras, fardamentos, protetor solar e óculos.

A empresa produz diariamente aproximadamente 40.000 blocos do tipo grande (08 furos) e 50.000 mil do pequeno (06 furos), cuja produção também é direcionada para outros municípios do estado de Sergipe. A comercialização e entrega dos produtos é feita a domicílio, além de ser terceirizada aos caminhoneiros que adquirem os produtos e os comercializam para outros estados.

Uma parcela da população migra para trabalhar nos serviços públicos e nos privados, localizados na sede municipal e nas cidades circunvizinhas, como Itabaiana e São Domingos.

Para além dessas atividades é importante ressaltar outras formas de complementação de renda por meio da inserção nos programas sociais e das políticas compensatórias, como Bolsa Família, que junto com as ocupações rurais não agrícolas são considerados como “medidas de estratégia para o desenvolvimento territorial rural”



(VEIGA, 2001). Ao discutir o avanço dessas políticas no Nordeste, Alves (2002) ressalta que parte da população nordestina, além de sobreviver de recursos previdenciários e outros auxílios públicos assistencialistas, se utiliza de atividades complementares com o objetivo de sobrevivência e manutenção de suas famílias no campo.

A renda proveniente da Previdência Social, como os benefícios da aposentadoria e as pensões alimentícias, tem uma relevância extraordinária para um percentual de 11,3% das famílias, tendo em vista que constitui, para grande parte dos beneficiários, a principal renda familiar. Para um número menor da população eleva o poder aquisitivo no momento em que é computada juntamente com outros rendimentos da unidade familiar. Delgado e Cardoso Jr. (1999) asseveram essa realidade ao estudar sobre o benefício previdenciário rural como estratégias domiciliares para sua representação econômica, inferindo que ele exerce, além da função de seguro previdenciário, outra de fundamental importância, como a sustentação das estratégias de sobrevivência da família. Os autores concluíram também que o peso do benefício previdenciário na composição do orçamento doméstico representa “70,8% em média na região Nordeste” (idem, 1999, p. 3).

No município estudado, o agricultor tem se utilizado de estratégias de combinações entre as diversas atividades agrícolas e não agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico, e a renda oriunda da aposentadoria apresenta uma contribuição expressiva para manutenção e ampliação da renda das famílias, fato esse constatado em todos os povoados visitados.

Outra estratégia de sobrevivência adotada entre as famílias estudadas é a migração. Muitos jovens, com idade a partir dos 18, anos migram à procura de trabalho em outras regiões motivados pelas necessidades das famílias. Logo, eles vão em busca de ocupação, principalmente, nos canaviais de São Paulo, fazendo uma migração temporária, geralmente, no período de safra, ficando por um período de 08 meses, aproximadamente, para trabalhar na colheita, geralmente, eles migram em abril e retornam em dezembro. Para Woortmann (1990), a ocorrência de migração é, na verdade, uma das estratégias sociais construídas pelos camponeses para continuarem se reproduzindo física e socialmente. Um dos fatores apontados pelos entrevistados como responsáveis por essa busca de emprego fora do lugar de origem está relacionado à diminuição dos preços dos produtos agrícolas, afetando diretamente a renda dos grupos familiares.

Os entrevistados afirmaram que algumas ações visando à melhoria da infraestrutura dos povoados (estradas, escolas, telefonia, rede de eletricidade, comércio, habitações, praças), tem sido realizada, além do avanço nos movimentos de organização da população rural, traduzidas por cooperativa, associações de agricultores, o que demonstra a ocorrência

de processos de mudanças no comportamento da população com o objetivo de reivindicar melhores condições de vida e reorganização do espaço.

Embasada nos dados coletados constatou-se diferentes realidades no espaço rural de Campo do Brito, relacionadas à dimensão da infraestrutura e à ampliação do setor de serviços, o avanço das denominadas novas ruralidades e à continuidade das ruralidades. Para evidenciar tal configuração foi elaborado o quadro a seguir (quadro 01).

**Quadro 01**  
**Campo do Brito**  
**Ruralidades, novas ruralidades**  
**2015**

<b>POVOADO</b>	<b>NOVAS RURALIDADES</b>		<b>RURALIDADES</b>	<b>SERVIÇOS PÚBLICOS</b>	
GAMELEIRA	01 empresa de ônibus 04 mercearias 01 oficina mecânica (bicicleta e moto); 02 salões de beleza 01 fábrica de costura 01 associação	03 bares 03 lanchonetes 01 material de construção 01 panificação 02 boutiques 01 Cooperativa 01 granja	Criação de suínos; Criação de aves de forma tradicional; Plantação de horta; Criação de caprinos; Plantações de ervas medicinais. Mutirão.	01 escola; 01 Posto de saúde; Transporte escolar; Transporte coletivo Energia elétrica; 02 campos de futebol	Coleta de lixo; Pavimentação parcial das Ruas; Rede de distribuição de água. Praça.
CERCADO	02 lanchonetes 01 panificação 02 loja de roupa 02 açougue 01 Lava jato	05 mercearias 01 oficina mecânica (bicicleta e moto) 04 bares 01 associação	Criação de suínos; Plantação de horta; Criação de aves de forma tradicional; Plantações de ervas medicinais. Mutirão	01 escola; 01 Posto de saúde; Transporte escolar; Transporte coletivo; Praça;	Energia elétrica; Coleta de lixo; Pavimentação parcial das Ruas; Rede de distribuição de água.
TERRA VERMELHA	02 mercearias 01 pizzaria 01 lanchonete 01 granja	02 padarias 01 açougue 01 ginásio de esporte	Casa de farinha; Criação de suínos; Criação de aves de forma tradicional; Plantação de horta; Plantações de ervas medicinais. Mutirão.	01 escola; 01 Posto de saúde; Transporte escolar; Transporte coletivo 01 cemitério	Energia elétrica; Coleta de lixo; Pavimentação parcial das Ruas; Rede de distribuição de água. Praça
POÇO CUMPRIDO	02 mercearias 01 salão de beleza		Criação de suínos; Criação de aves de forma tradicional; Plantação de horta; Plantações de ervas medicinais. Mutirão	01 escola; 01 Posto de saúde; Transporte escolar; Transporte coletivo 01 cemitério	Energia elétrica; Coleta de lixo; Pavimentação parcial das Ruas; Rede de distribuição de água. Praça
BRITO VELHO	02 mercearias 02 bares; 01 salão de beleza;		Criação de suínos; Criação de frangos; Plantação de horta; Plantações de ervas medicinais. Mutirão	01 escola; 01 Posto de saúde; Transporte escolar; Transporte coletivo 01 campo de futebol	Energia elétrica Coleta de lixo Pavimentação parcial das Ruas. Rede de distribuição de água.

CEILÃO	01 bares; 01 mercearia; 02 Salões de beleza;	01 fabrica de material de limpeza;	Criação de suínos; Criação de aves de forma tradicional; Plantação de horta; Plantações de ervas medicinais.	01 escola; 01 Posto de saúde; Transporte escolar; Transporte coletivo	Energia elétrica; Coleta de lixo; Pavimentação parcial das Ruas; Rede de distribuição de água.
GARAMGAU	04 mercearias 01 oficina mecânica (bicicleta e moto) 03 bares 03 lanchonetes	01 material de construção 01 panificação 02 loja de roupa 01 Pizzaria	Casa de farinha tradicional; Criação de suínos; Criação de aves de forma tradicional; Plantação de horta; Plantações de ervas medicinais. Mutirão	01 escola; 01 Posto de saúde; Transporte escolar; Transporte coletivo Energia elétrica;	Coleta de lixo; Pavimentação parcial das Ruas; Ginásio de esporte; Rede de distribuição de água.
TAPERA DA SERRA	02 salões de beleza; 02 mercearias; 02 loja de roupa		Casa de farinha tradicional; Bodega; Criação de aves de forma tradicional; Criação de suínos; Plantação de horta; Plantações de ervas medicinais.	01 escola; 01 Posto de saúde; Transporte escolar; Transporte coletivo;	Energia elétrica; Coleta de lixo; Pavimentação parcial das Ruas; Rede de distribuição de água.

Fonte: Pesquisa de Campo – Novembro 2014.

Elaboração: Eliene Domingas de Souza.

Diante dessas novas características foi evidenciado o processo das novas ruralidades, a partir da inserção de elementos que anteriormente se concentravam exclusivamente no espaço urbano. Em relação aos serviços públicos existentes, constatou-se que a coleta do lixo é realizada no dia de terça-feira nos povoados e a iluminação pública bem como o transporte escolar são disponibilizados em todos os povoados.

Quanto aos Postos de Saúde, constatou-se que o serviço inexistente em alguns povoados, ao necessitarem desse serviço os moradores se deslocam em busca de atendimento médico em outras localidades. No Ceilão, Bom Jardim, em Serra das Minas, Pilambes, Rodeador foi constatado que o atendimento é realizado nas escolas; enquanto em Candeias e Boa Vista o atendimento se dá através de uma unidade móvel, ou os pacientes são levados para consultas em Serra das Minas. Nos demais povoados foram identificados postos de saúde.

As escolas existentes na zona rural oferecem o ensino fundamental menor, mantidas pelo poder público municipal. Geralmente, os alunos cursam o ensino fundamental maior e o ensino médio na sede do município, sendo que no deslocamento utilizam o transporte escolar disponível em todos os povoados e transcorre nos turnos: matutino, vespertino e noturno.

Quanto ao transporte coletivo, verificou que o fluxo de passageiros entre as comunidades rurais e a sede do município é intenso, com 02 empresas responsáveis pelo

fluxo desses habitantes, sendo que a Anytur, localizada no povoado Gameleira, faz o percurso entre Terra Vermelha, Tabua, Cercado, Pilambes; enquanto a empresa Garangau transporta os moradores dos povoados: Garangau, Tapera da Serra, Serra das Minas, Ceilão. Os demais povoados devido à proximidade da sede municipal, a população desloca-se a pé ou utilizam moto táxi ou automóvel. E, como se apresenta o espaço rural em Campo do Brito diante das alterações inseridas pelos moradores?

Nos povoados visitados constatou-se que o comércio constitui uma atividade em expansão e, de acordo com os entrevistados, é mais rentável economicamente que a agricultura. Nesse sentido, Brumer et al. (1998) expõem que a diversificação é uma prática adquirida pelos pequenos produtores, para evitar a dependência de uma única fonte de recursos, mas essa diversificação depende, também, da disponibilidade de recursos de cada unidade produtiva.

### **3.2- Alterações no espaço rural em Campo do Brito.**

Como foi ressaltada anteriormente observou-se a expansão no setor comercial dos povoados em Campo do Brito, nas últimas décadas, fato esse relacionado às políticas compensatórias implementadas e ao aumento de renda proporcionado pelo expressivo avanço dos benefícios previdenciários nas comunidades. Foi constatado que 85% dos estabelecimentos foram instalados há um tempo inferior a 15 anos, enquanto os demais 15% apresentam temporalidade superior a 15 anos e passaram por uma reforma, adquiriram novos equipamentos, a exemplo das alterações ocorridas nas antigas “bodegas” transformadas em mercearias e pequenos supermercados, onde os consumidores procuram diretamente os produtos nas prateleiras, abolindo os antigos balcões e não conformando as redes de sociabilidades, visíveis no passado, nesses espaços.

Em relação à mão de obra utilizada nos estabelecimentos comerciais, 65% dos proprietários dos pontos de vendas comerciais, entrevistados, relataram que tem como principal mão de obra os membros familiares; e 35% afirmaram a presença de trabalhadores contratados, sendo os mesmos da localidade.

Embora a distância entre os povoados e a sede do município seja relativamente pequena (entre 1 a 13 km), 70% dos moradores dessas localidades informaram realizar compras nos estabelecimentos localizados nos respectivos povoados; entretanto, um

percentual de 30% fazem compras em São Domingos, em Itabaiana ou na cidade de Campo do Brito.

Os povoados com maior destaque relacionado à oferta de serviços comerciais são: Gameleira, Cercado, Garangau, Ceilão, Tapera da Serra. Os estabelecimentos oferecem mercadorias que atendem, principalmente, o consumo de necessidades pessoais e apresentam condição similar àqueles localizados na sede municipal e nas cidades circunvizinhas como São Domingos e Macambira. Além da comercialização de bebidas, alimentos e itens de limpeza, disponibilizam produtos variados como eletrodomésticos, diferenciando-se das tradicionais mercearias (Figuras 27, 28, 29, 30). Além desses citados, verifica-se o crescimento no número de bares, restaurantes e churrascarias, no meio rural.



Figuras: 27 – Boutique (Povoado Gameleira); 28 - Material de construção (Povoado Gameleira); 29 – Panificação (Povoado Cercado); 30 – Mercearia (Povoado Gameleira)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

O avanço no meio técnico científico informacional (Santos, 1996) é uma realidade no meio rural de Campo do Brito, constatando a disponibilidade dos serviços de *wifi* grátis, acessíveis nas lanchonetes e salão de beleza, em alguns povoados, como em Gameleira e Cercado. A oferta de tais serviços é uma estratégia utilizada para atrair clientes, proporcionar maior comodidade, cativar a clientela, a fim de comercializar os seus produtos e serviços de igual modo às alternativas criadas no centro urbano.

Além dessas alterações nos espaços comerciais, observam-se modificações na estrutura residencial das comunidades que adotam um padrão de moradia idêntico àqueles observados na sede municipal. As casas, nos povoados, possuem paredes de alvenaria,

muitas residências além da cobertura feita com telhas ou amianto, são forradas com gesso e, atualmente, cresce o número de residências com forros de pvc. Predomina o piso de cerâmica, janelas e portas variando entre madeira ou vidro, área de ventilação, iluminação embutida e com uma média de 2 a 3 cômodos por casa, banheiro, suíte, murada, inclusive com o uso de portões automáticos (figura 31).



Figura 31: residência no povoado Cercado.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

No interior das residências, foi constatado o expressivo uso dos aparelhos eletrodomésticos como: liquidificador, batedeira, fogão a gás, geladeira, televisores, em praticamente todos os povoados. Além disso, foi evidenciado o consumo de produtos industrializados como alimentos, bebidas, artigos de higiene pessoal e beleza e a redução da produção para o autoconsumo (Tabela 10).

A proximidade com a sede municipal e a relação estabelecida com esse espaço têm sido um fator relevante para a inclusão desse novo estilo de vida. As visitas a cidade, mesmo que para fazer compras, proporcionam ao habitante do rural novas experiências e novos costumes que passam a ser observados no uso das roupas, sapatos, tecnologias (celulares, televisão, antena parabólica), como também aqueles que se deslocam para cidade com a finalidade de dar continuidade aos estudos, o convívio com os amigos acaba também influenciando nos costumes desses moradores.

Nesse sentido, Bagli (2006) menciona que:

(...) a inserção no mercado de consumo tem construído hábitos comuns. A possibilidade de adquirir determinados produtos e serviços aproxima realidades que outrora eram bem contrastantes. Mercadorias são adquiridas por moradores do campo e da cidade, seja para suprir necessidades, divertir ou simplesmente enfeitar. O próprio consumo tornou-se um hábito comum aos espaços rurais e urbanos (BAGLI, 2006, p.94).

Tabela 10  
**Campo do Brito**  
**Equipamentos adquiridos pelos moradores da zona rural de Campo do Brito.**  
**2015**

<b>Equipamentos</b>	<b>Número de moradores que possuem utensílios e equipamentos em suas residências</b>
TV	70
Telefone Celular	70
Geladeira	70
Aparelho de som	70
Energia Elétrica	70
Antena Parabólica	66
DVD	42
Microondas	31
Computador	28
Internet	28
Máquina de lavar	21
Telefone fixo	08
Possui televisão por assinatura (cabo ou via satélite)	04
<b>Total</b>	<b>70</b>

Tabela 11 - Equipamentos adquiridos pelos moradores da zona rural de Campo do Brito.

Um fator relevante que deve ser considerado é a mobilidade entre os povoados e a cidade de Campo do Brito. O deslocamento, vinculado à melhoria dos meios de transporte e comunicação, contribui para que valores urbanos sejam disseminados nos espaços rurais.

É notável a quantidade de jovens estudando em universidades, inclusive, em cursos, até então, de difícil acesso à população das comunidades rurais como Direito, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, além das licenciaturas. Ainda é comum a frequência de jovens aos cursos profissionalizantes, o que demonstra a incessante busca por um futuro mais próspero com uma profissão diferenciada dos pais e denota a força e o incentivo da família para a qualificação profissional em outras áreas não agrícola.

O uso de aparelhos de comunicação no meio rural foi disseminado, especialmente junto a população jovem, isto se materializa pela utilização de produtos eletroeletrônicos, assim como *tablets*, computadores, notebook, *Ipod*, *Ipad*, *iphone*, *Smarthfone*, celular, o uso de roupas e acessórios de *grifes*.

Esses aparelhos são propagandeados pelos meios de comunicação, de forma rápida, e o fluxo de informação criado com o uso de técnicas e do marketing e divulgados pela mídia provocam a imersão dos jovens no mundo do consumo. Logo, os novos modelos são desejados de igual forma, estimulando, desse modo, novos costumes e hábitos. Para autores

como João Rua, trata-se de urbanidades que são inseridas no rural e que influenciam o modo de vida da população. Sobre essas transformações Oliveira (2007) assevera:

As urbanidades influenciam o comportamento das pessoas nas áreas rurais, na forma de mudanças dos hábitos diários, quando costumes passam a ser adotado, transformando o tempo e o espaço podendo aproximar ou distanciar as relações familiares, sociais e de trabalho. Estabelecer comunicação via internet, com um mundo de informações, de criar necessidades de consumo, de acompanhar os costumes das cidades, na música, no vestuário, de alterar os hábitos alimentares, promovendo um gama de ações e representações simbólicas trazidas dos mais distantes recantos do mundo (OLIVEIRA, 2007, p. 75).

Ainda foram identificadas as influências das pessoas que utilizam o meio rural como segunda residência, ocupando esse espaço nos finais de semana. Esses atores transformam as paisagens com a aquisição de parcelas de terra, transformando-as em sítios de lazer, ou mesmo uma segunda moradia, trazem pessoas para visitas de fins de semanas e período de férias. Isso possibilitou a inserção de novos comportamentos, agregando valores culturais, morais aos habitantes e incentivando o padrão de vida urbano.

Além disso, observa-se que as áreas rurais, próximas à cidade, são incorporadas a especulação imobiliária, por meio de loteamentos para residência principal ou secundária, fato esse que vem despontando como uma nova forma de investimento econômico. Essa especulação imobiliária acarreta supervalorização e transformação dos espaços, provoca o aumento do valor da terra, que acaba por deslocar esses espaços dos usos agrícolas tradicionais. Sobre essas alterações nas formas de uso das terras em espaços periurbanos, Spósito (2006) argumenta que a lógica de produção do espaço urbano se estende para além da cidade, transformando terras rurais em urbanas, principalmente as áreas próximas ao perímetro das cidades.

É indispensável observar, no município, padrões de comportamento semelhantes aos citadinos que são assimilados pela população rural. A moda, quer seja em termos de vestuário, calçados, modo de vida difundido pela televisão vai conquistando o espaço rural. Nesse cenário, os meios de comunicação de massa, como a televisão, o rádio e a internet, contribuíram para alastrar também novos ritmos musicais. A música sertaneja romântica e, mais recentemente, a música country, apontou para uma ruralidade ressignificada, além desses outros ritmos passam a ser ouvidos como sertanejo universitário, *funk*, *rock*, *rep*, *hip hop*, *gospel*, *reggae*, principalmente pelos jovens, o que denota o avanço da cultura das massas.



Com relação a satisfação pessoal relacionada ao espaço rural onde residem os entrevistados, após a aplicação dos questionários, verificou-se, em Campo do Brito que (24,3%) está satisfeita com o povoado e nenhum problema ou reivindicação de melhorias a serem realizadas foram citados, uma vez que, muitos produtores recordaram que, em tempos remotos, havia falta de equipamentos e serviços, como transporte coletivo, água encanada, acesso à assistência médica e praças. Para 11,4% dos pesquisados, a estrada precisa receber manutenção permanente, devido à existência de alguns trechos com erosão e ravinas, principalmente na estrada de acesso à cidade. A falta de segurança é apontada como principal problema para 61,4 % dos produtores rurais, uma vez que estão ocorrendo assaltos e furtos, sobretudo, quando o agricultor adquire algum bem ou guarda dinheiro em casa ou mesmo ao se deslocar das residências; para 2,9% dos produtores rurais pesquisados, a falta de um posto de saúde é citada como o maior problema.

Quanto à utilização dos meios de transportes, 90% dos entrevistados utilizam a motocicleta nos seus deslocamentos. Ainda é intenso o uso de bicicleta (Tabela 11).

Tabela 11  
**Campo do Brito**  
**Pessoas que possui meios próprios de locomoção**  
**2015**

Tipo	Quantidade
Moto	63
Bicicleta	35
Caminhão	28
Automóvel de passeio	20
Carroça	18
Automóvel utilitário (caminhonete)	03
Não possui	00
Total	70

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Observa-se o domínio das motocicletas no município, fato esse semelhante às demais comunidades rurais, em Sergipe e no Brasil, evidenciando as facilidades existentes para a aquisição desses veículos, assim como o aumento no poder aquisitivo da população e a preocupação com a redução do tempo dos deslocamentos para outras localidades. Percebe-se que o uso dos animais como o jegue, o burro, o cavalo e o transporte de mercadorias pesadas nas carroças e de carro de boi é um fato também detectado, porém, em decadência no meio rural de Campo do Brito. Expande o uso de transporte automotivo de carga tendo

em vista que, além de levar maior quantidade de mercadoria, segundo os entrevistados, é viável pela redução do tempo e pelo preço pago.

Ainda no espaço rural foi criada a Barragem da Ribeira mais conhecida como Barragem de Campo do Brito, localizada a aproximadamente 6 km da sede do município. As águas da barragem, no povoado Serra de Minas, são também utilizadas para a piscicultura, a partir da inserção de tanques-rede para a criação de peixes. Predominam as tilápias, o tambaqui e a xira. A produção é comercializada junto aos bares e restaurantes, feiras, supermercados da cidade e adjacências.

A barragem da Ribeira foi construída em 1987, aproveitando as águas do principal afluente, Rio Traíras, complementado por águas de seu subafluente o Rio das Pedras, entre os municípios de Campo do Brito e Itabaiana, para dar suporte à implantação do perímetro irrigado Poção da Ribeira e como uma perspectiva de promoção do desenvolvimento local.

A citada barragem é considerada como o principal atrativo e espaço de lazer do município, principalmente, nos feriados e finais de semana. Esse ponto atrai diariamente visitantes de diversas cidades circunvizinhas como de São Domingos, Itabaiana, entre outras localidades (Figura 32).



Figura 32: Barragem da Ribeira em Campo do Brito.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O turismo em barragens é uma atividade extremamente disseminada no espaço geográfico. Nessa modalidade, as atividades se desenvolvem em convívio com a natureza ou a vida no campo, em algumas localidades possibilita alternativa para impulsionar o crescimento econômico e quiçá o desenvolvimento socioeconômico viabilizando o bem-estar da população.

No local foi observado a presença de equipamentos considerados modernos como pedalinhos, *jet ski* e barcos para passeio (Figura 33), além de bares e restaurantes que servem refeições e petiscos para os visitantes.



Figura 33: Jet ski na barragem de Campo do Brito.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A influência de novos hábitos e bens de consumo suscita o desejo na população local de incrementar a renda familiar e acessar tais equipamentos. Portanto,

“(...) a penetração, em áreas rurais, de bens de consumo até então menos conhecidos ou, na maioria, desconhecidos. Surge assim, para o caipira, necessidades novas, que contribuem para criar ou intensificar vínculos com a vida das cidades (...)” (CANDIDO, 2010, pág. 207).

Esses atributos passam a fazer parte da vida do morador da zona rural, logo, observa-se a hibridez do espaço, essas novas configurações resultam da interação entre o rural e o urbano, tais mudanças perpassam as relações sociais, entrecruzam identidades, territorialidades e modos de vida (HAESBAERT, 2004).

De acordo com João Rua (2006, p.07) o espaço híbrido está relacionado às relações, pois é,

Um rural que interage com o urbano, sem deixar de ser rural; transformado, não extinto. A hibridez permanente evidencia a “criação local”, isto é, a capacidade dos atores locais de influenciados pelo externo, de escala mais ampla, desenvolverem leituras particulares dessa influência e produzirem territorialidades particulares. Essas territorialidades, diferenciadamente vividas, podem traduzir-se em múltiplas territorialidades para alguns, e reduzida capacidade de experimentá-las, para a maioria, tornando-se, assim, mais um elemento desigualizador (RUA 2006, p.07).

Esses espaços híbridos são construídos mediante as práticas sócio espaciais que tornam imprecisos tanto o espaço rural como o urbano. A migração para o meio rural como para o urbano influencia o uso de novos modelos e formas de vida alterando hábitos e vivências.

Outro exemplo de nova ruralidade foi identificado com a fábrica de costura, pela atuação e o envolvimento de pessoas que a desenvolve. Trata-se de uma iniciativa da população que busca outra alternativa de trabalho diferente da rural, mas que encontrou uma forma de ocupação e de perspectiva de negócio, pois os produtos são conhecidos e distribuídos não somente no município, mas em outras localidades como Lagarto, São Domingos, através de revendedoras.

A fábrica foi instalada, há quatro anos, no povoado Gameleira, confecciona lençóis, toalha de mesa, edredom, fronha, cortinas, ou seja, produtos de cama, mesa e banho. A atividade é incipiente, no momento dez mulheres ocupam-se com as tarefas, porém, somente finais de semana, feriados, elas trabalham de acordo com as encomendas realizadas, geralmente, são em torno de 40 a 60 peças por semana.

O projeto de criação da fábrica de confecção surgiu das próprias costureiras, que através da associação dos moradores, receberam o apoio da Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE) e do Banco Mundial. Foram investidos R\$ 74 mil reais na aquisição de dezesseis máquinas industriais, tesouras, agulhas, televisão, cadeiras, mesas, geladeira, fogão e para a reforma do espaço que antes funcionava como um centro comunitário, para construção da mini-indústria de confecção.

Ao analisar o meio rural campo-britense, vê-se que está impregnado de imagens que conferem um status ainda rural, como sinais que apontam para a reelaboração simbólica como elemento integrante de uma identidade.

Ainda como forma de entretenimento de uma nova ruralidade, no município de Campo do Brito, foi criado o Jóquei Clube, denominado de CEM (Centro Equestre Mainzão), localizado em um terreno, na estrada que dá acesso ao povoado Gameleira (Figura 33). O centro equestre dispõe de restaurante, residência, espaços para shows, onde já foram realizadas festas de casamentos, aniversários, mas cuja finalidade está diretamente voltada para eventos como vaquejadas, provas de tambores, corridas de cavalos e leilões. A arena contempla uma pista com 620 metros sendo 320 destinados para a corrida e 300 é o parador dos cavalos, 16 baias (quartos com piso de areia ou feno onde ficam os animais), lá eles são alimentados, limpos todos os dias pela manhã.



Figura 34: CEM – Centro Equestre Mainzão.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Como intenção inicial, buscou-se uma implantação da estrutura em um terreno que possibilitasse diversas relações de usos e fluxos, conectando e articulando, funcional e visualmente, seus diferentes ambientes com intensa atividade ligada ao lazer e ao esporte. Todos os anos, é realizado um evento nos dias 21, 22 e 23 de agosto, cuja programação são: a corrida e o leilão de cavalos, televisionada para amplo público.

O Centro comporta apenas animais de criação com idade entre 01 e 05 anos. No local, há 16 cavalos da raça quarto de milha, sendo alimentados, duas vezes por dia, de forma variada de manhã e à tarde com ração, durante o dia é também alimentado com feno (capim moído); todos os cavalos são banhados diariamente pela manhã ou à tarde, após o treinamento que acontece durante o dia com uma duração de 15 a 20 minutos a depender da estética do cavalo. O tratamento com veterinário é realizado semanalmente e antes das corridas. No local, há 03 funcionários, 02 desses são responsáveis pelos serviços de banho, escovar os cavalos, lavar os cochos da água, o da ração e ajudar no treinamento físico.

Como forma de nova ruralidade, cabe destacar, também, a iniciativa dos produtores rurais do povoado Serra das Minas, os quais se utilizam da criação de peixes tilápias como iniciativa empreendedora. Esses peixes são criados em tanques-redes, gaiolas onde vivem numa área delimitada, mergulhados no lago formado pela barragem Poção da Ribeira, em Campo do Brito o qual, em certos locais, chega a ter 20 metros de profundidade (cada gaiola pode abrigar mais de mil peixes).

A associação de piscicultura de Campo do Brito, criada em 2003, teve o auxílio de um projeto desenvolvido pela Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO), que tem oferecido assistência técnica aos produtores, proporcionado, novas técnicas através de cursos, palestras, treinamentos e reuniões,

contribuindo com a mudança de perfil sócio econômico de aproximadamente 12 famílias de trabalhadores rurais. A empresa também oferece auxílio aos criadores na etapa da comercialização, ajudando a escoar a produção.

Através do projeto, foram obtidos 86 mil reais do Banco Mundial para a aquisição de 25 tanques redes, 06 mil alevinos e ração para um período de 06 meses. Posteriormente, como a iniciativa empreendedora estava alcançando os objetivos, os piscicultores decidiram ampliar o negócio, então, foi realizado um empréstimo no Banco do Nordeste com o intuito de aumentar a produção e obter maior desenvolvimento. Atualmente, existem 136 tanques redes e uma produção mensal de 04 toneladas de peixes, cuja comercialização é direcionada para os bares existentes na própria barragem de Campo do Brito, também, são vendidos em feiras, supermercados da cidade e adjacências.

O criatório da associação faz apenas a engorda do peixe, sendo a quantidade depositada em cada tanque variada, dependendo do tamanho e da idade. Quando na fase de alevino, são colocados 02 mil por tanque, em seguida eles vão para o estágio de crescimento, em um tanque de seleção ou repicagem são depositados 1 mil tilápias que, em 40 dias, devem atingir 200 gramas. Em sequência, os peixes são divididos por tamanho e levados para os tanques redes existentes na lagoa. Todo esse ciclo dura, em média, 180 dias. Para atingir o ponto de venda, o peixe deve ter 600 gramas. O controle da ração, que corresponde 70% do custo de produção, é feito por meio da biometria.

Desse modo, nota-se que, nos dias atuais, há emergência do novo rural social que se faz acompanhar da modificação também representada pela infraestrutura material que lhe serve de suporte, mas que, talvez, não tenha provocado ainda acontecimentos que expressem suas significações sociais reelaboradas, correspondentes ao novo rural/urbano em formação.

Bagli (2006) salienta o fato de ambos os espaços agregarem atividades e estratégias de vida que não são características de sua origem, mas isso não representa uma completa homogeneização. “(...) Os espaços não se homogeneizam, pois as especificidades se mantêm”. As diferenças são sustentadas, pois são justamente elas que caracterizam cada espaço. O desafio está em compreender essa heterogeneidade (BAGLI, 2006, p. 68).

Corroborando com Carneiro (1998), Bagli (2006) destaca que a heterogeneidade social, mesmo que acarrete uma situação de tensão, não gera necessariamente, a descaracterização da cultura local. Diante dessa análise, explica-se que há a redefinição ou reelaboração de práticas e códigos culturais, a partir da relação de alteridade com o que é reconhecido como “de fora”, de maneira a poder consolidar a identidade local com base no sentimento de pertencimento de um dado lugar (CARNEIRO, 1998).

Neste processo, não só as configurações sócio espaciais se tornam híbridas como também as identidades aí construídas, isso não quer dizer que esses espaços passam a ter cultura homogênea, mas que passam por transformação perante o convívio e do cruzamento nas distintas escalas espaço-temporais e distintos princípios simbólicos (CARNEIRO, 2013). Segundo a autora, as identidades assim construídas estão em permanente (re) elaboração e tendem a ser, portanto, fluidas, híbridas. Em função de tais características, os indivíduos e os grupos sociais defrontam-se e se envolvem, frequentemente, com situações paradoxais ou ambíguas, muitas vezes, assumindo condições e comportamentos ambivalentes.

Tanto as áreas consideradas rurais apresentam relações que reproduzem o modo de vida urbano, assim como o inverso também acontece. Modo de vida este que pode ser compreendido no cotidiano dos moradores de Campo do Brito, nas relações estabelecidas entre seus habitantes, ou seja, na produção e apropriação diferenciada do espaço geográfico. Verificou-se que é perceptível no município pesquisado uma heterogeneidade do espaço com características tanto rurais, como urbanas, substanciando os contrastes à medida que existe um entrelaçamento/colisão entre as realidades vivenciadas pela população, transformando-os reciprocamente essas áreas.

Mas, para além das novas ruralidades no espaço rural também foram detectadas as ruralidades. Nesse sentido, são apresentados alguns elementos das áreas rurais, no que se configura como a preservação do passado, a memória coletiva, as tradições, as identidades culturais relacionado às atividades rurícolas. Tais fatores servem para explicar esses elementos agregados a novos atributos, geram um conjunto de questões e temáticas, comumente tomadas de formas distintas, mas que brotam do discurso maior de uma reelaboração do rural. As características que desempenharam um elemento fundamental para a configuração dessa nova situação: a paridade econômica e social entre o meio rural e o urbano, fazendo com que as condições de vida nesses dois espaços fossem semelhantes em determinados aspectos; o não esvaziamento do campo, mas a inclusão da diversificação de atores sociais que se encontram atraídos para essas áreas; e, o surgimento de novas oportunidades de trabalho nesses espaços (FAVARETO, 2007).

No município estudado se encontram símbolos originários da tradição rural, embora, na atualidade, de modo ressignificado, símbolo de um passado agregado a memória coletiva. De forma sintética, procura-se mostrar os fatores que ajudaram a dar uma feição moderna ao município e conduzem o indivíduo a buscar no campo uma forma de lazer bem como um espaço de sociabilidade. A relação ocorrida entre o rural e o urbano estimula o

contato entre os dois meios, através dos modos e práticas citadinos que são absorvidos pela população rural.

De forma semelhante, observa-se, que no espaço urbano se conservam hábitos que são típicos do rural e uma população que também apresenta ruralidades de forma híbrida, utilizando-se especialmente das experiências adquiridas que esses habitantes trouxeram como herança cultural nos tempos que habitavam a zona rural.

A presença de hábitos rurais é visível entre os habitantes do meio urbano, como exemplo, hortas cultivadas, quintais com criação de aves (galinhas), pocilgas, criação de ovelhas, inclusive nas principais ruas da cidade, convivendo ao lado das residências. Também em seus arredores e em vias próximas ao centro tem-se a utilização de terrenos para o plantio de certos produtos como a mandioca e o milho. Os costumes são semelhantes aos moradores do rural, pois se encontra com bastante incidência, pessoas nas calçadas das casas, sentados para conversar, isso, geralmente, acontece durante os finais de tardes, e com mais intensidade nos finais de semana e feriados.

### **3.3- A permanência da ruralidade: identidade e tradição**

Os lugares apresentam sua dimensão histórica e cultural de forma preservadas, ressignificadas e/ou alteradas. Algumas práticas estão arraigadas na identidade cultural da população e se mantêm no meio rural, embora, como foi ressaltado anteriormente, o modo de vida tenha se modificado ao longo do tempo.

Os habitantes dos pequenos municípios ainda se apegam as tradições, carregando consigo uma cultura que se faz presente nas relações sociais dos moradores. Conforme (MOREIRA, 2005, p. 233) as ruralidades seriam constituídas por “objetos, ações e representações característicos do rural, tornando evidente o aspecto e identidade rural de cada indivíduo”. Assim sendo, ao abordar sobre as ruralidades, compete expor que essas são vinculadas às noções de rural e de identidade social, relações específicas dos moradores do campo com a natureza e sua comunicação direta (MOREIRA; GAVIRIA, 2002).

Diante desse panorama identificaram-se elementos tradicionais que perpassam gerações e que apresentam valor simbólico para os habitantes das comunidades.

#### **3.3.1- A religiosidade no meio rural**



Atrelada à ruralidade contemporânea observam-se as tradições e permanências da religiosidade diante das transformações existentes nas comunidades rurais, configurada na organização espacial com dez capelas em dezoito povoados, uma herança da tradição portuguesa, na qual em cada núcleo de povoamento deve existir uma capela. Desse modo é comum encontrar igrejas católicas em quase toda zona rural, todavia nos locais onde há baixo índice populacional não são encontrados os templos religiosos. Nas comunidades rurais a visita do padre se dá apenas em algumas datas pré-estabelecidas visando celebrar os principais ritos da religião. De acordo com Zeny Rosendahl (2005, p. 09),

A liderança religiosa cabe aos rezadores, leigos que assumem a função de evangelização na ausência de padres e bispos. A dimensão do lugar nos oferece as características do catolicismo popular tradicional. Em alguns casos, o espaço sagrado da comunidade que abriga o santo protetor e padroeiro é uma pequena capela.

As missas são realizadas uma vez por mês, em cada povoado, preferencialmente aos domingos. Há celebrações anuais, festas em louvor aos padroeiros, a qual se constitui como o principal acontecimento festivo local, composta por rituais que se dividem em cerimônias religiosas e festejos profanos.

Para os cristãos, essas festas, as religiosas, são vistas como exercício de fé e oração, assim, as noites de novenas são organizadas pelos patrocinadores que, geralmente, acontece da seguinte forma: quando é promessa o responsável daquela noite é o promesseiro, ou seja, este assume as despesas de fogos, cantores e arrumação da igreja. No município, um dia da novena é reservado para os farinheiros, simbolizando a força dessa atividade econômica, como também aos motoristas (cujos patrocinadores são os mesmos), essa última é feita com carreata acompanhada de uma fileira de carros, ônibus, caminhões e motos com a imagem do santo protetor dos motoristas (São Cristóvão) e pela Filarmônica. Em sequência, no último dia, é realizada a procissão a pé, onde os devotos fazem orações e carregam a imagem da (o) Santa (o), esse momento pode ser interpretado como uma celebração que faz reviver um tempo sagrado, com encontros, atos e sentimentos de fé.

Outra festa religiosa relevante, no município, é a de São José que ocorre, anualmente, no dia 19 de março, popularmente conhecida como “Festa da Serrinha”, por ser realizada na Serra dos Montes - recorte do Domo de Itabaiana-, localizada no sul do município, entre a Serra Cumprida e a da Miaba. Essa manifestação religiosa tem grande

significado para a população da localidade e dos municípios circunvizinhos como São Domingos, Itabaiana, Macambira.

A capela de São José, construída no final do século XIX, era apenas uma Santa Cruz que foi construída devido a uma tragédia morte de uma pessoa do sexo feminino, ocorrida na Serra dos Montes, depois foi colocada uma pequena imagem de São José e um cruzeiro defronte e passou a ser o templo visitado e um dos focos centrais da religiosidade local. (Figura 35).



Figura 35: Igreja de São José.  
Fonte: pesquisa de campo, 2015.

No dia anterior ao da festa, começam os preparativos, os romeiros cuidadosamente fazem a preparação dos mantimentos como a farofa, o frango, arroz, macarrão, tudo com muito cuidado, são empacotados em marmitas, além da compra das velas e fitas. Os romeiros fazem o deslocamento de ônibus, caminhão, a pé e ou de animal.

Segundo Mecnas (2009, p. 09), “até a década de 1980, era comum os romeiros se deslocarem para a serra a pé ou a cavalo, a partir desta década, o tráfego de animais passou gradativamente a ceder espaço para as motocicletas, ônibus e caminhões”. Isso se explica, pois os romeiros estão substituindo a montaria a cavalo pela comodidade dos transportes automatizados, o que torna mais rápida a viagem e traz conforto.

Para Mecnas (2009, p. 09) nessa festividade:

A manifestação do sagrado ocorre por completo no dia 19 de março. Antes mesmo do raiar do sol os romeiros se dirigem à Serra dos Montes. É uma caminhada árdua e demorada. Subir a serrinha, no escuro, sobre os tropeços nos pedregulhos da estrada sem pavimentação torna o percurso ainda mais sacrificado, propício para o pagamento de promessas.

Os peregrinos deslocam-se pela manhã em torno das 05h, em procissão da Paróquia Nossa Senhora da Boa Hora e São Roque, na sede do município, até a capela de São José na Serra dos Montes, percorrendo mais de 04 quilômetros de estrada de terra. Muitos são os romeiros que vestem roupa branca e com os pés descalços pagam suas promessas (Figura 36). No trajeto até o destino, os romeiros rezam a Via-Sacra e entoam cânticos e orações, como forma de demonstração da fé e de agradecimento de graças alcançadas. Ao chegar a serra, é celebrada uma missa, que, conforme informações de entrevistados, antigamente não havia a missa, eram somente terços, novenas, essas rezadas pelos devotos durante todo o dia. A missa ocorre a partir das 07h30min da manhã, em seguida o evento continua com os devotos que rezam terços, novenas, ofícios por todo o dia até o final da tarde.



Figura 36: Romeiros em procissão até a Serra dos Montes.  
Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Há também visitantes que vão, em horários alternados, pela manhã ou à tarde, passando o dia inteiro ou apenas uma parte do dia, pois o festejo é realizado durante o dia todo com vistas ao local dos devotos.

Para a população local, o dia de São José é importante, pois é tempo de agradecer ou suplicar a chuva, elemento fundamental para o desenvolvimento da agricultura. Se chover até dia de São José (ou perto dele, obviamente), o inverno será chuvoso e a colheita será abundante, caso não chova, haverá inverno seco, e, portanto, a colheita será escassa. Então, como forma de agradecimentos pela produção adquirida e com o pedido de que na próxima safra aumente a produção, agricultores fazem a visita ao santo e agradecem pelas graças alcançadas.

No dia 19/03/2015, foram realizadas entrevistas na Serra dos Montes, com quarenta visitantes com idade que variava entre 15 a 70 anos, 35% disseram ir todos os anos retribuir as graças concebidas, 40% ressaltaram que frequentam, porém, não de forma continua e 15% que só foram uma ou duas vezes.

Ao ser questionado sobre o porquê de frequentar a festa, diversas foram as respostas, quando a pergunta é direcionada a uma pessoa com faixa etária superior a 25 anos, geralmente, o interesse é uma promessa, agradecimentos; quando os entrevistados apresentam idade inferior a 25 anos, ela varia de pagamento de promessa à diversão como o encontro com os amigos e namorado.

Para Mecnas (2009, p. 10), o dia de São José, na Serra dos Montes, é “ocasião de pagar promessas e reavivar os pedidos ao “Santo querido”. Em sua festa, São José se torna um santo versátil, capaz de atender às mais diferentes solicitações de seus romeiros pedintes”. Assim a ida a localidade tem como objetivos, desde o pedido de melhoria de saúde, das curas de doenças ou de acidentes, das condições financeiras, aprovação em concurso público, negócios, chuva, entre outros.

Algumas mudanças aconteceram na festa nos últimos anos, entre essas está o pagamento de promessa por meio da queima de velas de forma aleatória (que prejudicava a vegetação e permitia incêndios desordenados). Nos dias atuais, foi construído um queimador de velas, permitindo a centralização em um único ponto o que facilitou a limpeza e eliminou a possibilidade de queimadas na vegetação.

A queima de fogos, como foi destacado anteriormente, passou a ser proibida na serra, devido a acidentes e queima da vegetação. Como meio de preservar o ambiente, o pároco municipal iniciou uma campanha de conscientização e, sequencialmente, o governo municipal expediu um decreto, proibindo soltar fogos na área da festa. Desse modo, os sites de notícias da cidade e a prefeitura endossaram a campanha: “Não Solte Fogos na Serra dos Montes, troque suas promessas de fogos de artifício pela doação de alimentos para os mais carentes!” (SECOM/ Campo do Brito). Os alimentos são entregues na Igreja Matriz Nossa Senhora da Boa Hora e São Roque, sendo logo depois, distribuídos às famílias carentes do município. Essa iniciativa tem como intuito contribuir para a preservação ambiental, evitando incêndios e a degradação ambiental com o desmatamento na Serra dos Montes.

Outras mudanças foram inseridas na festa de São José, como a proibição da circulação de carros, cavalos, motocicletas no cume da serra, assim como o impedimento do tráfego desses meios de transportes, sendo, atualmente, realizado o percurso por via paralela utilizando-se apenas de veículos oficiais, conduzindo, sobretudo cargas de comerciantes, idosos e pessoas com limitações físicas até o topo de serra. Em decorrência dessa proibição, foi construída uma área, no sopé da serra, para o estacionamento dos veículos.

Ainda assim, houve alterações que desagradaram uma porcentagem de visitantes, recordado em tom de reminiscências, a seresta que existia, como algo positivo. Segundo

entrevistado, tinha baile na véspera e durante todo o dia nos bares ali mesmo em um lado da serra (são dois cumes utilizados no entretenimento), como também a utilização de carros de som na área, fundo de carro aberto “era festa boa”. Nos dias atuais, isso é proibido, tem-se somente o retorno à tradição religiosa.

A questão do lixo foi igualmente lembrada, que, em períodos passados, o lixo era jogado de qualquer forma durante todo o festejo, resto de comida, bolsa plástica, garrafa pet, lata de cerveja, entre outros, poluindo e contribuindo para a degradação daquele ambiente. Atualmente foram distribuídas lixeiras em toda a área, assim como banheiros químicos, entretanto, tais medidas não impedem a desagradável ignorância dos partícipes como se constata logo depois dos festejos, necessitando de equipe de limpeza para fazer a coleta dos entulhos jogados pelos romeiros e visitantes.

Outros itens ganham destaque, tais como, a segurança formada por conjunto de vigilantes municipais deslocados para a área da festa, a polícia civil e militar e a participação de uma equipe médica presente durante todo evento.

Cabe ressaltar que ainda há a permanência dos barracos como espaço para piquenique, nesse local os visitantes levam a comida pronta ou os ingredientes para fazê-la, churrasco, farofa, refrigerante, com amigos reunidos, conversas paralelas é um meio para reencontrar os parentes/amigos ou mesmo fazer novas amizades.

Como reflexo da grande devoção ao Santo foi construída uma imagem de São José com uma altura de 02 metros, colocada na serra ao lado da capela e simboliza a crença da população local (Figura 37).



Figura 37: Imagem de São José.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Em meio a toda essa manifestação religiosa, o comércio se faz presente seja ele pela negociação de brinquedos, utensílios para fins pessoais como óculos, boné, bolsas, flores e

até de objetos religiosos como imagem de santos, fitas, terços, lembrancinhas, tal fato denota a constituição do denominado espaço profano, abordado por Rosendahl (2004), (figura 38).



Figura 38: Comércio no dia da festa de São José.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Contudo, no espaço profano há o comércio de utensílios sagrados que tem sido cada vez mais suplantado por negócios laicos, assemelhando-se mais a uma feira-livre no alto do domo, com bancas que negociam desde lembretes da festividade, roupas, instrumentos mecânicos entre outros, a bares improvisados. Desse modo, a assiduidade ao evento despolitiza, ou seja, reduz a consciência religiosa de alguns frequentadores, muitos dos quais são jovens em busca de entretenimento nessa comemoração.

Mecenas (2009) ainda salienta que “apesar das constantes ressignificações presentes nos Montes, a festa continua com a presença dos promesseiros”. Cabe observar que essa festa representa um rito de produtividade e afetividade, como princípio de continuidade renovando os ciclos naturais da agricultura (promessas e graças na colheita) ou pedindo chuva e fazendo a sustentação das relações sociais. É também lugar de encontro entre os mais jovens, muitos desses vão para namorar ou à procura de um amor, “descer a ladeira à procura de lugares mais escondidos era um meio de assegurar o namoro distante do olhar vigilante dos romeiros e das ações punitivos dos pais” (Mecenas, 2009, p.12).

Além da Santa Cruz na serra dos Montes, pode-se conferir em diversas vias que há ainda a colocação de cruzeiros e microcapelas ou oratórios como forma de sinalizar os locais em que pessoas morreram de formas violentas (acidentes ou assassinatos) comumente chamadas de “santa cruz de beira de estrada”. Essas dispõem de imagens de santos, com flores, cruzeiros e velas, como símbolo da proteção e de lembranças. Esse lugar serve também



para colocar imagem quebrada de santo. Também é vigente o hábito dos transeuntes da localidade depositarem uma pedra ao pé da santa cruz, hábito repetido em alguns povoados a exemplo de Tapera da Serra. É importante citar em conjunto aos exemplos anteriores os formatos das árvores (jurema, cajueiros, etc.), segundo moradores quando a árvore tem contorno de cruz ela é sagrada, então, promessas são feitas e fitas, velas, fogos são prometidos em troca de realizações. Essas crenças não ultrapassam os limites locais de abrangência, permanecendo apenas no município, como hábitos historicamente difundidos e que atravessam gerações familiares.

Dentre as ruralidades que resistem, cabe salientar também outra manifestação tradicional transmitida por gerações, é a Banda de Pífano São José, fundada há cerca de cem anos, no Povoado Terra Vermelha. Atualmente seus componentes fazem parte da quarta geração, mantendo viva a cultura do município (Figura 39). Esse grupo é convidado para acompanhar as novenas, apresenta-se em congressos e eventos diversos, e, denota a permanência da cultura local.



Figura 39: Banda de pífano do povoado Terra Vermelha.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Historicamente, o pífano remonta à época dos primeiros cristãos que tinham no pífano, pifes ou pífaros (uma pequena flauta transversal, aguda, similar a um flautim, mas com um timbre mais intenso e estridente, devido ao seu diâmetro menor originária da Europa medieval) uma maneira de saudar a Virgem Maria nas festas natalinas. A banda de pífanos é uma criação do mestiço brasileiro, que com sua criatividade e intuição musical adaptou o instrumental, dando-lhe a forma típica pela qual é conhecida no folclore brasileiro (GASPAR, 2009).

Seus instrumentos básicos são dois pífanos, um surdo, um tarol e uma zabumba. Os Pífanos se adequaram à contemporaneidade, hoje ainda são flautas tocadas transversalmente, mas que receberam incrementos modernos, feitas de bambu de taquara, taboca, cano PVC,

metal, ou outro material cilíndrico que possa ser perfurado e transformado em flauta. Os pífanos possuem sete orifícios: seis para os dedos indicador, médio e anelar de cada mão e um para o sopro. O som do instrumento varia conforme o tamanho, os orifícios são manuseados com o intuito de determinar as alturas que compõem a melodia. Entre as músicas mais tocadas estão Asa Branca, Valsa, Mulher Rendeira, A Briga do Cachorro com a Onça, Sabiá, Guriatã de Coqueiro, A Ema Gemeu, entre outras.

A permanência das tradições pode ser evidenciada ainda com outras manifestações populares, a exemplo do Batalhão de Bacamarteiros, existente no povoado Limoeiro. Como não são utilizadas balas, a brincadeira é considerada segura e cria um espetáculo com muito barulho e fumaça, engrandecida com apresentação de música entre os participantes. Geralmente, são dez componentes entre homens e uma mulher que são regidos por sargentos e comandantes que controlam a cadência dos disparos. Eles vestem roupa de zuarte (algodão azul) ou fardas pretas, lenços e chapéus de couro, alpargatas e cartucheiras de flandres. Cada um tem símbolos próprios, os comandantes ostentam estrelas nos ombros e no chapéu, exibem bengalas ou guarda-chuvas como símbolo do comando. A tradição é apresentada nas festas comemorativas, como os padroeiros nas diferentes localidades e outras cívicas.

Alguns dos laços sociais que impulsionavam as rodas de brincadeira do Batalhão de Bacamarteiros, vêm fragilizando-se ou extinguindo-se, velhos brincantes faleceram, outros abandonaram pela idade avançada, motivo de doença ou por novos interesses de seus filhos que não demonstram o mesmo empenho dos mais velhos para com o movimento. Os parentes mais jovens, filhos e netos dos brincantes, muitas vezes, não compartilham dessa tradição com seus demais parentes e vizinhos, frente aos atrativos da vida contemporânea, logo, observa-se as dificuldades da permanência dessa manifestação cultural.

Também foi identificado o São Gonçalo da “Usina” que se apresenta para pagar promessas ao citado Santo, com uma coreografia em roda, bastante variada: tesoura, meia-volta, roda viva, e outras. Tem como personagens o Mestre, tocador de viola; o Contra-Mestre, tocador de meia-cuia ou meia cabaça, dois Guias, e os demais participantes dançadores, todos vestidos de brancos. A música que acompanha os cantos e danças é o Baião de viola. A dança é iniciada com todos os participantes parados diante do altar, cantando louvações ao santo e em seguida começa o ritual, com um deles segurando a imagem de São Gonçalo. No final, os que estão pagando promessa vão para o centro da roda e os dançadores continuam a dançar, sempre batendo forte com um dos pés. A dança é composta por membros, sendo: 23 componentes, sendo: 12 mulheres, 6 homens, 4 tocadores e 1 coordenadora.



Por fim, foi constatado o Reisado, cujos principais membros se fazem presente no povoado Poço Cumprido, constitui também como uma ruralidade e sua permanência denota a força da cultura local. De origem ibérica, essa manifestação cultural é realizada no período natalino em comemoração ao nascimento do Menino Jesus e em homenagem dos Reis Magos. Em Sergipe, foi introduzida no período colonial. Antigamente era dançado às vésperas do Dia de Reis, estendendo-se até fevereiro para o ritual do “enterro do boi”. Atualmente, o Reisado é dançado, também, em outros eventos e em qualquer época do ano.

Composto por 14 integrantes representado pelas seguintes figuras: o Mestre, o contra-mestre, embaixador, contra-guia, figuras, dona do baile (a dona Deusa), camponesa, caboclo (palhaço, Mateus) e as majestades: o rei, a rainha, o príncipe e a princesa. Essas são os personagens que compõem a brincadeira, o que representa uma cultura imaterial do município e que ainda se faz presente não mais com tanta intensidade. A transmissão de conhecimentos para os mais jovens dá-se através dos mais velhos e dos mais experientes no intuito de que estes mantenham viva a tradição. Além desses, há também as pequenas encenações que entremeiam durante a apresentação das peças, com várias personagens que entram em cena para a atuação como o Boi, a Sereia, Sapo, Jaraguá, dentre outros.

O Reisado é constituído por dois cordões que chama a atenção da plateia e são conduzidos pelas personagens principais: o Caboclo ou Mateus, o contramestre, a camponesa, a Dona Deusa ou Dona do Baile. Com destaque também para a figura do “Boi”, cuja aparição representa o ponto alto da dança. Os instrumentos que acompanham o grupo são violão, sanfona, pandeiro, zabumba, triângulo. O Reisado tem como característica o uso de trajes de cores fortes e chapéus inteiramente enfeitados com fitas coloridas e espelinhos (FOLCLORE SERGIPE).

No município estudado, em períodos passados essa dança era realizada pelos familiares, eles juntavam toda a família para a prática da dança preservando a tradição, reunindo parentes e amigos para a festa, geralmente nos meses de dezembro e janeiro. Suas apresentações eram realizadas nas casas, atualmente ela persiste, entretanto, seu significado está sendo alterado, pois os brincantes incorporaram novos valores à brincadeira. Entre as motivações para a manifestação cultural, além da recompensa financeira que passa a ser um elemento significativo na organização da brincadeira essa dança vem despertando a atenção para o fato de novos dançarinos não serem necessariamente da família.

Em entrevista com o senhor Zé Ferreira, mais conhecido no município como “Zé Puro”, que durante quase trinta anos comanda essa cultura, relatou que as apresentações estão com o passar dos anos, reduzindo-se, antes as apresentações eram realizadas em bares,

casas (chegavam a uma casa e começava a brincadeira, toda a população se juntava e ficava até tarde), atualmente, essa tradição se mantém viva, mas com pouca expressividade com destaque para as festividades escolares, em bares e por convite, geralmente, de pessoas fora da cidade ou do estado. O elemento mais emblemático dessa manifestação é a redução do número de casas por onde os brincantes circulam. Um dos maiores desafios está em conscientizar a população, principalmente, aos mais jovens da importância de se valorizar essa cultura. Para os entrevistados, há discriminação de cunho social, pois aliam as brincantes femininas o papel de prostitutas, mas existe também falta de apoio financeiro, uma vez que há despesas com trajes, transportes dos dançarinos; bem como ainda, apesar de leis de incentivo à cultura, um desprestígio local em parte ligado ao poder municipal, assimilado e compartilhado pela população que usufrui das tecnologias alcançadas, todavia, perdem a capacidade de acolher velhas atividades culturais como memória do povo e criadoras da identidade municipal.

Por outro lado, por onde o reisado passa aglutina um número grande de apaixonados e curiosos, como o Encontro Cultural de Laranjeiras, quando o reisado municipal conquistou vários prêmios, uma festa que apesar dos entraves populares e financeiros, ainda reúne inúmeras pessoas que, entre outras motivações, procuram divertir-se e participar da morte do boi. Na mesma direção, a memória social de seus participantes e apaixonados pela brincadeira apresenta-se como um sistema vivo que registra fatos, paixões que ainda os motivam para realizar o reisado.

Como forma de manter a cultura, a população desse município ainda guarda não somente as danças folclóricas como também tradição da “Semana Santa”, uma vez que a Quaresma é um tempo especial de oração e penitência em que os devotos se reúnem. Todas as quartas e sextas, no período quaresmal, esses religiosos saem em via sacra para rezar nas casas dos habitantes. Nos demais dias, o terço é rezado na igreja e em alguns povoados nas casas dos idosos, assim, há toda uma preparação para a Semana Santa, são três dias divinizados em que as famílias se reúnem para a moqueca da sexta-feira santa, depois do jejum. Nesse período, durante as quartas e sextas os católicos não consomem a carne vermelha alimentando-se de peixe. Ainda é visível encontrar pessoas vestidas de preto durante toda a quaresma simbolizando o luto, dor e tristeza, geralmente em caso de pagamento de promessas por causa concebida.

Para (BONJARDIM, 2014 p. 250) as festas religiosas “mobilizam as cidades, povoados ou comunidade que estão inseridas, e são símbolos da identidade da população e independente do tamanho são representatividade no local que acontecem”. A imagem e os

significados em torno do sagrado conduzem a vida social e nesse espaço os sentidos são construídos, pois as manifestações festivas potencializam um momento especial, no qual uma coletividade projeta e re (cria) significados, lhe conduz identidade, sentido, valores e especificidades.

A identidade na visão de Castells (1999, p. 22) é entendida como:

(...) processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados o qual prevalece outras fontes de significados. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas.

O autor ainda aborda a ideia de que toda identidade é construída, e que a construção dessa vale-se da matéria prima que são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que organizam seu significado em função de tendência social e projetos culturais enraizado em sua estrutura sociais bem como sua visão de tempo e espaço.

### **3.3.2- A permanência da ruralidade**

As relações sociais se ajustam aos princípios de valores e a ordem social vigente. São diversas as permanências, sejam de tradições populares, de hábitos locais, mas é importante que se aclare uma continuidade com as vivências de um povo que se entrelaça com o espaço habitado.

Entre as diversas manutenções da ruralidade presente no município, podem-se enumerar as de maior relevância. De início, nota-se que o velho hábito de juntar lenha, típico do rural, a mania de lavar roupa em tanques, riachos, o uso do fogão à lenha ou a carvão ainda permanece, como um símbolo de ruralidade, sendo que esse último ainda se faz presente em quase todas as casas de produtores rurais pesquisados, independentemente do tipo de domicílio, embora todas as famílias pesquisadas tenham acesso ao fogão a gás, são utilizados para o preparo tanto das principais refeições quanto de pratos especiais.

De forma semelhante, alguns moradores possuem potes, já que para eles a água fica mais fria, a moringa ainda é frequente tendo a utilidade de levar água para a roça. Outro ponto primordial é a presença de muares, onde pessoas se deslocam para desenvolver algumas atividades no lombo do animal, tradição do nordestino que ainda permanece, mas que vem perdendo expressividade nos povoados de Campo do Brito.

Outro elemento cultural a ser observado é a utilização de remédios caseiros. O uso não é uma prática cotidiana apenas das famílias rurais, pois, na cidade, é visível entre os idosos o emprego de ervas medicinais. As ervas, principalmente o boldo, a camomila, a erva-cidreira, o quebra-pedra, a hortelã, a cavalinha e a arruda são utilizadas para fins diversos, elas são coletadas nos quintais, variando a forma de preparo, conforme o grau da enfermidade.

### **3.4 - O rural reelaborado**

A constituição do rural se dá por meio de entrelaçamentos simbólicos entre os elementos físicos, atividades econômicas e vida social, que se fundamentam através da sua história e tradição, em que o passado e o presente se encontram, num processo que procura um novo discurso socioeconômico, cultural, formando uma nova configuração, com velhos e modernos costumes, hábitos e sociabilidades, tornando-se um rural “reelaborado” conforme as pesquisas realizadas nos diferentes espaços geográficos do Brasil.

Esses espaços rurais, ao serem contemplados pelas novas relações socioeconômicas contemporâneas, passam por um processo de adaptação nos diversos elementos advindos dos fluxos da informação e da tecnologia, causando uma reorganização em sua configuração sócio espacial. Nesse contexto, novos aspectos são (re) construídos, em que o antigo e o moderno, se misturam peculiarmente.

Conforme Antônio Cândido (2010), a relação da população de cultura tradicional, com novos valores culturais pode levar à desorganização. Ele assevera que “que quando um indivíduo ou grupos se encontram em presença de novos valores, propostos ao seu comportamento, a passagem de um tipo de cultura a outro depende, em grande parte, do ritmo com que se dá a incorporação dos traços” (CANDIDO, 2010, p. 250). Se a incorporação desses valores é acelerada, rapidamente acontecerá o processo de desorganização dos padrões anteriores, os quais irão se integrar com os novos padrões.

O autor ainda (2010, p. 23-32) demonstra que no rural tradicional “há é uma proximidade da relação do homem com o meio, uma vez que é através da interação de ambos que o indivíduo produz, simultaneamente, sua sobrevivência e sua vida social e cultural”.

Vê-se assim que a identidade de um povo pode ser detectada por diversos fatores, entre eles a culinária, como é visível no município pesquisado que tem na tradição o consumo dos alimentos preparados da mandioca. Das folhas aos pratos típicos como bolo, pé-de-

moleque, bolachinhas de goma, entre outros que, atualmente, fazem parte das iguarias da mandioca e são aproveitados como alternativas para geração de renda de uma comunidade. Integrado, à COOFAMA, a associação de derivados da mandioca representa a identidade associada à produção dos “alimentos identitários” (MENEZES, 2013). De modo geral, o contexto dessas iniciativas alimentares é característico da presença de agricultores familiares que procuram nessas estratégias outras formas de assegurar sua reprodução social e preservar as próprias tradições e seu modo de vida.

Para ter maior acessibilidade ao mercado, os produtores necessitam abdicar parte de seu saber tradicional e se adequar as novas técnicas, num processo de (re) adaptação. Tal situação ocorre devido às exigências do mercado, levando, muitas vezes, a perda do saber herdado em favor de um outro saber reelaborado.

O sujeito se utiliza da obtenção do produto e do saber fazer não apenas para satisfazer as suas necessidades, mas, também, para expor seus conhecimentos, de sua família e da localidade, ou seja, sua cultura, o que, muitas vezes, leva a sustentação de práticas/modo de produção de propriedades operando até como forma de fortalecer as culturas tradicionais.

Para Menezes (2013):

Esses alimentos portam histórias de vidas individuais e coletivas e estão interligados à forma como o indivíduo se identifica, ou seja, à sua identidade. A partir dessa realidade, o agricultor familiar, diante das dificuldades enfrentadas no seu dia-a-dia, transforma alimentos alicerçados pela procura ascendente do consumidor tendo em vista a garantia da reprodução econômica e social do grupo familiar (MENEZES, 2013, p.10).

Essas iguarias, no que tange à sua representatividade, procura manifestar sua tradição para os locais onde a mesma é valorizada e contribui para o incremento dos aspectos econômicos, culturais de um determinado lugar, uma vez que ela proporciona a oportunidade na geração de renda e melhor qualidade de vida através dos postos de trabalho ocupado pelos grupos familiares. Embora apresente essas mudanças, ressignificando saberes antigos ou reinventando tradições, não implica em perdas de traços culturais, porém, reafirma que sua natureza está intimamente ligada à produção de identidades culturais numa reelaboração do espaço.

Segundo Carneiro (1998, 2008), a ruralidade deve ser entendida enquanto uma reprodução social, definida culturalmente pelos atores sociais, que não mais exercem atividades homogêneas e somente ligadas à produção agrária. De tal maneira, o rural como

o urbano são reproduções sociais passíveis a constantes reelaborações, que acontecem, apresentando como base o meio simbólico no qual se inserem.

Além disso, a autora ressalta que a ruralidade pode ser vista como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos das culturas locais com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implicaria um movimento bidirecional no qual se pode identificar, de um lado, a reapropriação de elementos das culturas locais a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pelos urbanos de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição das culturas locais, mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar as sociabilidades e reforçar os vínculos com a dimensão local (CARNEIRO, 1998).

O meio rural, na atualidade, em Campo do Brito, permite interpretações sobre os novos valores que permeiam a reelaboração sobre o rural, fato esse comprovado tanto pelos agricultores, quanto por alguns trabalhadores, como também pelos que visitam o local.

Apesar das diferentes abordagens acerca das relações entre o rural e o urbano, constatou-se que não é visível a homogeneização do espaço rural e o domínio exclusivo do urbano, embora o contato entre eles seja cada vez mais intenso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O novo rural brasileiro vem apresentando novas atividades econômicas exercitadas pelos atores sociais que se adaptam à realidade econômica, cultural de cada família e espaço. O avanço dessas mudanças é observado, mas, em determinados lugares, conserva algumas das suas particularidades tradicionais.

Esse espaço modificado, transformado pode ser analisado por meio de definições que focam a dimensão do “novo rural”. Logo, surge a necessidade de diferenciar a complexidade, os vários usos e os aspectos econômicos, sociais nesses espaços. Assim, de acordo com o postulado teórico utilizado, o espaço rural não significa atraso, rusticidade, ele é dinâmico e heterogêneo, configura múltiplas atividades e é alvo das ocupações típicas como aquelas relacionadas ao setor agrícola mas, nota-se, também, a inserção e inter-relação com o setor industrial, comercial e a prestação de serviços.

As dificuldades existentes no campo suscitaram os agricultores a procurar alternativas para sua sobrevivência, para tanto, criaram atividades não agrícolas, e, com o avanço das tecnologias no campo, propiciou a esses moradores a permanência no lugar de origem e, inclusive, a melhorar o nível de vida.

As especificidades do espaço rural, na contemporaneidade, são discutidas por vários teóricos do Brasil e além-fronteiras. A partir da análise do município de Campo do Brito, foram evidentes as transformações desse espaço. A ocupação agrícola, embora seja de grande relevância no município, não é a responsável pela absorção da maior parte da mão de obra e, também, não é a principal renda do município. O avanço das ocupações rurais não agrícolas no meio rural são essenciais para geração de trabalho e renda, colaborando de modo significativo para a permanência das famílias na área rural. Essas atividades consistem na complementação da renda familiar, muitas vezes, através da conciliação com as atividades agrícolas, uma vez, que em determinadas épocas do ano, a renda obtida na terra pelos pequenos agricultores torna-se insuficiente até mesmo para o sustento da própria família.

Esse espaço passa a se reorganizar fundamentado no uso das tecnologias e no avanço do sistema de comunicação e informação, reelaborando o espaço e adquirindo novo estilo de vida com mais comodidade e sofisticação.

Em Campo do Brito ocorreu um aumento significativo de pessoas que desenvolvem atividades remunerados em outras áreas fora da agricultura, a exemplo do comércio. Para continuar nesse lugar, foi necessário a inserção de novas atividades e o setor terciário avança,

nos povoados, com a instalação de atividades prestadoras de serviço típicas do espaço urbano.

Embora seja detectado o avanço das novas ruralidades, percebeu-se a permanência no espaço rural, das manifestações culturais, a religiosidade, a produção da farinha em casas de farinha, tradicionais, modernizadas e em processo de modernização. Além disso, constatou-se a continuidade da produção das iguarias derivadas da mandioca, elaboradas no Centro dos derivados, no povoado Gameleira, que teve seu início pautado nos saberes populares, mas que, com o auxílio de redes técnicas institucionais, expandiram sua produção, fornecendo as iguarias para o Programa PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Logo, as tradições estão sendo mantidas no emaranhado de transformações existentes, entretanto, evidenciou-se ladeada às ruralidades a expansão do consumo de novos bens além da alteração de hábitos, alterados com o incremento da renda familiar.

Outra consideração é a difusão e a utilização de instrumentos de trabalho modernos e do paradigma de consumo, idêntico àquele difundido no espaço urbano inclusive na arquitetura de residências nos povoados, nos pontos comerciais na inserção de estabelecimentos prestadores de serviço como os salões de beleza, restaurantes, bares, pizzaria e o uso da internet no celular, nas residências e em alguns pontos de vendas, disponibilizando o serviço para os clientes.

Este espaço singular é permeado pela diversidade de atividades praticadas com a articulação das práticas agrícolas tradicionais, a inserção das inovações nessas ocupações e as atividades não agrícolas.

A contribuição deste trabalho, no âmbito da Geografia, almejou proporcionar uma reflexão sobre o espaço rural a partir de uma perspectiva que evidencie o novo rural, as transformações desse espaço e a sua nova configuração. Para tanto, explicar como se configura o espaço rural do município de Campo do Brito, por meio das análises das características culturais, socioeconômicas, a influência dos setores (primário, secundário e terciário) e as modificações ali existentes constituiu o alvo desta pesquisa.

Por fim, cabe ressaltar a relevância das pesquisas sobre o espaço rural para identificar as transformações na contemporaneidade assim como explicar a permanência das ruralidades não como um retorno ao passado, como um espaço rústico, mas como novos processos e novas relações espaciais permeadas pelo tradicional e o moderno. As informações coletadas em Campo do Brito revelam as novas formas de relações culturais, sociais e econômicas, vivenciadas pelos agricultores e configuram um rural dinâmico e ressignificado.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. 2000.

ALCANTARA FILHO, José Luiz; FONTES, Rosa Maria Olivera. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Heera Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada** 2009, p. 64-85.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O que há de novo no rural brasileiro**. Terra Livre, v. 15, 2000 p. 87-112.

\_\_\_\_\_. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, 2003.

ALVES, Maria Odete. Pluriatividade no Sertão Nordestino: uma estratégia de sobrevivência O caso do município de Tejuçuoca, estado do Ceará. **Revista Raízes**, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia. GEOGRAFIA RURAL: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, 2010.

**Atlas do Desenvolvimento Humano**; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2013). IDH por município e estado.

AZEVEDO, Juciclêa Medeiros de. **Culinária do Seridó**: um elemento da identidade territorial. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFRN, 2011.

BAGLI, P. Rural e Urbano: Harmonia e Conflito na Cadência da Contradição. In: SPOSITO; M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org.); **Cidade e Campo – Relações e Contradições entre Urbano e Rural**. Expressão Popular; Coleção Geografia em Movimento, 2006 p. 131 – 155.

BIAZZO, P. P. Campo e Rural, Cidade e Urbano: Distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. **Anais** do 4º Encontro nacional de grupos de pesquisa- ENGRUP, São Paulo, 2007 p. 132-150.

BONJARDIM, Solimar Guindo Messias. **Sob o Domínio da Cruz: A Construção de um Território e Patrimônio Cultural em Sergipe**. Tese (doutorado em geografia) PPGEU/UFS – Universidade Federal de Sergipe, 2014.

BRUMER, A. *et al.* A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Editora da Unicamp, p. 179-234, 1998.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: 2010.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, 2008 p. 214-242.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbaro: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C.; SANTOS, R., COSTA, L.F.C. (Orgs.). **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998 p. 95-118.

\_\_\_\_\_. Rural Como Categoria de Pensamento. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP**, 2008 p. 9-38.

\_\_\_\_\_. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Estudos Sociedade e Agricultura, 2013.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade—a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DELGADO, G.C.; CARDOSO JR., J.C. **O Idoso e a Previdência Rural no Brasil: a experiência recente da universalização**. Ipea, Brasília, Texto para Discussão, 1999 p. 293-319.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo et al. **Diferencial de Renda entre ocupações no meio rural brasileiro**. Trabalho apresentado como parte do Projeto Rurbano—Fase III, IE/UNICAMP, Campinas—SP. 2007.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **A condição camponesa em Sergipe: desigualdade e persistência da produção familiar**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 1996.

\_\_\_\_\_. **Geografia da agricultura**. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1986.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura>> consultado em maio 2015.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo, SP: Iglu, 2007.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves, CRUZ, Maria Tereza Souza (coordenadoras). **Atlas Escolar Sergipe: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2007.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras**. Estudos sociedade e agricultura, 2013.

FOLCLORE SERGIPANO. Disponível em: <[http://www.vivabrazil.com/folclore\\_em\\_sergipe](http://www.vivabrazil.com/folclore_em_sergipe)> Acesso em 08 de março de 2015.

FONSECA, Adalberto. **História de Campo do Brito**. Curitiba: Unificado, 1989.

FRANCO, Emmanuel. **Biogeografia do Estado de Sergipe**. Aracaju: UFS, 1983.

GASPAR, Lúcia. Bandas de Pífano. **Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife**. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. 2009. Acesso em 10 fevereiro de 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Nueva ruralidad** (fundamentos teóricos y necesidad de avances empíricos): una mirada desde la sociología rural. 2003.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1997.

\_\_\_\_\_. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Estudos Avançados, São Paulo, v.l. 15, n. 43, 2001 p. 43-50.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. Nova economia, v. 7, n. 1, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, José. DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. 2002, p. 37-67.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: < <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>> acesso em 18 de dezembro de 2014.

HESPANHOL, Rosangela A. de Medeiros. Campo e Cidade, Rural e Urbano no Brasil Contemporâneo. **Revista Mercator**, 2013.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBGE. **Censo demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **"Produto Interno Bruto dos Municípios. Série Relatórios Metodológicos**. Rio de Janeiro, IBGE, 2004.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário de Campo do Brito/Sergipe – 1995/96**, 2006, 2012.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico de Campo do Brito/Sergipe – 1991, 2000, 2010**.

\_\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades**.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2012**.

\_\_\_\_\_. **Censo Histórico do município**.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/portal>> acesso em 12 de janeiro de 2015.

JESUS, Givaldo Santos de. **Camponeses órfãos: farinheiros de Ribeirópolis e São Domingos - SE**. São Cristóvão, SE, Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, 2006 p. 153.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, 2004.

KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Revista Estudos Feministas**, p. 303-320, 2004.

KAYSER, Bernard. **A Cultura: Uma alavanca para o desenvolvimento local**. Rural Europe, 1996.

LIMA FILHO, Sebastião Correia de. **Capital social e Desenvolvimento Local: a experiência de Campo de Brito (SE)**. Dissertação - Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais. Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão, 2010.

MARQUES, Marta. Inez. Medeiro. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, 2002 p. 95-112.

MARQUES, Teresa Sá. Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais. **Revista da Faculdade de Letras-Geografia**, 2003 p. 507-521.

MARAFON, Gláucio Jose. Principais transformações em curso no espaço rural na atualidade. **Revista Geográfica de América Central**, 2012 p. 69-84.

MARTINS, José de Souza. **O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural**. Estudos avançados, 2001.

MATTEI, Lauro. **Agricultura familiar e turismo rural: evidências empíricas e perspectivas**, 2005. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Agricultura familiar e turismo rural](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Agricultura_familiar_e_turismo_rural). Acessado em 10 de abril de 2014.

MDA. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Documentos Institucionais, n. 2. Brasília: MDA/SDT, 2005.

MECENAS, Ane Luíse Silva. **Celebração e Memória na Festa de São José dos Montes em Sergipe**. 1ª Sessão: Cultura Material e Imaterial, Universidade Federal do Piauí – UFPI, 2009.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALIMENTOS IDENTITÁRIOS: UMA REFLEXÃO PARA ALÉM DA CULTURA. **Revista GeoNordeste**, p. 120 – 136, 2013.

\_\_\_\_\_. Queijos e Beijus Tradicionais: da Nostalgia a Segurança Alimentar. **ANAIS da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Natal-RN, p. 1-14, 2014.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e Globalização: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). **Identidades sociais, ruralidades no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005 p. 15- 40.

MOREIRA, Roberto José. **Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade**. Estudos Sociedade e Agricultura, 2013.

MOREIRA, Roberto José; GAVIRIA, Margarita Rosa. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade de Taquari. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2013. p. 47-72.

MORO, Dalton Áureo. A organização do espaço como objeto da geografia. **Boletim de Geografia**, 2011, p. 25-44.

NORONHA, Elias Oliveira; HESPANHOL, Rosângela Aparecida Medeiros. **O espaço periurbano no município de Jundiaí-SP: características e tendências atuais**. Revista Formação, 2011 p. 85-96.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela, 2004, p. 27-64.

\_\_\_\_\_. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Novos caminhos da geografia**. 5ª ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Victor P. de. **Repensando o rural sob o prisma das urbanidades**, em Nova Friburgo, RJ. 2007.

Organização Internacional do Trabalho- OIT. **Campo do Brito/SE**, 2014. Disponível em: <<http://www.bsb.ilo.org>> acesso em 22 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPL DE CAMPO D BRITO. Disponível em: <<http://www.campodobrito.se.gov.br>> acessado em 02 de março de 2015.

Projeto Cadastro da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste: Estado de Sergipe. **Diagnóstico do Município de Campo do Brito**. Luiz Fernando Costa Bomfim, Ivaldo Vieira Gomes da Costa e Sara Maria Pinotti Benvenuti/Aracaju: CPRM, 2002.

ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. **Anais do X encontro de geógrafos da América Latina**, 2005. p. 1-15.

RUA, João. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, 2006 p. 82-106.

\_\_\_\_\_. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, p. 45-66, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel - MBA - Livraria, Papelaria e Distribuidora de Livros, 1996. 88 p.

SARACENO, Elena. Vínculos urbano-rurales, diversificación interna e integración externa: la experiencia europea. **Debate agrário**, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Lucian o (Comp.). (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009 p. 132-161.

SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: Almeida, Joaquim Anécio; Riedl, Mário. (Org.). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, 2000 p. 14-50.

SCHNEIDER, Sergio; NAVARRO, Zander. **Agricultura e Novas Formas de Ocupação na Meio Rural**: um estudo sobre as tendências recentes. Parcerias Estratégias, Brasília, CGEE, n. 22, junho de 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO DO GOVERNO DE SERGIPE (SEPLAN-SE). Planejamento Participativo de Sergipe. Relatório de Atividades. Aracaju, Outubro de 2007.

SILVEIRA, Maryane Meneses. **Farinhada: uma construção simbólica na reprodução da agricultura familiar**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade federal de Sergipe, São Cristóvão. 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

TEIXEIRA, E. C; AGUIAR, D. R. D; VIEIRA, W. da C. Agricultura comercial e familiar num contexto de abertura econômica. In: Teixeira, E. C.; Vieira, W. da C. **Reforma da política agrícola e abertura econômica**. Viçosa-MG: UFV, 1996.

VELTHEM, Lucia Hussak Van; KATZ, Esther. A ‘farinha especial’: fabricação e percepção de um produto da agricultura familiar no vale do rio Juruá, Acre. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 7, n. 2, 2012, p. 435-456.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**. Estudos avançados, 2001.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2000.

\_\_\_\_\_. **A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. 2001.

\_\_\_\_\_. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o “rural” como espaço singular e ator coletivo.** Estudos sociedade e agricultura, 2013.

WEISSBACH, Paulo Ricardo Machado. **Subsídios para a Formulação de Políticas Públicas para o Turismo no Espaço Rural na Rota das Terras - RS.** Tese de Doutorado. Rio Claro. UNESP, 2007.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**, 1990, p. 11-73.

\_\_\_\_\_. **Migração, família e campesinato.** Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 1990.

## Apêndice



## QUESTIONÁRIO PARA TRABALHO DE CAMPO

### 1-DADOS REFERENTES AO ENTREVISTADO:

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Localização do estabelecimento rural: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo possui o estabelecimento rural? \_\_\_\_\_

Reside no estabelecimento rural: \_\_\_\_\_

Qual o município de origem? Caso não seja Campo do Brito, citar o motivo de vir morar aqui?

\_\_\_\_\_

Trabalha na agricultura?

\_\_\_\_\_

Sempre exerceu atividade no meio rural? Se não, qual atividade executa? Há quanto tempo?

\_\_\_\_\_

### 2-DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:

Qual é a área total do estabelecimento (hectares)?

\_\_\_\_\_

Tipo da mão-de-obra (familiar, contratado, temporário)?

\_\_\_\_\_

Quais as principais atividades produtivas desenvolvidas na propriedade?

\_\_\_\_\_

Como são utilizadas as terras:

<b>TIPO DE LAVOURA</b>	<b>Sim – especificar o cultivo</b>	<b>Área- tarefas utilizadas em cada cultivo</b>	<b>Não</b>
Lavouras permanentes			
Lavoura temporária			
Pastagens naturais			
Pastagens plantadas			
Outros			

Outros:

\_\_\_\_\_

Onde são comercializados os produtos?

\_\_\_\_\_

Utiliza trabalhadores temporários?

---

Qual a atividade predominante na sua propriedade?

---

Atividade criatória

Tipo	Nº de cabeças
Bovinos de leite	
Bovinos de corte	
Suínos	
Caprinos	
Frangos e galinhas	
Outros	

Outros: \_\_\_\_\_

Qual o destino da produção?

---

Faz parte de cooperativa de produtores? Qual?

---

Tem acesso a máquinas e equipamentos (próprio, alugado, associação/cooperativa, outros)?  
Quais?

---

Quais os meios de produção utilizados?

( ) Arado de tração animal;

( ) Colheitadeira;

( ) Tratores;

( ) Arado de tração mecânica;

( ) Irrigação;

( ) Outros: \_\_\_\_\_

Há algum tipo de financiamento? Qual?

---

Existem arrendatários na sua unidade produtiva?

---

Tem ou já teve outra renda (trabalho) além da agricultura?

---

Se é agricultor (a) em tempo integral ou exerce (ou já exerceu) outras atividades fora da propriedade, por que e qual?

---

### 3 – EXISTÊNCIA DE BENS NA RESIDÊNCIA DO AGRICULTOR

<b>BENS DE CONSUMO</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Energia elétrica			
Antena parabólica			
TV			
Computador			
DVD			
Geladeira			
Máquina de lavar roupa			
Microondas			
Telefone fixo			
Telefone celular			
Possui televisão por assinatura (cabo ou via satélite)			

Possui qual tipo de veículo? Quantos?

( ) Automóvel de passeio: \_\_\_\_\_

( ) Automóvel utilitário (caminhonete, etc.): \_\_\_\_\_

( ) Moto: \_\_\_\_\_

( ) Bicicleta: \_\_\_\_\_

( ) Carroça: \_\_\_\_\_

( ) Caminhão: \_\_\_\_\_

( ) Não possui: \_\_\_\_\_

Que tipo de água consome?

( ) Poço comum;

( ) Poço artesiano;

( ) Água encanada;

( ) Água mineral;

( ) Outros: \_\_\_\_\_

Tem acesso à internet?

\_\_\_\_\_

### 4- QUESTIONÁRIO PARA OS PRODUTORES DE FARINHA

01- Em que ano se deu a construção da casa de farinha? \_\_\_\_\_

02-As características: \_\_\_\_\_

03-Equipamentos utilizados: \_\_\_\_\_

04-Quantas pessoas trabalham? \_\_\_\_\_

05-A mandioca utilizada, onde adquire?

Do estabelecimento ( )

De outros ( ) \_\_\_\_\_

06-Você produz algum outro produto além da farinha? O quê? \_\_\_\_\_

07-Para onde vende:

Intermediário ( )

Feira ( )

Cooperativa ( )

Outros: \_\_\_\_\_

11-Fez algum empréstimo? \_\_\_\_\_

12-Utilizou o recurso para quê? \_\_\_\_\_

13-Qual foi o Programa e Instituição Bancária? \_\_\_\_\_

14- O que mudou na produção de farinha? \_\_\_\_\_

15- Quanto se produz por dia: \_\_\_\_\_

16- Qual renda adquirida por semana: \_\_\_\_\_

17- O lucro é suficiente para a subsistência e da família ou é necessário fazer outras atividades? Qual?

\_\_\_\_\_

Está filiado à COOFAMA?

( ) Sim                      ( ) Não

Como é a integração?

\_\_\_\_\_